

MESTRADO EM HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO
ESTUDOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

As Relações Institucionais do Poder Local Gaiense com a *Real Companhia Velha* e as Companhias Comerciais Vinícolas Estrangeiras (1852-1908)

Rui Urbano Neves de Moura

M

2024/2025



Rui Urbano Neves de Moura

As Relações Institucionais do Poder Local Gaiense com a *Real Companhia Velha* e as Companhias Comerciais Vinícolas Estrangeiras (1852-1908)

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientado pelo Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024/2025

Rui Urbano Neves de Moura

As Relações Institucionais do Poder Local Gaiense com a *Real Companhia Velha* e as Companhias Comerciais Vinícolas Estrangeiras (1852-1908)

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientado pelo Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira

Membros do Júri

Presidente: Professora Doutora Joana Marisa Castro Pereira

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Vogal Arguente: Doutora Carla Maria Sequeira Ferreira

Investigadora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Vogal Orientador: Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação obtida: Dezasseis Valores

«ΕΥΦΡΟΣΥΝΟΣ» ou «*Seja alegre. Aproveite a vida*» (tradução livre)

Inscrição grega num mosaico, datado do século III a.C., descoberto na antiga cidade de
Antioquia

À minha tia e madrinha, Sandra Maria Vieira das Neves Cunha e Silva (1970-2014)

SUMÁRIO

Declaração de Honra	6
Agradecimentos.....	7
Resumo	10
Abstract	11
Introdução	14
1. Capítulo: Definição do Problema e Justificação do Tema	19
1.1. Motivação Científica e Pessoal	19
1.2. Objetivos do Relatório de Estágio	21
2. Capítulo: Análise e Tratamento das Fontes de Informação – Fontes Primárias	24
3. Capítulo: Corpo do Ensaio – Percurso de Investigação	28
3.1. As Relações Institucionais do Poder Local Gaiense com a <i>Real Companhia Velha</i> e as Companhias Comerciais Vinícolas Estrangeiras (1852-1908): Revisão da Literatura.....	28
3.1.1. Contexto Histórico-Cronológico e Geográfico (1640-1852).....	29
3.2. Poder Camarário Gaiense e Negociantes num Mundo de Transformações e Revoluções (1852-1908)	55
3.2.1. A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia Entre Finais de Oitocentos e Inícios de Novecentos	55
3.2.2. Os Negociantes e a Internacionalização do Comércio do Vinho do Porto	62
Conclusão.....	73
Referências Bibliográficas.....	76
Anexos	80

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

VILA NOVA DE GAIA, 13 DE MAIO DE 2025

RUI URBANO NEVES DE MOURA

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de mais e, em primeiro lugar, à minha família, especialmente à minha mãe Marta Mónica Vieira das Neves, por sempre me ter apoiado incondicionalmente, por me ter ajudado e por me ter incentivado a prosseguir e a dar continuidade aos meus estudos durante os três anos de Licenciatura em História (2020-2023) e durante os dois anos do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação (2023-2025), o qual será concluído no presente ano, ambos realizados na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Também agradeço ao meu pai Rui Alberto Rodrigues de Moura, aos meus avós paternos Alberto Rui Freixo Guedes de Moura e Maria dos Anjos Rodrigues Ramalho, à minha avó materna Maria da Conceição de Sousa Vieira, ao meu tio e padrinho, o Exmo. Doutor Manuel Francisco Cunha e Silva, e ao meu primo materno João David Vieira das Neves Cunha e Silva.

Agradeço igualmente ao meu professor-orientador, o Exmo. Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira, que me auxiliou na elaboração deste relatório de estágio, ajudando-me, de todas as formas, na realização do mesmo, fornecendo-me documentação e bibliografia importante para a fundamentação da minha opinião e dos dados históricos que apresentei ao longo do relatório de estágio sobre o comércio do Vinho do Porto em finais do século XIX e inícios do século XX e as relações institucionais da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia com a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* e outras casas comerciais vinícolas estrangeiras, sobretudo a *J.H.Andresen* do negociante e comerciante luso-dinamarquês com o mesmo nome, no mesmo período histórico já mencionado.

Deixo uma nota de agradecimento à Exma. Dr. Hermenegilda Maria Cunha e Silva, diretora municipal de Administração Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG) pela oportunidade tanto do estágio curricular como do estágio no âmbito do Programa Municipal de Estágios Remunerados (PMER). Agradeço também ao Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner (AMSMB), na pessoa do Exmo. Doutor José António Moreira de Melo, chefe da Divisão de Serviços Gerais e Arquivos e diretor

do Arquivo Municipal, bem como à Exma. Doutora Débora Granfield de Mesquita Ramalho, à Exma. Maria Assunção Matos Colaço, à Exma. Doutora Maria do Carmo Ferreira Ribeiro Soares, à Exma. Doutora Maria José Machado Falcão Lhano, à Exma. Doutora Maria Teresa Alves da Costa Filipe Cirne, ao Exmo. Doutor Paulo César Pires Vieira e à Exma. Paula Armanda Vieira Pedrosa, os quais me ajudaram no processo de acolhimento no Arquivo Municipal, na realização do meu estágio curricular numa primeira instância e agora o estágio remunerado do Programa Municipal de Estágios Remunerados (PMER), bem como toda a disponibilidade destes e contributo essencial, na pesquisa documental, necessária para a elaboração do presente relatório de estágio.

Por fim, agradeço também aos meus amigos, sobretudo à Ana Rita Santos Vieira, à Carolina Vieira Freitas Cancela Nogueira, ao Daniel Filipe Soares Silva, ao Diogo Manuel Vieira Amorim, à Joana Filipa Barbosa Santos, à Leonor Ferreira da Cunha, ao Luís Rafael da Silva, ao Hugo Alves Gonçalves, à Mafalda Correia Pinto de Azevedo Folhadela, à Mafalda Silva Barbosa, ao Pedro Emanuel Pereira Sousa e à Raquel Pereira Santos, os quais sempre me auxiliaram e ajudaram, não só na minha vida escolar-académica, como também em outras etapas da minha vida, sem nunca me deixarem para trás.

RESUMO

A cidade de Vila Nova de Gaia está intrinsecamente relacionada com o comércio do Vinho do Porto (sendo considerada um ator principal no setor comercial vinícola português e não um mero ator secundário comparado com o Porto), em grande parte devido à sua posição geográfica e ao estabelecimento dos armazéns e escritórios das principais companhias comerciais vínícolas, quer portuguesas ou estrangeiras.

O presente relatório de estágio tem como principal objetivo dar a conhecer as relações institucionais da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia com as companhias comerciais vínícolas em finais do século XIX e inícios do século XX, quer as nacionais, com o principal destaque para a *Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia Velha*, fundada a 10 de setembro de 1756 por José I de Portugal, sob os auspícios de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro primeiro conde de Oeiras e primeiro marquês de Pombal, que a partir de 1852 passa de uma casa comercial majestática de privilégios régios para uma mera companhia de sociedade comercial como entre muitas outras, quer as casas comerciais estrangeiras como a inglesa-britânica *Taylor, Fladgate & Yeatman* ou *Taylor's* (fundada em 1692), da escocesa-britânica *Sandeman's Port/Sandeman* (fundada em 1790), da britânica *W. & J. Graham's* (fundada em 1820), da holandesa *Niepoort* (fundada em 1842 pelo comerciante holandês Franciscus Marius van der Niepoort), ou a casa comercial luso-dinamarquesa *J.H.Andresen* (fundada em 29 de agosto de 1845), pelo comerciante luso-dinamarquês Jan Hinrich Andresen ou João Henrique Andresen (1826-1894), as quais, ao seu modo e com a sua dimensão, (re) definiram a imagem comercial destas duas cidades portuguesas, assim como as paisagens e as sociedades gaiense-portuense.

Palavras-chaves: Vinho do Porto; Vila Nova de Gaia; João Henrique Andresen; *Real Companhia Velha*; Séculos XIX-XX.

ABSTRACT

The city of Vila Nova de Gaia is intrinsically linked to the Port Wine trade (being considered a major player in the portuguese wine trade sector and not a mere secondary player compared to Porto), largely due to its geographical position and the establishment of warehouses and offices of the main wine trading companies, both portuguese and foreign.

The main objective of this internship report is to present the institutional relations of the Vila Nova de Gaia City Council with commercial wine companies in the late 19th and early 20th centuries, both national, with the main emphasis on the *Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro* or *Real Companhia Velha*, founded on September 10, 1756, by José I of Portugal, under the auspices of Sebastião José de Carvalho e Melo, future first Count of Oeiras and first Marquis of Pombal, which from 1852 onwards went from being a majestic commercial house with royal privileges to a mere commercial company like many others, and foreign commercial houses such as the english-british *Taylor, Fladgate & Yeatman* or *Taylor's* (founded in 1692), the scottish-british *Sandeman's Port/Sandeman* (founded in 1790), the British *W. & J. Graham's* (founded in 1820), the dutch *Niepoort* (founded in 1842 by the dutch merchant Franciscus Marius van der Niepoort), or the portuguese-danish commercial house *J.H. Andresen* (founded on August 29, 1845), by the portuguese-danish merchant Jan Hinrich Andresen or João Henrique Andresen (1826-1894), which, in their own way and with their size, (re) defined the commercial image of these two portuguese cities, as well as the landscapes and societies of Gaia and Porto.

Keywords: Porto Wine; Vila Nova de Gaia; João Henrique Andresen; *Real Companhia Velha*; Centuries 19-20th.

INTRODUÇÃO

O relatório de estágio que hoje apresento aborda a temática da relação institucional entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG) e as companhias comerciais vinícolas, quer nacionais como estrangeiras, no período de janeiro de 1852 a dezembro de 1908, período esse de profundas transformações no Reino de Portugal, com as mudanças e reformas trazidas pelo período da *Regeneração* (décadas de 1850-1860) e do período do *Fontismo* (décadas de 1870-1880), movimento político último encarnado pelas políticas de dinâmica industrial, de infraestrutura pública e das reformas educativas de acordo com o processo de industrialização implementadas nos executivos liderados por António Maria de Fontes Pereira de Melo (*1819/1871-1877 [Primeiro mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/1878-1879 [Segundo mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/1881-1886 [Terceiro e último mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/†1887)¹. Os anos 70-90 do século XIX também trouxeram uma nova realidade à política interna portuguesa com o início dos movimentos revolucionários e republicanos de contestação à Monarquia Constitucional, encabeçados pelo Partido Republicano Português (PRP), fundado em 1876, profundamente imbuído pelos estandartes da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” que ecoavam da Revolução Francesa (5 de maio de 1789 - 9 de novembro de 1799). A situação atingiria o seu limite com os acontecimentos da insurreição republicana, falhada, no Porto (31 de janeiro de 1891), em consequência do *Ultimatum* britânico (11 de janeiro de 1890) a Portugal e, finalmente, com o regicídio de Carlos I de Portugal (*1863/1889-1908 [Rei de Portugal]), com quarenta e quatro anos de idade, e do seu filho mais velho, o infante Luís Filipe de Portugal (1887-1908), com vinte anos de idade, a 1 de fevereiro de 1908, em pleno Terreiro do Paço, em Lisboa.

¹ Ao longo do relatório de estágio, utilizarei o símbolo do asterisco (*) para representar o ano de nascimento e o símbolo da cruz (†) para representar o ano do falecimento de um governante, seja monarca ou não, sobretudo quando este já não ocupa nenhuma posição de poder.

A questão lusitana (tanto a nível nacional como local) enquadra-se perfeitamente na situação político-económica do seu tempo, em que é possível assistir-se no resto da Europa a alterações significativas com o advento da segunda metade do século XIX, com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, sob a égide da soberana Vitória I (*1819/1837-1901 [Rainha do Reino Unido]/1876-1901 [Imperatriz da Índia]), a tornar-se na principal potência política, militar, marítima e económica europeia (e também a nível mundial), onde, a partir de Londres, capital de um império global, circulavam uma quantidade exorbitante de bens e capitais resultantes de uma economia capitalista profundamente interligada; por um outro lado e relacionado com uma economia global, a formação e unificação de dois grandes Estados europeus com base no ideal do nacionalismo oitocentista e da criação da identidade nacional, a Itália (17 de março de 1861) e a Alemanha (18 de janeiro de 1871), alteraram substancialmente a balança de poderes no “Velho Continente”, reacendendo rivalidades nacionalistas até aí adormecidas. Apesar de todos estes acontecimentos, a ordem política e a paz europeia estabelecidas no Congresso de Viena (18 de setembro de 1814 - 9 de junho de 1815), restabelecendo a ordem europeia com o fim das Guerras da Revolução Francesa ou Guerras Revolucionárias (20 de abril de 1792 - 27 de março de 1802) e das Guerras Napoleónicas (18 de maio de 1803 - 20 de novembro de 1815), manteve-se praticamente intacta, com algumas exceções, como no caso da Unificação de Itália (1848-1871), que resultaria na unificação política da Península Itálica com a criação do Reino de Itália em 1861, da Guerra da Crimeia (16 de outubro de 1853 - 30 de março de 1856), no quadro das Guerras Russo-Otomanas iniciadas no remoto terceiro quartel do século XVI², ou da Guerra Franco-Prussiana (19 de julho de 1870 - 28 de janeiro de 1871), esta última que resultou na formação do *Reich* alemão a 18 de janeiro de 1871, no famoso Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, sob o comando de Guilherme I da Alemanha (*1797/1861-1888 [Rei da Prússia]/1867-1870 [Titular do *Bundespräsident* da Confederação da Alemanha do Norte]/1871-1888 [Imperador Alemão]) e do seu

² Os dois Estados enfrentaram-se 13 vezes, desde a Primeira Guerra Russo-Turca (1568-1570) até ao evento da Primeira Guerra Mundial (28 de julho de 1914 - 11 de novembro de 1918), na qual os dois impérios acabariam por colapsar, com a desintegração da Rússia czarista em 1917 e do Império Otomano em 1922.

“chanceler de ferro” Otto Eduard Leopold von Bismarck, conde de Bismarck-Schönhausen, duque de Lauenburg e príncipe de Bismarck (*1815/1862-1873 [Primeiro mandato como Ministro-Presidente da Prússia]/1862-1890 [Ministro dos Negócios Estrangeiros]/1867-1871 [Chanceler Federal da Confederação da Alemanha do Norte]/1871-1890 [Chanceler da Alemanha]/1873-1890 [Segundo e último mandato como Ministro-Presidente da Prússia]/†1898), ambos imbuídos pelo espírito do pangermanismo (a procura do nacionalismo alemão de unir todos os povos de língua alemã num único território), o qual começa a modificar-se nas suas bases ideológicas e adquire uma outra dimensão³.

Diante de todo este cenário nacional e internacional oitocentista, as companhias ou casas comerciais conseguiram expandir os seus negócios com o único objetivo de gerar receita para os investidores. A burguesia europeia do século XIX, que controlava grande parte desses monopólios comerciais, adquirira um poder e uma fortuna muito parecidos com os que a aristocracia dos séculos anteriores detinha e, em alguns casos, atingiu um poder que conseguia rivalizar com o poder central, como foi o caso do magnata e político britânico-sul-africano Cecil John Rhodes (*1853/1890-1896 [Sétimo Primeiro-Ministro da Colónia do Cabo]/†1902) e da sua *Companhia Britânica da África do Sul* ou *British South Africa Company* (BSAC), que utilizou o seu poder para fazer valer os seus objetivos com recurso à BSAC e às suas posições de governação colonial. O comércio vinícola (com maior foco no português), sobretudo o comércio do Vinho do Porto foi um dos que mais prosperou com a entrada no século XIX, tornando-se um produto de luxo que era exportado quase diariamente para todas as regiões da Europa, desde o Reino Unido, principal importador do Vinho do Porto, até à Rússia czarista. Embora a data exata da

³ Em vez do processo de unificação alemão, que tinha acabado de se finalizar, passou para a criação de um império colonial à semelhança dos seus congéneres europeus britânico, francês, espanhol ou português. A própria redefinição do pangermanismo durante o período do *Kaiserreich* (1871-1918) também abriu portas a uma exacerbação cada vez maior de um nacionalismo beligerante que sentia a necessidade de se igualar às outras potências coloniais europeias na formação de um vasto império germânico que ocupasse grandes extensões do globo terrestre. O próprio Bismarck, na sua *Realpolitik*, dava um grande destaque ao processo da construção do projeto colonial alemão: na década de 1880, o chanceler alemão conseguia a proeza de fundar o império colonial para a Alemanha na realização da famosa Conferência de Berlim (15 de novembro de 1884 - 26 de fevereiro de 1885), aonde o *Reich* conseguiu territórios na costa ocidental e na região sul do continente africano.

sua origem seja desconhecida por nós, a primeira referência escrita oficial ao Vinho do Porto remonta aos anos de 1675-1678, em que surge num documento que regista a primeira exportação de vinho com essa designação: ainda que a sua produção fosse (e ainda é) feita no Alto Douro, os vinhos da região ficaram célebres por causa das exportações que ingleses, alemães, holandeses e também portugueses faziam a partir da cidade do Porto para o resto do globo, tornando assim o vinho exportado conhecido como “Vinho do Porto”, o local onde historicamente era embarcado para os restantes continentes do globo.

Neste ramo comercial lucrativo e de renome, destaca-se a nível nacional a poderosa e majestática *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia Velha*, fundada a 10 de setembro de 1756 por Alvará régio de José I de Portugal (*1714/1750-1777 [Rei de Portugal]) e sob os auspícios de Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado dos Assuntos Estrangeiros e da Guerra e secretário de Estado dos Assuntos Internos do Reino de Portugal e futuro primeiro conde de Oeiras e primeiro marquês de Pombal (*1699/1750-1756 [Secretário de Estado dos Assuntos Estrangeiros e da Guerra]/1756-1777 [Secretário de Estado dos Assuntos Internos do Reino]/†1782), que a partir de 1852 passa de uma casa comercial majestática de privilégios régios para uma companhia de sociedade comercial como entre muitas outras, além das estrangeiras como a da inglesa-britânica *Taylor, Fladgate & Yeatman* ou *Taylor's* (fundada em 1692 como *Job Bearsley*, a firma comercial irá adotar a atual designação em 1837-1843), da escocesa-britânica *Sandeman's Port/Sandeman* (fundada em 1790 pelos irmãos comerciantes escoceses-britânicos George Sandeman e David George Sandeman), da britânica *W. & J. Graham's* (fundada em 1820 pelos irmãos e comerciantes britânicos William Graham e John Graham), da holandesa *Niepoort* (fundada em 1842 pelo comerciante holandês Franciscus Marius van der Niepoort) ou da luso-dinamarquesa *J.H.Andresen* (fundada em 29 de agosto de 1845 pelo comerciante luso-dinamarquês Jan Hinrich Andresen ou João Henrique Andresen, naturalizado português em 1854), sediadas tanto em Vila Nova da Gaia como no Porto, as quais redefiniram a imagem comercial destas duas cidades portuguesas, assim como a paisagem e a sociedade gaiense-portuense.

1. CA P Í T U L O: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

1.1. Motivação Científica e Pessoal

O presente relatório de estágio aborda as relações institucionais, tanto políticas como económicas, da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG) com as companhias comerciais vinícolas especializadas na comercialização e exportação do Vinho do Porto, tanto nacionais, com principal destaque para a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia Velha*, fundada a 10 de setembro de 1756 por Alvará régio de José I de Portugal (*1714/1750-1777 [Rei de Portugal]), como estrangeiras, como é o caso da inglesa-britânica *Taylor, Fladgate & Yeatman* ou *Taylor's* (fundada em 1692 como *Job Bearsley* pelo comerciante inglês com o mesmo nome, a firma comercial irá adotar a atual designação em 1837-1843 com a parceria comercial composta por Joseph Taylor, John Alexander Fladgate e Morgan Yeatman) ou da lusodinamarquesa *J.H.Andresen* (fundada em 29 de agosto de 1845 pelo comerciante lusodinamarquês Jan Hinrich Andresen ou João Henrique Andresen), sediadas em Vila Nova da Gaia e no Porto, no período histórico selecionado e analisado de 1852, ano em que a *Real Companhia Velha* sofre profundas alterações com a extinção das funções públicas e dos seus privilégios régios e passa a atuar como qualquer outra firma comercial da sua época, até 1907-1908, quando o Executivo português liderado por João Franco Ferreira Pinto Castelo-Branco (*1855/1906-1908 [Primeiro-Ministro de Portugal]/†1929) promove legislação sobre a regulamentação do vinho e cria uma nova demarcação, além dos momentos de crise político-institucional que sucederam com o regicídio levado a cabo contra Carlos I de Portugal (*1863/1889-1908 [Rei de Portugal]).

Comecei a esboçar e a estudar o tema que escolhi para este trabalho durante o período do meu estágio curricular de 400 horas (novembro de 2024 - janeiro de 2025) no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (ASMB), em Vila Nova de Gaia, realizado no âmbito do segundo semestre do segundo ano do Mestrado em História, Relações Internacionais

e Cooperação (MHRIC), onde fui orientado pelo Exmo. Doutor José António Moreira de Melo, chefe da Divisão de Serviços Gerais e Arquivos e diretor do Arquivo Municipal, e pela Exma. Doutora Maria Teresa Alves da Costa Filipe Cirne. Durante a duração do estágio, e com a ajuda dos orientadores e dos demais colaboradores do Arquivo, com destaque para a colaboração e ajuda da Exma. Doutora Débora Granfield de Mesquita Ramalho, a Exma. Maria Assunção Matos Colaço, a Exma. Paula Armanda Vieira Pedrosa e o Exmo. Doutor Paulo César Pires Vieira, consegui aceder e analisar a uma grande quantidade de documentação histórica sobre o funcionamento político-administrativo camarário durante a segunda metade do século XIX e da primeira década do século XX, além das relações estabelecidas entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e as companhias comerciais vinícolas, sobretudo pedidos de construção/ampliação de armazéns e de contratos realizados com a Câmara Municipal. O facto de ser gaiense e de ter interesse na História Local de Vila Nova de Gaia contribuiu para a elaboração deste trabalho, além de que é um tema que não é muito abordado por historiadores e investigadores: uma grande parte das investigações historiográficas e obras já editadas limitam-se muito mais a analisar o estabelecimento e a atuação das companhias comerciais (com uma maior incidência no comércio vinícola) no reino lusitano em finais do século XVII e inícios do século XVIII do que a atuação das mesmas nos séculos seguintes, sobretudo no século XIX. Além do mais, é preciso ressaltar que a presença da comunidade inglesa em Gaia e no Porto não se resumiu apenas aos aspetos económicos: Gaia (e também o Porto) sofreu uma alteração paisagística significativa (basta visualizar o estilo arquitetónico de alguns edifícios em Vila Nova de Gaia que nos faz lembrar a típica arquitetura vitoriana britânica), com a criação de novas instalações das companhias comerciais britânicas para as reservas do Vinho do Porto, bem como da construção de instalações/residências privadas para membros ou acionistas dessas mesmas companhias (o atual edifício do Arquivo Municipal Sofia de Mello Breyner em Gaia foi residência dum homem ligado ao comércio vinícola) ou de algumas igrejas anglicanas ou protestantes.

No último ano de Licenciatura em História, realizei um trabalho para a unidade curricular de Seminário de História Moderna II (SHMOII) tutelada pela Exma. Professora Doutora

Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva, intitulado *A Diplomacia Luso-Prussiana em Tempos de Guerra e Paz (1740-1786)*, cujo principal tema abordado foram as relações diplomáticas entre o Reino de Portugal e o Reino da Prússia durante o século XVIII, com especial destaque na análise e interpretação das 52 cartas documentadas de correspondência trocadas entre Frederico II da Prússia, *o Grande* (*1712/1740-1772 [Rei na Prússia/Eleitor de Brandemburgo]/1772-1786 [Rei da Prússia/Eleitor de Brandemburgo]) e os seus pares lusitanos José I de Portugal (*1714/1750-1777 [Rei de Portugal]), Maria I de Portugal (*1734/1777-1816 [Rainha de Portugal]/1815-1816 [Rainha do Brasil]) e Pedro III de Portugal (*1717/1777-1786 [Rei de Portugal *jure uxoris*]), no período de 28 de setembro de 1755 a 16 de julho de 1786⁴, embarcando numa análise mais detalhada e cuidada no período abrangido pela Guerra dos Sete Anos (17 de maio de 1756 - 10 de fevereiro de 1763). Nesse mesmo trabalho, afirmei com veemência que as relações internacionais não são exclusivas dos séculos XX-XXI: elas são um fruto de séculos anteriores que vão evoluindo consoante as épocas e os governantes de cada época histórica. Se no meu trabalho de Seminário de História Moderna analisei as relações diplomáticas de dois Estados europeus na época de setecentos, relações essas que influenciaram bastante as futuras relações luso-alemãs nas centúrias seguintes, as relações institucionais que as companhias comerciais vinícolas tiveram com o poder local gaiense na época de oitocentos refletem-se ainda nos dias de hoje, marcando a cidade e também a própria cultura da região, bem como o poder capital que a região de Vila Nova de Gaia e do Porto tiveram e desenvolveram ao longo do tempo, muito devido ao produtivo e próspero comércio do Vinho do Porto.

1.2. Objetivos do Relatório de Estágio

⁴ As referidas cartas estão inseridas no livro *Correspondência dos Soberanos da Prússia com os de Portugal 1755 a 1860*, o qual está guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e estão devidamente digitalizadas [Disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (<https://digital.arquivos.pt/fileViewer/58c67b8f6581454ca715f74067c54713?isRepresentation=false&selectedFile=19864999&fileType=IMAGE>)].

Os principais objetivos deste relatório de estágio incidem sobre, de que forma as relações políticas e económicas entre as companhias comerciais e o Estado português dos séculos XVII-XVIII mudaram na transição para a época de oitocentos, com a afirmação e uma cada vez maior independência dos poderes locais, como os casos da Câmara Municipal do Porto e, sobretudo, da Câmara de Vila Nova de Gaia face ao poder central, bem como a evolução comercial das mesmas companhias (e também das comunidades estrangeiras presentes no Porto e em Gaia) a essas novas transformações político-sociais. Desta forma, resolvi formular os seguintes objetivos que me auxiliaram na realização deste relatório de estágio:

- ❖ Perceber o papel e a influência que as sociedades comerciais vinícolas, tanto a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia Velha* como as estrangeiras (com especial destaque para a luso-dinamarquesa *J.H.Andresen*), tiveram na política administrativa camarária gaiense na época de oitocentos e inícios de novecentos e compreender se houve algum tipo de interferência dos comerciantes em resoluções camarárias como a construção de novos edifícios para o armazenamento das caixas de Vinho do Porto;
- ❖ Compreender as consequências políticas e económicas que o comércio do Vinho do Porto trouxe para Vila Nova de Gaia e para o Porto durante finais do século XIX, além dos “impactos” que as comunidades mercantis estrangeiras trouxeram para estes dois importantes centros urbanos portugueses.

2. C A P Í T U L O: ANÁLISE E TRATAMENTO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO – FONTES PRIMÁRIAS

As fontes primárias que analisei para a elaboração deste relatório de estágio foram as que encontrei e consultei no Arquivo Municipal Sophia de Melo Breyner (AMSMB), uma grande parte constituída pelas Atas de Sessões da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de 9 de janeiro de 1852 (Livro nº. 6) a 31 de dezembro de 1908 (Livro nº. 17), sendo que dediquei maior atenção às atas compreendidas entre a Sessão da Câmara de 14 de outubro de 1864 (Livro nº 8) e o fim do ano de 1908, com requerimentos ao poder camarário gaiense, como simples pedidos de reparo das paredes ou do chão dos armazéns pertencentes à *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* e, a partir mais dos anos 70-80 do século XIX, aparecem igualmente em discussão camarária pedidos e requerimentos feitos em nome do comerciante e negociante luso-dinamarquês João Henrique Andresen (1826-1894), bem como da casa comercial vinícola *Taylor Fladgate & Yeatman*, numa altura em que a companhia vinícola inglesa (fundada em 1692, sofreu uma profunda alteração nos seus estatutos entre 1837-1843, com John Alexander Fladgate à cabeça dessa parceria comercial que foi formada juntamente com Joseph Taylor e Morgan Yeatman) começava a dar os seus primeiros passos no setor da restauração e hotelaria⁵.

⁵ É possível observar nas atas deste período histórico em concreto as mudanças estabelecidas com o Código Administrativo de 1836, a Constituição de 1838, o Código Administrativo de 1842, o Código Administrativo de 1878, o Código Administrativo de 1886 e os Códigos Administrativos de 1895-1896, que deram atribuições específicas ao Município gaiense, como o lançamento de impostos “próprios” no Concelho, com fintas, derramas, contribuições diretas, indiretas ou mistas, com um especial destaque para os impostos sobre os vinhos e aguardentes, importantíssimos na elaboração deste relatório de estágio e na evolução camarária gaiense no setor comercial vinícola de oitocentos. Ver FERREIRA, Diogo; MONTEIRO, Isilda; ROCHA, Ricardo; SOUSA, Fernando de – *Os Presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1834-2019)*; Volume I; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; (primeira edição de outubro de 2020; segunda edição de fevereiro de 2021); ISBN: 978-972-581-089-7; pág. 50-72.

Também analisei outras documentações camarárias, sobretudo gaiense, referentes aos pedidos de ampliação dos armazéns do Vinho do Porto sediados em Vila Nova de Gaia, como é o caso do Livro de Notas Privativas nº. 4, compreendendo o período de 26 de setembro de 1852 a 6 de junho de 1895, onde se destaca uma escritura de venda de terras da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a João Henrique Andresen, datada de 7 de junho de 1888 (folhas 99-99v)⁶, bem como de pedidos de concessões para as casas comerciais vinícolas e das fortes comunidades de britânicos que operassem e residissem em Vila Nova de Gaia e no Porto naquela altura. Analisei igualmente para a elaboração do relatório de estágio alguns números de diferentes anos do jornal regional português *O Commercio do Porto* (grande parte dos números deste jornal que analisei estão disponíveis na página digital *X-arq*, pertencente ao Arquivo Municipal Sofia de Melo Breyner, em Vila Nova de Gaia, os quais estão guardados, protegidos e preservados no mesmo) do período histórico que delimitei, entre 1854-1908 (o acervo d' *O Commercio do Porto* disponível no Arquivo Municipal começa apenas no segundo semestre de 1854, ano da fundação do jornal), retirando informação dos valores que me foram apresentados nos diferentes periódicos do jornal, bem como no jornal nacional português *O Diario de Noticias* (o Arquivo Municipal detém a coleção deste jornal a partir do primeiro semestre de 1891) e no jornal nacional-regional português *O Jornal de Noticias* (a partir das décadas de 1880-1890), sendo estes dois últimos jornais uma oferta da *Global Media Group*, sociedade onde estão incluídos o *Diário de Notícias* (DN) e o *Jornal de Notícias* (JN) à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e ao Arquivo Municipal Sophia de Melo Breyner⁷.

⁶ O documento em si foi devidamente estudado e consta tanto no corpo de texto principal, presente no Capítulo 3, bem como nos Anexo II – Anexos Documentais, onde está a transcrição integral do documento.

⁷ O protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e a *Global Media Group* prevê a proteção do espólio da *Global Media* no Arquivo Municipal, com as condicionantes da consulta deste espólio só pode ser feita com marcação prévia e que a mesma só pode ser confirmada após a verificação o estado de conservação dos jornais (se estiver muito danificado não pode ser dado à consulta pelo leitor na Sala de Leitura do Arquivo Municipal), além que, em circunstância alguma, como decorre do protocolo assinado entre o Município e a *Global Media*, podem ser feitas reproduções de jornais, estando interdito a captação de fotografias ou a digitalização dos mesmos (devido a isso, não tenho nenhuma imagem nos Anexos, tanto do *Diário de Notícias* ou do *Jornal de Notícias*).

Fora o Arquivo Municipal Sophia de Melo Breyner (AMSMB), consultei também a documentação guardada no Arquivo Municipal do Porto referente ao comércio do Vinho do Porto no período histórico que propus, como documentação referente a João Henrique Andresen e aos seus sucessores à frente da *J.H.Andresen*, bem como de cartas topográficas da cidade do Porto datadas das décadas de 1880-1890, que servem de bússola para uma melhor compreensão de percebemos como eram, mais ou menos, os centros urbanos portuense e gaiense em finais de oitocentos e inícios de novecentos.

No âmbito das fontes primárias acerca dos negócios do Vinho do Porto nos séculos XIX-XX, analisei uma obra da minha biblioteca particular designada *Repertorio ou Indice Alphanbetico da Legislação Novissima das Alfandegas do Reino, Annotado com Legislação Antiga em Vigor, Offerecido A' Alfandega do Porto*, a qual foi impressa no Porto em 1835, cujo autor Camillo Aureliano da Silva e Souza, fidalgo-cavaleiro da Casa Real e escrivão de mesa da Alfândega do Porto, dá a conhecer por ordem alfabética as variadas disposições das Leis da Alfândega, resultantes da legislação portuguesa pós-Guerra Civil Portuguesa (1832-1834), relatando as alterações impostas à *Real Companhia Velha*, sobretudo da extinção dos privilégios e prerrogativas da mesma.

3. C A P Í T U L O: CORPO DE ENSAIO – PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO

3.1. As Relações Institucionais do Poder Local Gaiense com a *Real Companhia Velha* e as Companhias Comerciais Vinícolas Estrangeiras (1852-1908): Revisão da Literatura

O capítulo presente irá centrar-se na revisão da literatura que realizei para a elaboração do tema deste relatório de estágio, ao falar da relação institucional (quer política e económica) mantida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG) e das firmas comerciais com maior incidência para o comércio do Vinho do Porto, tanto nacionais, com principal importância a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia Velha*, como para as estrangeiras, como é o caso da luso-dinamarquesa *J.H.Andresen*, fundada em 29 de agosto de 1845 pelo comerciante luso-dinamarquês Jan Hinrich Andresen, naturalizado português em 1854 como João Henrique Andresen (1826-1894), durante o período de janeiro de 1852 a dezembro de 1908.

Dada a dimensão do tema que propus estudar e trabalhar, decidi apresentar um contexto histórico-cronológico e geográfico do mesmo, recorrendo à bibliografia disponível sobre o tema, que começa a partir dos anos 40 do século XVII, quando se dá uma revitalização da economia portuguesa após a restauração da independência do Reino de Portugal, abrindo a porta a novos mercados e dá a possibilidade dos negociantes estrangeiros, sobretudo os ingleses/britânicos, começarem a residir em Portugal e a fundarem os seus negócios comerciais, muitos dos quais focados no comércio do Vinho do Porto, passando pela criação da companhia majestática portuguesa *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia Velha* a 10 de setembro de 1756, atuando como uma companhia comercial

régia com privilégios e o monopólio da produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro, criado com o propósito da política pombalina da necessidade de reformar o sistema comercial português e a preservar a produção vinícola lusitana e que causará uma forte resistência por parte dos negociantes ingleses (britânicos a partir de 1707, com o *Act of Union* que fundou o Reino da Grã-Bretanha e Irlanda, através da união política-pessoal de Inglaterra e Escócia), os quais exigiam a liquidação da *Companhia*, e que, por fim, se estenderá até finais dos anos 80-90 do século XIX e inícios da década de 1900 do século XX, quando o comércio do Vinho do Porto atinge proporções nunca antes vistas, a abarcar novos mercados internacionais e uma outra mentalidade em relação à preservação da qualidade da marca do Vinho do Porto com legislação própria a ir de encontro a estas novas realidades cada vez mais profissionalizadas⁸, apesar de a situação nacional e internacional vivida, com a Monarquia Constitucional Portuguesa (1826-1910) a ser cada vez mais contestada internamente, além de assistirmos a uma série de crises que afetaram o setor do Vinho do Porto, obrigando em algumas situações concretas, o Estado central a intervir e a regular diretamente no setor em questão, como foi o caso do Executivo de João Franco Ferreira Pinto Castelo-Branco (*1855/1906-1908 [Primeiro-Ministro de Portugal]/†1929), o qual promoveu legislação sobre a regulamentação do vinho e cria nesse segmento uma nova demarcação que se manterá global até à atualidade, sofrendo algumas alterações apenas na década de 1920, além de ser assegurada a garantia da marca de origem do Vinho do Porto ao estabelecer-se o privilégio da Barra do Douro para a sua exportação.

3.1.1.Contexto Histórico-Cronológico e Geográfico (1640-1852)

⁸ Ainda no século XVIII deram-se os primeiros passos para uma “profissionalização” do comércio vinícola com a *Demarcação Pombalina* da região do Douro, em que foram concluídos todos os acertos à região demarcada do Douro.

«Sendo o principal objecto desta Companhia sustentar com a reputação dos vinhos a cultura das vinhas, e beneficiar ao mesmo tempo o comércio, que se faz neste género, estabelecendo para ele um preço regular, de que resulte competente conveniência aos que o fabricam, e respectivo lucro aos que nele negociam; evitando por uma parte os preços excessivos, que, impossibilitando o consumo, arruinam o género; evitando pela outra parte, que este se abata com tanta decadência, que aos lavradores não possa fazer conta sustentarem as despesas anuais da sua agricultura»

Instituição da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Lisboa,

1756

As consequências, tanto políticas como económicas, que a Guerra da Restauração Portuguesa (1 de dezembro de 1640 - 13 de fevereiro de 1668) teve no Reino de Portugal levaram a que a nova casa reinante portuguesa adotasse uma série de medidas político-económicas para revitalizar a economia e a imagem do país face a um contexto europeu profundamente marcado pela Guerra dos Trinta Anos (23 de maio de 1618 - 24 de outubro de 1648) e pelas políticas do Governo gaulês liderado por Armand-Jean du Plessis, cardeal e primeiro duque de Richelieu (*1585/1616-1617 [Secretário de Estado da Guerra de França]/1616-1617 [Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de França]/1624-1642 [Ministro-Chefe de Estado de França]/1626-1642 [Grão-Mestre da Navegação de França]/1632-1642 [Governador da Bretanha]). Com o fim da união dinástica e com o retorno da independência do comércio português perante o congénere espanhol, vários mercadores estrangeiros, entre os quais mercadores germânicos (maioritariamente provenientes da cidade-livre imperial de Hamburgo, outrora cidade pertencente à poderosa e célebre Liga Hanseática), holandeses, franceses e, principalmente, ingleses, beneficiaram com a ascensão da Casa de Bragança (1640-1910) como a nova casa reinante lusitana. No seu artigo intitulado

Os estrangeiros no Porto do vinho (século XVIII) (2004), o professor e historiador português António Barros Cardoso salienta que, a partir de 1640, com o fim da União Ibérica, os comerciantes ingleses, alemães e holandeses presentes nos grandes centros urbanos como Lisboa ou o Porto “granjearam progressivamente fatias importantes do nosso comércio com o exterior e imiscuíram-se mesmo nos nossos negócios internos”⁹, com uma total conivência por parte da Coroa lusitana como forma de a mesma ser auxiliada pelos reinos e impérios de que estes mercadores e comerciantes eram provenientes. Tal situação demonstrou ser um poderoso elo de ligação entre o papel destes mesmos mercadores estrangeiros no comércio português num antes e depois de 1640, além de dar conta das causas que levaram à elevada participação dos mercadores ingleses no comércio interno e externo português, principalmente no setor vinícola.

A relação diplomática luso-inglesa, sendo a mais antiga aliança político-militar da História a remontar ao Tratado Anglo-Português (16 de fevereiro de 1373) e ao Tratado de Windsor (elaborado a 9 de maio de 1386 e assinado a 24 de fevereiro de 1387), tinha sofrido um enorme revês devido às políticas levadas a cabo pela governação da Casa de Habsburgo em Portugal (1580-1640), chegando ao ponto da Inglaterra levantar armas contra o antigo aliado lusitano durante a Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604), onde a Invencível Armada espanhola de Filipe II de Espanha e Filipe I de Portugal (*1527/1554-1558 [Rei de Inglaterra/Rei da Irlanda *jure uxoris*]/1555-1598 [Senhor dos Países-Baixos/Duque da Borgonha como Filipe V]/1556-1598 [Rei de Espanha como Filipe II]/1580-1598 [Rei de Portugal como Filipe I]) foi derrotada em meados de julho - agosto de 1588 pela frota aliada anglo-holandesa¹⁰ de Isabel I de Inglaterra e Irlanda

⁹ CARDOSO, António Barros – *Os estrangeiros no Porto do vinho (século XVIII)*; Douro: Estudos & Documentos - vol. 9, n.º 17 (2004) - pág. 161. [consultado em 2025/05/25; 15:04]. Disponível na Internet: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23778/2/abarroscardosodouro17000096663.pdf>.

¹⁰ Os holandeses estavam em guerra com os espanhóis desde 1566-1568, quando se iniciou a Guerra dos Oitenta Anos (c. 1566/1568 - 30 de janeiro de 1648), conflito que visava a luta dos rebeldes holandeses pela independência dos Países-Baixos face a Espanha, resultando a 23 de janeiro de 1579 na União de Utrecht, embrião da futura República das Províncias Unidas (formada no período de 1581-1588). A par das batalhas que foram travadas neste período, como o Cerco de Leiden (outubro de 1573 - 3 de outubro de 1574), com uma vitória do exército rebelde holandês ou o Cerco de Breda (28 de agosto de 1624 - 5 de junho de 1625), com uma vitória do exército espanhol de Ambrogio Spinola Doria, primeiro marquês de Los Balbases e primeiro duque de Sesto (*1569/1629-1630 [Governador-Geral de Milão]), a Guerra dos Oitenta Anos foi pautada por atos de brutalidade e massacres perpetrados pelos *tercios* espanhóis

(*1533/1558-1603 [Rainha de Inglaterra/Rainha da Irlanda]), comandada pelo explorador e corsário inglês Francis Drake (c. 1540-1596). De forma a inverter a situação, o recém-monarca João IV de Portugal (*1604/1640-1656 [Rei de Portugal]) faz querer que os diplomatas presentes em Inglaterra assinem, a 29 de janeiro de 1642, um primeiro tratado de caráter político, mas também de teor económico e militar de forma a reabilitar as relações anglo-portuguesas. Todavia, devido a mudanças ocorridas na política interna anglo-saxã (no mesmo ano da assinatura do primeiro tratado de aliança anglo-português depois da restauração da independência portuguesa, iniciou-se a devastadora Guerra Civil Inglesa, a qual colocou realistas e parlamentares a degladiarem-se entre si e que terminará a 30 de janeiro de 1649 com o julgamento e a execução de Carlos I de Inglaterra, Escócia e Irlanda), o tratado acabou por não vingar e Portugal esteve até mesmo em conflito armado com a sua “velha aliada”. Em 1654 dá-se a realização da paz entre os dois reinos¹¹, com a realização de um outro tratado de cariz económico, no qual concede aos mercadores ingleses “residentes” no Reino de

comandados por Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel, terceiro duque de Alba (*1507/1555-1556 [Governador de Milão]/1556-1558 [Vice-Rei de Nápoles]/1567-1573 [Governador dos Países-Baixos Habsburgos]/1580-1582 [Primeiro Vice-Rei de Portugal/Primeiro Vice-Rei dos Algarves]/1581-1582 [Décimo Segundo Condestável de Portugal]), sob o lema «*pro lege, rege et grege*» («*pela lei, o rei e a grei*»). Destaca-se como um exemplo da brutalidade espanhola aquilo que ficou conhecido como a *Fúria Espanhola de Mechelen* (2 de outubro de 1572), que horrorizou até os partidários de Espanha. Alba foi encarregado de impor a ordem («Tendes o pulso livre», disse-lhe o rei Filipe II) e fê-lo recorrendo a uma onda de execuções e ao estabelecimento do *Tribunal dos Tumultos*, que ganhou rápida e merecidamente o epíteto popular de *Tribunal de Sangue*, que despontou uma onda de execuções (cerca de 3000 em cinco anos). Outro caso de banho de sangue foi o homicídio do líder da revolta holandesa, o príncipe Guilherme de Orange, o *Taciturno* (*1533/1544-1584 [Príncipe de Orange]/1559-1567 [Primeiro mandato como *Stadhouder* de Utrecht/Primeiro mandato como *Stadhouder* da Holanda/Primeiro mandato como *Stadhouder* da Zelândia]/1572-1584 [Segundo e último mandato como *Stadhouder* de Utrecht/Segundo e último mandato como *Stadhouder* da Holanda/Segundo e último mandato como *Stadhouder* da Zelândia]/1580-1584 [*Stadhouder* da Frísia]), a 10 de julho de 1584, abatido por um agente de Madrid (considerado como o primeiro homicídio a tiro de um chefe de Estado), encomendando diretamente por Filipe II.

¹¹ A Inglaterra no ano em que assina o segundo tratado político-comercial com Portugal aparentava ter um regime de carácter republicano (desde janeiro - maio de 1649), o qual teve como o seu principal líder o designado *Lord Protector* Oliver Cromwell (*1599/1628-1629 [Membro do Parlamento por Huntingdon]/1640-1653 [Membro do Parlamento por Cambridge]/1653-1658 [*Lord Protector* da Commonwealth da Inglaterra, Escócia e Irlanda]), que em 1653 tornar-se ia *Lord Protector* até à sua morte. A “jovem” república inglesa teria o seu fim em 1660 quando o segundo filho varão do executado Carlos I (*1600/1625-1649 [Rei de Inglaterra/Rei da Escócia/Rei da Irlanda]) derruba do poder o filho do falecido Cromwell, Richard Cromwell (*1626/1658-1659 [*Lord Protector* da Commonwealth da Inglaterra, Escócia e Irlanda]/†1712) e restaura a monarquia inglesa sob o título de Carlos II.

Portugal uma considerável liberdade no comércio interno e colonial português¹². As cláusulas imprimidas nestes dois tratados (tanto no primeiro tratado de janeiro de 1642 como no segundo de 1654) beneficiaram de forma notável a posição inglesa entre os portugueses ao garantir-lhes muitos privilégios e regalias como a “simples” proteção dos cônsules ingleses frente ao poder inquisitorial português, ou mesmo de poderem usufruir da sua liberdade de culto sem preocupações e o direito de possuírem um cemitério próprio em Portugal caso falecessem neste reino¹³.

Nos inícios dos anos 60 do século XVII, os tratados político-comerciais entre Portugal e a Inglaterra iriam tornar-se mais fortes, com a celebração do matrimónio da filha de João IV, a infanta portuguesa Catarina de Bragança (*1638/1662-1685 [Rainha-Consorte de Inglaterra/Rainha-Consorte da Escócia/Rainha-Consorte da Irlanda]/†1705) com o recém-coroadado Carlos II de Inglaterra, Escócia e Irlanda (*1630/1649-1651 [Primeiro reinado como Rei da Escócia]/1660-1685 [Rei de Inglaterra/Segundo e último reinado como Rei da Escócia/Rei da Irlanda]), em 1662, reforçando economicamente e territorialmente muito mais o Império Inglês do que o próprio Império Português, este último exausto pelas cláusulas expressas no tratado de paz com Espanha, terminando um período de vinte e oito anos de conflito através do Tratado de Lisboa (13 de fevereiro de 1668), que resultaria no reconhecimento espanhol da (re) independência portuguesa. Com os benefícios trazidos pelas cláusulas definidas nos tratados já estabelecidos, Portugal começou a testemunhar uma chegada significativa de negociantes provenientes das Ilhas Britânicas, que começaram a residir no reino e a fundar as suas próprias firmas comerciais. Não devemos esquecer que no último quartel do século XVII, as tensões crescentes entre o Reino de França e o Reino de Inglaterra levaram a um embargo económico inglês que visava os produtos provenientes do país rival, sobretudo os famosos vinhos franceses, levando por sua vez os mercadores

¹² PROENÇA, Maria Cândida – *Uma História Concisa de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de 2015; reimpresso em 2021); ISBN: 978-989-644-376-4; pág. 376-377.

¹³ CARDOSO, António Barros – *Os estrangeiros no Porto do vinho (século XVIII)*; Douro: Estudos & Documentos - vol. 9, n.º 17 (2004) - pág. 161. [consultado em 2025/05/25; 15:04]. Disponível na Internet: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23778/2/abarroscardosodouro17000096663.pdf>. Barros Cardoso refere igualmente no seu artigo que os comerciantes ingleses já gozavam de uma certa “liberdade económica” em Portugal alguns anos antes da assinatura do Tratado de Methuen em 1703.

ingleses, à procura de vinhos noutros locais, tendo visto em Portugal uma alternativa interessante para essa resolução. Das principais firmas comerciais vinícolas inglesas fundadas e sediadas na cidade do Porto e em Vila Nova de Gaia destaca-se a firma comercial *Peter Dowker*¹⁴, que operou no Porto entre 1691-1745, a firma *Os Jackson* que operou entre os anos 1710-1756 ou a célebre firma *Taylor's Port*, fundada em 1692 no Porto como *Job Bearsley* pelo comerciante de lãs inglês do mesmo nome Job Bearsley (?-?). Pouco se sabe acerca do fundador da empresa exceto que este era o dono do estabelecimento *The Ram Inn*, em Londres, e que a sua família era proprietária de terras em Warwickshire e Staffordshire. Inicialmente não comercializou Vinho do Porto, mas sim o “tinto de Portugal”, o magro e austero vinho produzido na região do Minho, a noroeste do país, com a sua paisagem verdejante e clima húmido da costa litoral. As sedes deste comércio foram a cidade portuária de Viana do Castelo e a outrora vila de Monção, situada nas margens do rio Minho. Seria apenas no século XIX, com Joseph Taylor (?-?), cujo mandato fez a ligação entre o período Bearsley e a chegada da família Yeatman, e John Alexander Fladgate (1809-1901) que a firma comercial adotaria uma outra posição no mercado vinícola. John Fladgate foi o primeiro dos novos sócios a mudar a sua residência para o Porto, em 1836. Em 1838, foi assinado no Porto um contrato de sociedade entre John Fladgate e Morgan Yeatman (cujos descendentes são ainda hoje proprietários da empresa) e a empresa adotou a sua atual designação, pela qual continua a ser conhecida: *Taylor Fladgate & Yeatman*.

Os séculos XVIII-XIX serão decisivos para a transformação total do comércio vinícola português, com a intervenção direta da Coroa portuguesa no setor e das inovações trazidas pelas companhias comerciais estrangeiras: da assinatura do Tratado de Methuen (27 de dezembro de 1703) que abriu Portugal a um novo mundo do tecido

¹⁴ Para além de ter sido uma das primeiras firmas comerciais inglesas a estabelecerem-se na cidade do Porto na segunda metade de seiscentos, a *Peter Dowker* mudou diversas vezes de designação, à medida das ligações de parceria que estabeleceu com outras firmas inglesas/britânicas que, entretanto, se lhe juntaram. Destaco algumas das designações que a firma *Peter Dowker* teve ao longo da sua existência: *Peter Dowker* (1691); *Dowker & Stukeley* (1694); *Dowker, Stukeley & Peak* (1701); *Dowker & Stukeley* (1702); *Dowker, Stukeley & Stert* (1711); *Stert, Hayman & C.º* (1724); *Stert & Hayman* (1729) e *Sampson & Richard Stert* (1731); ver CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes - O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro*; Porto, GEHVID, 2003, 1.º Vol., pág. 295.

comercial, apesar de grande parte dos benefícios recaírem para os britânicos até à consciencialização de políticas de fomento económico e reorganização comercial do reino, de inspiração mercantilista, políticas essas levadas a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado dos Assuntos Estrangeiros e da Guerra e secretário de Estado dos Assuntos Internos do Reino de Portugal e futuro primeiro conde de Oeiras e primeiro marquês de Pombal (*1699/1750-1756 [Secretário de Estado dos Assuntos Estrangeiros e da Guerra]/1756-1777 [Secretário de Estado dos Assuntos Internos do Reino]/†1782), e que se concretizaram na criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* e na demarcação da região do Alto Douro.

Visto como uma (re) confirmação da aliança político-económica estratégica entre o Reino de Portugal e o Reino de Inglaterra, Escócia e Irlanda e a entrada do reino lusitano na Guerra de Sucessão de Espanha ou Guerra da Sucessão Espanhola (1 de novembro de 1700/julho de 1701 - 11 de setembro de 1714)¹⁵, ao lado da *Grande Aliança* ou *Liga*

¹⁵ A 1 de novembro de 1700 morreu Carlos II de Espanha, (*1661/1665-1700 [Rei de Espanha]), com trinta e oito anos de idade, sendo o último monarca espanhol da Casa dos Habsburgo (Casa de Áustria), pois fazia-o sem descendência, mas, em virtude do seu precário estado de saúde, deixara as correspondentes disposições testamentárias. Nelas, uma vez que o seu sobrinho-neto José Fernando da Baviera (1692-1699), o herdeiro acordado previamente com as potências europeias, morrera a 6 de fevereiro de 1699 com apenas seis anos de idade, declarava como seu sucessor o jovem delfim francês Filipe de Bourbon, duque d'Anjou com então dezasseis anos, neto da sua meia-irmã mais velha Maria Teresa de Áustria (*1638/1660-1683 [Rainha-Consorte de França]) e do seu primo e cunhado Luís XIV de França (*1638/1643-1715 [Rei de França]). Quando a notícia do falecimento do monarca espanhol chegou a Versalhes a 9 de novembro, o avô paterno do delfim apressou-se a aceitar a herança do seu neto com a convicção de que com isso não só conseguiria angariar um firme aliado para a Coroa gaulesa, mas também a continuidade geográfica dos dois reinos permitiria fazer de Espanha um mero satélite da mesma. O duque d'Anjou, já como Filipe V de Espanha (*1683/1700-1724 [Primeiro reinado como Rei de Espanha]/1700-1714 [Rei de Nápoles/Rei da Sardenha]/1700-1713 [Senhor dos Países-Baixos]/1724-1746 [Segundo e último reinado como Rei de Espanha]), chegou a Madrid no dia 22 de janeiro de 1701. Esta medida não foi apenas contestada pelos Habsburgo imperiais de Viena, que consideravam que a sua dinastia era a legítima herdeira da Coroa de Espanha, mas também pelas restantes monarquias europeias que, com receio da hegemonia da França no continente, não aceitavam a presença de um neto do *Rei Sol* no trono espanhol. O sacro imperador romano Leopoldo I (*1640/1655-1705 [Rei da Hungria]/1654 ou 1656-1705 [Rei da Boémia]/1657-1705 [Arquiduque da Áustria/Rei da Croácia]/1658-1705 [Sacro Imperador Romano/Rei dos Romanos]), não só não reconheceu o duque d'Anjou como o novo rei de Espanha, mas também, sem uma declaração de guerra, dirigiu-se para os territórios espanhóis na Península Itálica, iniciando assim a futura Guerra de Sucessão de Espanha ou Guerra da Sucessão Espanhola (1 de novembro de 1700/julho de 1701 - 11 de setembro de 1714) A 11 de abril de 1713, França, Grã-Bretanha e Irlanda), Províncias Unidas, Portugal, Prússia e Sabóia assinavam a Paz de Utrecht ou Tratado de Utrecht, pondo fim ao seu envolvimento na Guerra da Sucessão Espanhola. O sacro imperador romano e candidato imperial ao trono espanhol Carlos VI (*1685/1711-1740 [Rei da Hungria/Rei da

de Augsburg¹⁶, a elaboração e assinatura do Tratado de Methuen a 27 de dezembro de 1703, elaborado pelo diplomata, juiz e membro do Parlamento inglês John Methuen (1650-1706) e pelo seu filho mais velho, o também diplomata Paul Methuen (c. 1672-1757), para além de ter sido o culminar das negociações anglo-portuguesas realizadas anteriormente, é considerado por unanimidade da historiografia portuguesa como responsável pela abertura dos mercados doméstico e ultramarino português às comunidades mercantis inglesas das cidades de Lisboa e do Porto, atribuindo-lhes um papel indiscutível na própria evolução económica do reino e do império luso¹⁷. O monarca Pedro II de Portugal (*1648/1668-1683 [Regente de Portugal]/1683-1706 [Rei de Portugal]), “«tanto em seu Proprio nome como no de seus sucessores»” admite “«para sempre daqui em diante no Reyno de Portugal, os Panos de lã até ao tempo que forão prohibidos pelas Leys, não obstante qualquer condição em contrario»”¹⁸. Por outro lado, o congénere britânico fez o mesmo juramento que o monarca português fizera e adquire como obrigação para a Coroa britânica “para sempre daqui em diante, de admitir na Grã-Bratânia os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os reynos de Inglaterra e França) não se poderá exigir de direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro titulo” independentemente do tipo de vasilhame em que chegassem aos portos ingleses, “mais

Boémia/Rei da Croácia/Arquiduque da Áustria]/1711-1740 [Sacro Imperador Romano]]) e os seus aliados alemães teimaram por mais um ano, sem conseguirem nada de significativo.

¹⁶ Formada originalmente a 20 de dezembro de 1689 em Haia, por Leopoldo I do Sacro Império Romano-Germânico e por Guilherme III de Inglaterra, Escócia e Irlanda (*1650/1650-1702 [Príncipe de Orange]/1672-1702 [Stadhouder da Holanda/Stadhouder da Zelândia/Stadhouder de Utrecht/Stadhouder de Gueldre/Stadhouder de Overijssel]/1689-1702 [Rei de Inglaterra/Rei da Escócia/Rei da Irlanda]), a coligação juntava a República Holandesa, a Inglaterra e a Monarquia Habsburguesa e tinha como objetivo primordial atuar como oposição às políticas expansionistas e belicistas de Luís XIV de França. Foi reformada e reforçada no Tratado de Haia (7 de setembro de 1701) durante a Guerra de Sucessão Espanhola e seria finalmente dissolvida em 1713, com o fim da Guerra de Sucessão Espanhola com o Tratado de Utrecht.

¹⁷ Ver ANTUNES, Cátia; SALVADO, João Paulo – 1703 - *Tratado de Methuen*; in FIOLEAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro (dir.) – *História Global de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de 2020; reimpresso em junho de 2021); ISBN: 978-989-644-635-2 - pág. 439-444; ver SERRÃO, José Vicente – *A Mercancia*; MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*; Vol. IV direcção de A. M. Hespanha; Círculo de Leitores/Estampa; 1993; ISBN: 972-42-0715-3 - pág. 97-117.

¹⁸ CARDOSO, António Barros – *Portugal e a Inglaterra nos Tempos Modernos*; Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA – Porto; III Série; vol. 4, (2003) - pág. 48. [consultado em 2025/05/28; 18:45]. Disponível na Internet: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7966/2/2349.pdf>.

do que se costuma pedir para igual quantidade, ou de medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do Direito do costume”¹⁹, demonstrando uma claríssima concordância entre as duas partes interessadas no contrato e ressaltando o interesse que os dois países detinham para a realização deste modelo comercial.

Cinquenta e dois anos depois da assinatura do Tratado de Methuen, a 10 de setembro de 1756, por Alvará régio de José I de Portugal (*1714/1750-1777 [Rei de Portugal]) e sob os auspícios de Carvalho e Melo, era criada a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia Velha*. A *Real Companhia Velha* não foi a primeira companhia majestática a ser criada a pedido de Carvalho e Melo, já se tinha formado anteriormente a *Companhia do Comércio da Ásia Portuguesa* ou *Companhia do Comércio Oriental* a 16 de março de 1753, destinada a controlar e a fomentar a atividade comercial com o Estado Português da Índia e a China imperial, ou a *Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão* ou *Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão* a 6-7 de junho de 1755, com o objetivo de controlar e fomentar a atividade comercial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão colonial, mas, também, não foi a última companhia comercial do género a ser fundada. Contudo, a *Real Companhia Velha* foi aquela que mais resistência teve durante a sua existência, sobretudo no período em que usufruía de privilégios régios. A sua criação deveu-se sobretudo à conjuntura política e económica que grassava o Reino de Portugal em meados do século XVIII, com a crise que se fazia sentir na exportação dos vinhos do Douro mas, sobretudo à “estagnação económica e a colonização informal de que Portugal era objecto por parte da Inglaterra”²⁰, em grande parte devido aos efeitos trazidos pelo Tratado de Methuen assinado no princípio do século, como afirmou o historiador português Fernando de Sousa na obra comemorativa dos 250 anos da *Real Companhia Velha* intitulada *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, já que a partir da década de 1750 sentiu-se um agravamento da situação

¹⁹ Idem, ibidem, pág. 48. [consultado em 2025/05/28; 18:45].

²⁰ SOUSA, Fernando – 1. *Origens da Companhia*; in SOUSA, Fernando (dir.) – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*; Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; (primeira edição de setembro de 2006); ISBN: 972-99070-6-4; pág. 34.

económica geral, uma crise eminentemente mercantil e atlântica como referiu nas suas obras o historiador e professor português Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho (1918-2011), que afetou brutalmente as economias lusitana e britânica, além de tornar o comércio atlântico mais perigoso e oneroso com o aumento dos preços dos fretes e seguros, em grande parte devido à Guerra dos Sete Anos (17 de maio de 1756 - 10 de fevereiro de 1763)²¹, que tinha deflagrado no mesmo ano da fundação da *Real Companhia Velha*.

Diante desta realidade, «numa atmosfera de penúria e dificuldades, agravada pelo ano agrícola “muito estéril e seco” de 1753 e tornada dramática pelo terramoto de 1755, que se desenvolve a primeira fase do despotismo esclarecido de Carvalho e Melo, caracterizada pela formação de companhias privilegiadas e monopólios destinados a garantir a reorganização económica de Portugal e seu Império, assente nos seus dois principais elementos, o comércio com o Brasil, e o vinho, particularmente o Vinho do Porto»²² que a *Real Companhia Velha* foi fundada com o principal objetivo de garantir e promover. Os propósitos da fundação da *Companhia* foram a garantia, de forma articulada, da produção e comercialização dos vinhos feitos no Alto Douro, do travão à concorrência de outros vinhos portugueses de qualidade inferior, da limitação do predomínio e até mesmo do controlo desta atividade económica pelos britânicos e, por último e não menos importante, do aumento lógico dos rendimentos da Coroa

²¹ Conflito bélico de grandes dimensões que opôs o Império Russo de Isabel I Petrovna (*1709/1741-1762 [Imperatriz da Rússia]), o Reino de França de Luís XV (*1710/1715-1774 [Rei de França]) e o Arquiducado da Áustria de Maria Teresa (*1717/1736-1737 [Duquesa-Consorte da Lorena/Duquesa-Consorte de Bar]/1737-1765 [Grã-Duquesa-Consorte da Toscana]/1740-1780 [Rainha da Hungria/ Primeiro reinado como Rainha da Boémia/Rainha da Croácia/Arquiduquesa da Áustria]/1743-1780 [Segundo e último reinado como Rainha da Boémia]/1745-1765 [Sacra Imperatriz Romana]) contra o Reino da Grã-Bretanha e Irlanda de Jorge II (*1683/1727-1760 [Rei da Grã-Bretanha e Irlanda/Eleitor de Hanôver]) e do seu neto e sucessor Jorge III (*1738/1760-1800 [Rei da Grã-Bretanha e Irlanda]/1801-1820 [Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda]/1814-1820 [Rei de Hanôver]), o Reino na Prússia de Frederico II, o *Grande* (*1712/1740-1772 [Rei na Prússia/Eleitor de Brandemburgo]/1772-1786 [Rei da Prússia/Eleitor de Brandemburgo]) e o Reino de Portugal (a partir de 1762 com uma pequena e breve participação militar), conflito esse que alguns historiadores consideram uma espécie de “guerra mundial” pelas dimensões que o conflito bélico teve no “Velho Continente” e nos outros continentes (principalmente na América do Norte e na Ásia) onde as potências europeias detinham colónias ou estados-vassalos.

²² SOUSA, Fernando – 1. *Origens da Companhia*; in SOUSA, Fernando (dir.) – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*; Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; (primeira edição de setembro de 2006); ISBN: 972-99070-6-4; pág. 35.

portuguesa provenientes do comércio dos vinhos do Alto Douro, que vieram a tornar-se numa das maiores fontes de receita do Estado português. A oposição à recém-criada *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* e da nova organização da economia mercantil portuguesa forjada por Carvalho e Melo fez-se surgir com força, tanto pelos mercadores britânicos como também pelos mercadores portugueses, os quais inicialmente favoráveis e interessados na formação da Companhia deixaram de estar quando souberam que o capital da Instituição também se destinava a ser emprestado a juro aos lavradores do Alto Douro, contra o monopólio do comércio dos vinhos produzidos no Douro concebido pela Coroa à *Companhia*. Entre 23 e 28 de fevereiro de 1757, dá-se um motim do povo da cidade do Porto contra a *Real Companhia Velha*, que se levantava contra o exclusivo concedido à *Companhia* na venda de vinhos de ramo na cidade do Porto e num raio de três léguas à volta desta, contra o consequente aumento dos preços e a redução drástica do número de tabernas. A resposta da autoridade central foi violentíssima sobre os amotinados: por cartas régias, datadas de 28 de fevereiro, deu-se a prisão e a condenação a mais de 470 pessoas, com a execução de 21 homens e de 5 mulheres.

Carvalho e Melo abriu portas também para a primeira demarcação da região do Alto Douro assumindo, como afirmou o professor e historiador português Gaspar Martins Pereira no seu artigo intitulado *1756 - Demarcação da região do vinho do Porto*, inserido na obra conjunta *História Global de Portugal* (Temas e Debates; 2021), com coordenação de Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva, um “inegável pioneirismo como instrumento de regulação e de garantia da qualidade e genuinidade de um tipo de vinho que tinha já conquistado o reconhecimento dos mercados, introduzindo noções-chaves que só no século xx foram adotadas pelas principais denominações de origem de vinhos”²³. Entre meados de setembro de 1757 e janeiro de 1758 até 1761 ocorre aquilo que designamos como *Demarcação Pombalina* na região do Douro, onde são concluídos todos os acertos à região demarcada do Douro, que

²³ PEREIRA, Gaspar Martins – *1756 - Demarcação da região do vinho do Porto*; in FIOHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro (dir.) – *História Global de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de 2020; reimpresso em junho de 2021); ISBN: 978-989-644-635-2 - pág. 475.

compreende um total de 67 paróquias, e são impostas sanções aos transgressores das regras da *Real Companhia Velha*, que incluem a adulteração de vinhos, a mistura de uvas brancas e tintas e a introdução de vinhos na zona demarcada e lotação com os mesmos. A *Demarcação Pombalina* é considerada por muitos investigadores como a “primeira demarcação vitícola do mundo, o que só em parte poderá aceitar-se, já que outras regiões vitícolas europeias, produtoras de vinhos de qualidade reconhecidos nos mercados, tinham sido objeto de demarcações anteriores”²⁴.

Os anos 60-70 e 80-90 do século XVIII darão uma nova vida ao comércio vinícola português, com uma internacionalização do setor vinícola português e a ascensão do poder da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas dos Alto Douro*, a abarcar novos mercados europeus, bem como estabelecer o seu domínio no setor vitícola: em 1781, por exemplo, a exportação do Vinho do Porto da *Real Companhia Velha* chegava pela primeira vez para a região do Mar Báltico e para os principais portos do Império Russo de Catarina II, *a Grande* (*1729/1762 [Imperatriz-Consorte da Rússia]/1762-1796 [Imperatriz da Rússia]), sendo que a *Companhia* envia três emissários a São Petersburgo, Riga e Arkhangesk, onde se estabelecem depósitos de vinho produzido no Douro. Por exemplo, chegamos ao ano de 1799 (penúltimo ano do século XVIII), e vemos que a importância do Vinho do Porto para a economia do Reino de Portugal é tal que o Vinho do Porto representa mais de 50% de todas as exportações portuguesas. No primeiro ano do novo século, em 1801, fez-se um registo de um alargamento da área denominada por *Demarcação Mariana* ou *Demarcação Subsidiária*, passando a região demarcada no tempo do marquês de Pombal a compreender 87 paróquias.

Contudo, os finais do século XVIII e inícios do século XIX seriam anos de profundas mudanças em todos os níveis, com uma conjuntura política e económica totalmente contrária daquela que foi vivida nas últimas décadas do século anterior e nada seria como dantes. A Revolução Francesa (5 de maio de 1789 - 9 de novembro de 1799) tinha

²⁴ Idem, idem; pág. 478-479. São exemplos das zonas vitícolas de Chianti, Pomino, Carmignano e Val d’Arno di Sopra, delimitadas pelo edital do grão-duque da Toscana Cosimo III de Médici (*1642/1670-1723 [Grão-Duque da Toscana]), de 24 de setembro de 1716, ou a região de Tokaj-Hegyalja, no Reino da Hungria, delimitada pelo decreto de Carlos VI, publicado a 11 de março de 1737.

criado a passagem de um Estado absoluto para um Estado liberal: uma Constituição redigida e aprovada, separação dos poderes (legislativo, executivo e judicial), a existência de acordos e tratados que protegiam os direitos humanos, o sufrágio universal (será um processo mais avançado em alguns Estados do que noutros), a independência dos tribunais perante a Coroa, o controlo da legalidade da administração pública e, num plano mais a nível económico-social, a libertação da terra, a abolição dos privilégios feudais ou a aposta de uma economia de mercado desvinculada de monopólios corporativos. Seguiu-se depois do período revolucionário à expansão dos valores revolucionários por meio das armas, dando origem às Guerras da Revolução Francesa ou Guerras Revolucionárias (20 de abril de 1792 - 27 de março de 1802) e, por fim, às Guerras Napoleónicas (18 de maio de 1803 - 20 de novembro de 1815), estas últimas empreendidas pelas ambições militares e políticas do general francês Napoleão Bonaparte, a partir de 1804 como Napoleão I de França (*1769/1799-1804 [Primeiro Cônsul da República Francesa]/1804-1814 [Primeiro reinado como Imperador dos Franceses]/1815 [Segundo e último reinado como Imperador dos Franceses]/†1821), no qual o Reino de Portugal foi participante dos dois conflitos bélicos, sendo que no último conflito sofreu três invasões do exército napoleónico (1807-1810), provocando a fuga da família real portuguesa para o Brasil colonial e o auxílio do exército britânico na luta com os franceses na Guerra Pensinsular (27 de outubro de 1807/2 de maio de 1808 - 17 de abril de 1814), liderado por Arthur Wesley ou Wellesley, futuro primeiro duque de Wellington (*1769/1827-1828 [Primeiro mandato como Comandante-Chefe do Exército Britânico]/1828-1830 [Primeiro mandato como Primeiro-Ministro do Reino Unido/Primeiro mandato como Líder da *Câmara dos Lordes*]/1834-1835 [Segundo mandato como Líder da *Câmara dos Lordes*]/1834 [Segundo e último mandato como Primeiro-Ministro do Reino Unido]/1841-1846 [Terceiro e último mandato como Líder da *Câmara dos Lordes*]/1842-1852 [Segundo e último mandato como Comandante-Chefe do Exército Britânico]).

Dentro desta realidade, o comércio vinícola acabou por sofrer, e muito, com a conjuntura que se formava e as tensões existentes entre a *Real Companhia Velha* e os mercadores britânicos sediados no Porto e em Gaia atingiram o seu clímax. A 19 de

fevereiro de 1810, dá-se a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Reino de Portugal e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, que consagrava o princípio do liberalismo económico, fundado sobre as bases da reciprocidade e mútua conveniência dos reinos. Porém, o saldo global deste tratado é profundamente negativo para o reino lusitano: por um lado, aumentou o défice da balança comercial com o Reino Unido e, por um outro lado, hipotecou o futuro do desenvolvimento industrial. Para piorar ainda mais a situação, em 1812, durante o auge das Guerras Napoleónicas, Percy Smythe, sexto visconde de Strangford (*1780/1806-1808 [Enviado Extraordinário Britânico e Ministro Plenipotenciário em Portugal]/1817-1820 [Enviado Extraordinário Britânico e Ministro Plenipotenciário na Suécia]/1820-1824 [Embaixador Britânico no Império Otomano]/1825-1826 [Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário Britânico na Rússia]/†1855) lança a ameaça de retirar o subsídio anual de dois milhões de libras que fora votado no Parlamento britânico como auxílio ao Reino de Portugal, devido à resistência do executivo português quanto à extinção total da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Em 12 de julho desse mesmo ano, os feitores britânicos de Vinho do Porto enviam à *Câmara dos Comuns* uma petição intitulada *Humilde petição dos membros da extinta Feitoria do Porto, em seu nome e no de outras pessoas interessadas no comércio de Portugal*, queixando-se dos agravos, opressões e vexações que sofre o comércio britânico, em virtude da *Real Companhia Velha* manter o seu monopólio contra os vassalos britânicos, considerando eles que, ao abrigo do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado dois anos antes (em 1810), têm o direito de estar isentos do referido monopólio, além de pedirem a imediata abolição e extinção da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, contribuindo para uma degradação das relações de Portugal-Reino Unido: contudo, as acusações à *Companhia* foram contraditadas por “44 casas inglesas correspondentes da Companhia na Grã-Bretanha, que saíram em sua defesa, reunindo e expondo ao Governo inglês em sentido contrário, o que anulou as pretensões dos comerciantes ingleses do Porto”²⁵. A

²⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da; SOUSA, Fernando de – 8. *A Companhia e os Ingleses*; in SOUSA, Fernando (dir.) – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*; Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; (primeira edição de setembro de 2006); ISBN: 972-99070-6-4; pág. 416.

Real Companhia Velha tinha sobrevivido a mais um ataque/acusação por parte dos comerciantes britânicos que exigiam a sua extinção e tinha sido reforçada no seu poder comercial: contudo, os anos 20-30 do século XIX seriam desafiantes, diria até dramáticos para a *Companhia* como veremos de seguida, alterando de forma permanente a sua organização e funcionamento, já que, como uma companhia privilegiada típica do *Antigo Regime*, ela é extinta definitivamente.

Nos últimos meses dos doze anos intermináveis das Guerras Napoleónicas, teve início em 18 de setembro de 1814, um congresso na capital austríaca, Viena, que juntou os representantes diplomáticos dos diferentes e diversos Estados europeus beligerantes (e também neutrais) para discutir o futuro do “Velho Continente” após a deposição de Napoleão I de França do trono gaulês e a vitória militar das forças aliadas. Durante a sua longa governação como chefe de Estado francês (tanto na figura de primeiro-cônsul republicano a partir de 1799 como na figura de imperador a partir de 1804), Napoleão passou pela Europa como uma espécie de ciclone, derrubando casas reinantes milenares, modificando as fronteiras e impondo uma hegemonia político-militar francesa nunca antes vista na História Europeia. Por isso, depois da sua derrota na Batalha de Leipzig (16-19 de outubro de 1813) e da sua primeira abdicação (6 de abril de 1814) e, depois da derrota decisiva da Batalha de Waterloo (18 de junho de 1815) e do seu aprisionamento na ilha de Santa Helena, as potências vencedoras propuseram-se voltar atrás no tempo histórico, restaurando a velha ordem política sobre a base do santo princípio da legitimidade dinástica. Porém, na prática, os ministros que lideraram as negociações em Viena – o austríaco Klemens Wenzel Nepomuk Lothar, príncipe de Metternicht-Winneburg zu Beilstein (*1773/1809-1848 [Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império Austríaco]/1821-1848 [Chanceler do Império Austríaco]/†1859), o britânico Robert Stewart, segundo marquês de Londonderry ou Lorde Castlereagh (*1769/1798-1801 [Secretário-Chefe para a Irlanda]/1802-1806 [Presidente do Conselho de Controlo]/1805-1806 [Primeiro mandato como Secretário de Estado da Guerra e das Colónias]/1807-1809 [Segundo e último mandato como Secretário de Estado da Guerra e das Colónias]/1812-1822 [Líder da *Câmara dos Comuns*]/1812-1822 [Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros]), os prussianos

Karl August Fürst von Hardenberg (*1750/1804-1806 [Primeiro mandato como Primeiro-Ministro da Prússia]/1807 [Segundo mandato como Primeiro-Ministro da Prússia]/1810-1822 [Terceiro e último mandato como Primeiro-Ministro da Prússia]/1810-1814 [Segundo Ministro do Interior da Prússia]) e Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand von Humboldt (1767-1835), o russo Karl Robert Reichsgraf von Nesselrode-Ehreshoven (*1780/1816-1856 [Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império Russo]/†1862) e o francês Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, primeiro príncipe de Benevento e primeiro príncipe de Talleyrand (*1754/1789 [Deputado dos Estados-Gerais pelo Primeiro Estado]/1789-1791 [Membro da Assembleia Nacional Constituinte]/1797-1799 [Primeiro mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros]/1799-1807 [Segundo mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros]/1814-1815 [Terceiro e último mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros]/1815 [Primeiro-Ministro de França]/1830-1834 [Embaixador da França no Reino Unido]/†1838)²⁶ – não se limitaram a uma simples restauração, mas deram aso à formação de um novo sistema de equilíbrio político. Por um lado, “premiavam” as potências vencedoras com novas aquisições territoriais: o Império Russo obteve a maior parte da Polónia; a Áustria recebeu a Lombardia e o Vêneto, além de ter recebido novamente territórios historicamente seus que haviam sido perdidos para o Primeiro Império Francês e para os seus aliados; a Prússia anexou múltiplos pequenos territórios alemães (o norte da Saxónia, a Posnânia, a Pomerânia ou a Vestefália); por fim, a Suécia incorporou-se com o recém-independente Reino da Noruega²⁷. Por um outro lado, a França, como a “potência agressora” e derrotada, perdeu todas as suas conquistas militares posteriores a 1792 e ficou, de uma forma ou de outra, rodeada por uma série de Estados-tampão nas suas fronteiras: o reino dos Países-Baixos (incluía o atual território da Bélgica), a Renânia prussiana, o reino de Sabóia-Piemonte, e a

²⁶ “Sobrevivente” dos excessos cometidos durante a Revolução Francesa, Talleyrand trabalhou e desempenhou cargos diplomáticos nos diversos governos franceses que se seguiram ao processo revolucionário iniciado em 1789: no Diretório (1797-1799), no Consulado (1799-1804), no Primeiro Império Francês (1804-1807) e, finalmente, no período da Restauração da Monarquia Gaulesa (1814-1834/1838).

²⁷ A união das coroas sueco-norueguesa duraria até 1905, com a separação do Reino da Noruega e do Reino da Suécia.

Confederação Helvética (atual Suíça), a qual viu garantida nos tratados de paz a confirmação da sua neutralidade em relação aos conflitos que surgiram no continente europeu nos séculos seguintes. Excetuando o Reino de Hanôver voltou a ser governado pelos monarcas britânicos que dali procediam (até 1837 com a ascensão ao trono da rainha Vitória I), o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda reforçou ainda mais o seu império ultramarino, graças à atribuição de praças marítimas estratégicas como Malta, a colónia do Cabo ou Ceilão, tornando-se assim na grande potência político-militar económica, colonial e marítima da primeira metade do século XIX.

Diante desta nova realidade geopolítica, o professor e historiador português José Luís Cardoso referiu no seu capítulo intitulado *O Reino Unido em Busca de um Império Perdido*, integrado na obra dirigida pelo historiador Rui Ramos sobre as monarquias constitucionais luso-brasileiras (1822-1910), que com o fim do conflito bélico na Europa diminuía um pouco as pressões que o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda fazia ao Reino de Portugal e ao distanciamento deste último à aceitação total das prerrogativas britânicas²⁸. Contudo, o contexto internacional não impediu que se viesse a verificar um certo “apagamento” da participação lusitana nas conversações em Viena e mesmo com o envolvimento direto da comitiva portuguesa²⁹, composta por António Araújo de Azevedo, António de Saldanha da Gama, conde de Porto Santo (1778-1839), Joaquim Lobo da Silveira, sétimo conde de Oriola (1772-1846) e por Pedro de Sousa Holstein, futuro primeiro duque do Faial, primeiro duque de Palmela e primeiro-ministro de Portugal (*1781/1809-1812 [Embaixador em Espanha]/1816-1820 [Primeiro mandato como Embaixador no Reino Unido]/1820-1821 [Ministro da Guerra]/1823-1825 [Primeiro mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros]/1825-1827 [Segundo e

²⁸ O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda foi crucial para a manutenção da soberania portuguesa no contexto conturbado das invasões francesas ao país ibérico, resultando assim numa aproximação muito grande, quase forçada, da monarquia lusitana aos interesses britânicos para salvaguardar a independência da Coroa portuguesa; ver CARDOSO, José Luís – *O Reino Unido em Busca de um Império Perdido*; in CARVALHO, José Murilo de; RAMOS, Rui; SILVA, Isabel Corrêa – *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*; Dom Quixote; (primeira edição de agosto de 2018); ISBN: 978-972-20-6578-8; pág. 19.

²⁹ Apesar do facto de todo o executivo português, incluindo o rei, estar presente no Brasil no momento das negociações em Viena; ver MIKABERIDZE, Alexander – *Las Guerras Napoleónicas: Una Historia Global*; Desperta Ferro Ediciones; (primeira edição de novembro de 2022); ISBN: 978-84-124830-5-5; pág. 831.

último mandato como Embaixador no Reino Unido]/1832 [Primeiro mandato como Ministro do Reino]/1834-1836 [Primeiro mandato como Presidente da *Câmara dos Pares*]/1834-1835 [Primeiro mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/1835 [Segundo mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros]/1839-1840 [Primeiro mandato como Presidente da *Câmara dos Senadores*]/1840-1842 [Segundo e último mandato como Presidente da *Câmara dos Senadores*]/1842-1850 [Segundo e último mandato como Presidente da *Câmara dos Pares*]/1842 [Segundo mandato como Primeiro-Ministro de Portugal/Terceiro e último mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros]/1846 [Terceiro e último mandato como Primeiro-Ministro de Portugal/Segundo e último mandato como Ministro do Reino/Ministro das Finanças/Ministro da Justiça]], a posição portuguesa foi fortemente “condicionada pela inércia decorrente das escolhas políticas e diplomáticas celebradas anteriormente”³⁰, nomeadamente com os britânicos. Mesmo assim, Portugal conseguia reclamar Olivença como parte do território português e que Espanha deveria devolver o território que tinha anexado durante a Guerra das Laranjas (20 de maio - 9 de junho de 1801), algo que nunca viria a acontecer por parte das autoridades espanholas nos séculos seguintes (e até aos dias de hoje).

A implementação do liberalismo não seria totalmente pacífica em alguns países europeus: a própria França, berço do processo revolucionário, só começou a estabilizar-se politicamente e socialmente durante o Governo do Diretório (26-31 de outubro de 1795 - 10 de novembro de 1799) e do Consulado (10 de novembro de 1799 - 18 de maio de 1804), os quais impediram que a Revolução caminhasse para a extrema violência e destruição praticada durante a vigência do Reino do Terror (5 de setembro de 1793 - 27 de julho de 1794/25 de outubro de 1795); em 1812, quando os exércitos de Napoleão sofriam pesadas baixas durante a famosa campanha militar napoleónica na Rússia, os espanhóis revoltaram-se e as Cortes espanholas aprovaram a Constituição liberal de Cádiz, com uma forte inspiração pela Constituição norte-americana (1787-1789) e

³⁰ CARDOSO, José Luís – *O Reino Unido em Busca de um Império Perdido*; in CARVALHO, José Murilo de; RAMOS, Rui; SILVA, Isabel Corrêa – *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*; Dom Quixote; (primeira edição de agosto de 2018); ISBN: 978-972-20-6578-8; pág. 20.

também nos valores revolucionários-liberais franceses. Seria durante este período que o liberalismo chegaria a Portugal: depois da retirada dos franceses do reino, a permanência de João VI de Portugal (*1768/1816-1826 [Rei de Portugal]/1816-1822 [Rei do Brasil]) e da família real no agora Reino do Brasil, o domínio dos militares britânicos que continuavam no país e a execução do general Gomes Freire de Andrade e dos seus companheiros por uma tentativa de um golpe militar fracassado (1817) agravaram o descontentamento da maior parte da população portuguesa. Em 1818 seria fundado o *Sinédrio* por alguns dos homens de leis e de negócios da cidade do Porto, os quais pretendiam, como referiu a investigadora e historiadora portuguesa Maria Cândida Proença, um “movimento de implantação de um regime liberal no país”. O grupo passaria da teoria à prática relativamente cedo: a 24 de agosto de 1820 triunfava um golpe militar que tinha começado no Campo de Santo Ovídio (atual Praça da República) e que estabelecia, pela primeira vez, um regime liberal no país. Começava assim a Revolução Liberal Portuguesa. Os revolucionários tinham o propósito de reunir as Cortes (as quais não eram convocadas desde 1697-1698) para elaborar uma Constituição, realizar as reformas necessárias para modernizar Portugal em relação a alguns países europeus da primeira metade do século XIX, fazer regressar o monarca do Brasil e conservar a “santa religião” católica. Das Cortes eleitas em dezembro de 1820 e da formação da Assembleia Constituinte (24 de janeiro de 1821 - 4 de novembro de 1822) saiu a primeira Constituição escrita portuguesa (a Constituição de 22 de setembro de 1822), bastante modelada pela constituição gaulesa de 1791 e a sua congénere espanhola elaborada ainda no rescaldo da Guerra Peninsular em 1812. A Constituição Portuguesa de 1822 era um documento bastante avançado para a época: a primeira parte, relativa aos direitos e liberdades individuais, tinha um largo alcance social (extinguiam-se todos os privilégios decorrentes do nascimento do indivíduo e todos os cidadãos passaram a ser iguais perante a lei); num aspeto mais político, a Constituição afirmava que a soberania residia na “nação”, e certificava a independência dos três poderes (o poder legislativo competia às Cortes que teriam uma câmara única, a *Câmara dos Deputados*, que seria eleita diretamente por todos os cidadãos do sexo masculino

maiores de 25 anos e que soubessem ler e escrever; o poder executivo pertencia ao rei e ao governo; já o poder judicial era exercido pelos juízes nos tribunais).

Não foi fácil, porém, a vida do regime do *Vintismo*: as medidas decretadas pelas Cortes Constituintes, mais tarde consignadas na Constituição de 1822, desagradavam às classes privilegiadas, que desejavam o retorno da situação política anterior e em que viam um apoio importante do infante Miguel de Bragança, futuro Miguel I de Portugal (*1802/1828-1834 [Rei de Portugal]/†1866); por outro lado, a crise política que ocorreu no Brasil após o regresso de João VI a Portugal em 1821 e que culminou com a independência da antiga colônia portuguesa com Pedro I do Brasil, futuro Pedro IV de Portugal (*1798/1822-1831 [Imperador do Brasil como Pedro I]/1826 [Rei de Portugal como Pedro IV]/†1834) a proclamar-se como o seu primeiro imperador. Com a independência do Brasil perante o império ultramarino português, os Estados europeus, com principal destaque o Reino Unido e a França, pressionaram Portugal a adotar uma medida concreta em relação à sua antiga colônia. Os diplomatas britânicos (e também os franceses) afirmaram que a *Santa Aliança*³¹ nunca se ia imiscuir “nos negócios das antigas colônias portuguesas e espanholas”³², mas que as independências das mesmas antigas colônias dos impérios ibéricos eram favoráveis aos interesses comerciais, principalmente com os britânicos, os quais tinham acesso aos portos brasileiros desde a assinatura do tratado comercial entre o Reino Unido e Portugal em 1810 e, assim, permitia-lhes comerciar com o Brasil, sem pagar direitos à metrópole que era Portugal³³. Estes podiam assim, “adquirir mais facilmente, e a um melhor preço, algumas matérias-

³¹ A 26 de setembro de 1815, depois do encerramento do Congresso de Viena e do estabelecimento da nova ordem política europeia, as principais potências vencedoras do conflito napoleónico, Rússia, Áustria e Prússia, assinaram um tratado político-religioso que permitia a criação de uma Santa Aliança, a qual tinha como principal objetivo a restauração da ordem política do *Ancien Régime* com uma forte aparência religiosa, onde transparecia a vontade de aplicar os princípios cristãos, o amor, a paz ou a justiça à política; o acordo, além de contemplar a não-agressão mútua, visava também a continuidade de uma filosofia de absolutismo régio a prosseguir na gestão dos Estados europeus, de forma a contrariar as sublevações que se estavam a sentir da parte dos setores populacionais que pretendiam uma política mais nacional e liberal.

³² VALENTE, Vasco Pulido – *O Fundo da Gaveta*; Dom Quixote; (primeira edição de junho de 2018; segunda edição de agosto de 2018); ISBN: 978-972-20-6552-8; pág. 62.

³³ PROENÇA, Maria Cândida – *Uma História Concisa de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de setembro de 2015; reimpresso em agosto de 2021); ISBN: 978-989-644-376-4; pág. 532.

primas e produtos tropicais, ao mesmo tempo que conquistavam um bom mercado para a colocação dos seus produtos manufaturados”³⁴.

Dadas as circunstâncias revolucionárias presentes no Reino de Portugal e no seu vasto império colonial, os membros da *Santa Aliança* começaram a interferir na política interna portuguesa para reverter os avanços do liberalismo em Portugal, animando de certa forma aqueles que estavam contra os ideias da Constituição. O ano seguinte, 1823, com o triunfo da *Vilafrancada*, marcava o fim do regime vintista, passando para um regime mais moderado mas ainda com a formação de facções com visões bastante distintas: os liberais sob o comando do príncipe herdeiro Pedro de Bragança (na altura como Pedro I do Brasil) e os absolutistas ou miguelistas sob a égide do infante Miguel, o qual tinha promovido as revoltas pró-absolutistas da *Vilafrancada* (27 de maio - 3 de junho de 1823)³⁵ e da *Abrilada* (30 de abril de 1824)³⁶. Com o falecimento de João VI de

³⁴ Também por outro sentido, a Áustria também apoiou as pretensões de Pedro I do Brasil ao tornar-se soberano do recém-independente império brasileiro, uma vez que o príncipe-herdeiro português tinha contraído matrimónio com Maria Leopoldina de Áustria (*1797/1822-1826 [Imperatriz-Consorte do Brasil]/1826 [Rainha-Consorte de Portugal]), filha do imperador austríaco Francisco I (*1768/1792-1804 [Arquiduque da Áustria]/1792-1835 [Rei da Boémia/Rei da Hungria]/1792-1806 [Sacro Imperador Romano/Rei dos Romanos como Francisco II]/1804-1835 [Imperador da Áustria como Francisco I]/1815-1835 [Rei da Lombardia-Vêneto]/1815-1835 [Chefe do *Präsidialmacht* da Áustria]). Diante desta realidade, Portugal não detinha apoio entre as grandes potências europeias e seus aliados para impor a sua soberania no seu “diamante” do seu império colonial pela força das armas: depois de longas negociações que tiveram a mediação do Reino Unido, a independência do império do Brasil seria reconhecida oficialmente pelo Reino de Portugal em agosto de 1825, data em que o Brasil se separava para sempre de Portugal, tendo Pedro I como seu primeiro soberano independente; ver PROENÇA, Maria Cândida – *Uma História Concisa de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de setembro de 2015; reimpresso em agosto de 2021); ISBN: 978-989-644-376-4; pág. 532-534). Com o reconhecimento da independência, Portugal perdia a mais valiosa das suas colónias, provocando um forte abalo nas finanças do reino. A perda do Brasil implicaria a alimentação de acesas polémicas na política interna portuguesa até ao início da guerra civil.

³⁵ Golpe de estado, o qual teve lugar no território de Vila Franca de Xira, que colocou um fim na primeira tentativa de imposição de um regime liberal em Portugal. Perante a adesão de regimentos à revolta do seu filho mais novo, João VI viu-se forçado a assumir o comando da situação ao ter que se dirigir a Vila Franca, onde exigiu a obediência do infante, atribuindo-lhe, porém, o comando do exército português. De seguida, nomeou um outro governo, prometeu a elaboração de uma Carta Constitucional, anulou as sentenças das Cortes contra a sua esposa Carlota Joaquina de Bourbon (*1775/1816-1826 [Rainha-Consorte de Portugal]/1816-1822 [Rainha-Consorte do Brasil]/†1830) e mandou libertar os presos políticos; ver PROENÇA, Maria Cândida – *Uma História Concisa de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de setembro de 2015; reimpresso em agosto de 2021); ISBN: 978-989-644-376-4; pág. 537.

³⁶ Revolta liderada pelo Infante Miguel de Bragança em abril de 1824, com o apoio do exército. Uma centena de liberais foram encarcerados; o próprio rei João VI ficou cercado por tropas no palácio da Bemposta, de onde não podia sair. As principais potências estrangeiras não apoiaram o golpe liderado por Miguel, pelo que os membros do corpo diplomático, com um maior destaque para os embaixadores

Portugal a 10 de março de 1826, com cinquenta e oito anos de idade, entrou-se num novo período bastante conturbado: dois anos mais tarde, em 1828, o infante Miguel seria aclamado rei de Portugal e com ele o absolutismo retornaria ao poder, desencadeando a eclosão de uma violenta guerra civil (1832-1834) entre os liberais e os seus partidários e os absolutistas miguelistas. Ambas as partes seriam financiadas pelas potências europeias: a Áustria apoiaria as tropas miguelistas pela sua natureza absolutista e do retorno das ideias do *Antigo Regime*, promovendo desta forma as cláusulas estabelecidas pela *Aliança*; por outro lado, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda apoiaria as tropas liberais, demonstrando desta forma o seu desagrado pelas atitudes da Áustria e da França em nome da *Aliança*, ao intervir militarmente nos países com processos revolucionários em curso. O fim da Guerra Civil Portuguesa em 1834, com a vitória dos liberais, não trouxe totalmente ao Reino de Portugal a desejada acalmia política, devido às várias fações político-partidárias em que os liberais se dividiram depois da guerra civil. Seguir-se-ia um período de várias formações de governos e de intervenções militares, até que o reino se via novamente de braços abertos com uma nova revolta social, a *Maria da Fonte* ou *Revolução do Minho* (primavera de 1846) contra o Governo quase ditatorial de António Bernardo da Costa Cabral, primeiro marquês de Tomar (*1803/1842-1846 [Primeiro mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/1849-1851 [Segundo e último mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/†1889) e a deflagração de uma nova guerra civil generalizada, a *Patuleia*, que só terminou em 1847, com intervenção estrangeira, a qual ditou os termos da assinatura da Convenção do Gramido (29 de junho de 1847). O início da década de 1850 traria ao Reino de Portugal a acalmia política que precisava com o movimento político-partidário da *Regeneração* que, décadas mais tarde, teria o seu maior sucesso e ascensão com o *Fontismo*, movimento político esse encarnado pelas políticas de

francês e britânico, decidiram intervir na matéria, deslocando-se ao palácio onde estava o rei, ao qual asseguravam o apoio dos seus Estados em troca de obediência do infante, algo que aconteceria mais tarde quando João VI, com o auxílio do embaixador britânico, se refugiou numa nau britânica que estava ancorada no Tejo e exonerou o filho Miguel do comando do exército, expulsando-o do reino, provocando assim o exílio de Miguel de Bragança; ver PROENÇA, Maria Cândida – *Uma História Concisa de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de setembro de 2015; reimpresso em agosto de 2021); ISBN: 978-989-644-376-4; pág. 537-538).

dinâmica industrial, de infraestrutura pública e das reformas educativas de acordo com o processo de industrialização implementadas nos executivos liderados por António Maria de Fontes Pereira de Melo (*1819/1871-1877 [Primeiro mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/1878-1879 [Segundo mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/1881-1886 [Terceiro e último mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/†1887).

Diante deste cenário de profunda conturbação da política portuguesa e também da política europeia, com as lutas de independência como a da Grécia nos anos 1820-1830 ou a construção dos mitos em torno do estandarte do “nacionalismo romântico” de oitocentos, como o caso da unificação germânica dos anos 40-70 do século XIX, a *Real Companhia Velha* sofreu igualmente diversas alterações na sua constituição enquanto casa comercial majestática neste período abrangido pelas décadas de 1820-1850. Logo no início, entre 7 e 17 de março de 1821, as Cortes vintistas portuguesas promulgam as primeiras leis que restringem os privilégios da *Companhia*, com a instituição da *Feira da Régua* e os bilhetes de qualificação, além da fixação dos preços a vigorar para os vinhos exportados e da libertação da destilação de aguardente nas três províncias do Norte, até então privilégio da *Real Companhia Velha*. No dia seguinte, a 18 de março desse mesmo ano, dá-se a suspensão da “abusiva exigência” da *Companhia* de impor a contribuição de 2 réis em cada quartilho de vinho atabernado e 200 réis em cada pipa, nos concelhos de São Martinho de Mouros, Resende, Aregos, Cinfães e São Cristóvão, da comarca de Lamego e no de Ferreiros de Tendais, da comarca de Barcelos, por estes concelhos não pertencerem à demarcação. No ano seguinte, a 21 de maio de 1822 eram impostas novas restrições às atribuições da *Companhia*, com o fim da preferência que a lei lhe concedia na compra de vinhos à produção, o exclusivo da venda de vinho aquartilhado no Porto, o exclusivo da exportação para os portos do Brasil (que fica livre para os vinhos do Douro e aguardentes) e o encargo de promover e administrar obras públicas. A partir daqui, podemos dividir em quatro períodos a história da *Companhia*: o período de 1756-1834, que já vimos, onde apesar de sabermos que a *Companhia* não voltou mais a ser a mesma pós-1820 e de reconhecermos as dificuldades que a mesma passou com as lutas liberais, constatamos que a perturbação da vida da *Companhia* a

partir de 1827 transparece claramente nas suas fontes documentais, e verifica-se que após 1832, em termos institucionais, ela opera com grandes dificuldades. Já o período de 1834-1838, considerado como um período de agonia e transição, arrastando-se com dificuldades financeiras.

Os inícios da década de 1830, correspondente a este período específico da história da *Companhia*, foram cruciais, não só para a implementação definitiva do liberalismo no Reino de Portugal, como também para o comércio do Vinho do Porto, já que a *Real Companhia Velha* não mais seria a mesma companhia comercial régia das décadas anteriores. Quando o exército liberal de Pedro IV chegou ao Porto em 1832-1833, a *Junta da Administração da Companhia* abandonou a cidade, retirando-se para a Régua, sendo criada uma comissão para a substituir. A 16 de agosto de 1833, o exército miguelista, numa forma de manter sob controlo a situação do Cerco do Porto, incendeia os armazéns da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* em Vila Nova de Gaia, perdendo-se cerca de 16000 pipas e 15200 cascos de vinho. Mas o pior estava para vir. No período compreendido entre 30 de maio a 4 de novembro de 1834, Pedro IV de Portugal extingue todos os privilégios, autoridades, prerrogativas e proeminências de qualquer natureza ou denominação à *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, a qual passa a ser uma firma comercial designada por *Companhia dos Vinhos do Porto*, instituída por doze anos (até 1846). Na sequência da extinção de todos os seus privilégios e prerrogativas, a *Companhia* foi forçada a proceder a um balanço do seu estado logo a 31 de julho de 1834, que revela, de modo rigoroso e minucioso, a situação económica e financeira da *Real Companhia Velha*. O balanço feito acabou por revelar uma situação económica muito delicada: não contabilizando as dívidas do Estado, que este ainda não reconhecera, nomeadamente a dívida resultante do enorme prejuízo causado pelo incêndio nos armazéns da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* em Vila Nova de Gaia, a 16 de agosto de 1833 e da perda de cerca de 16000 pipas e 15200 cascos de vinho, “o passivo ultrapassava o activo e mais de 344 contos de

réis”³⁷. Tais mudanças legislativas proclamadas com o fim da guerra civil são referidas no *Repertorio ou Indice Alphanetico da Legislação Novissima das Alfandegas do Reino, Annotado com Legislação Antiga em Vigor, Offerecido A’ Alfandega do Porto*, impresso no Porto em 1835, cujo autor Camillo Aureliano da Silva e Souza, fidalgo-cavaleiro da Casa Real e escrivão de mesa da Alfândega do Porto, dá a conhecer por ordem alfabética as variadas disposições das Leis da Alfândega, entre as quais está referido na disposição 843, no qual o «*TRATADO – de commercio com a Inglaterra feito em 1810 he suspenso desde 31 de Janeiro de 1826 em quanto se não regular um novo sobre bazes mais justas (Port. de 27 de Julho de 1835.*»³⁸. Um pouco mais à frente, na disposição 875, está referida que «*a Companhia do Alto Douro é extincta com os seus privilegios. (D. 30 de Maio de 1834. pag. 77.art. I. - V. nº. 280.*»³⁹.

Contudo, nos anos seguintes, a *Companhia* iria conseguir reverter a sua situação, reconhecendo o Estado, pelas funções que lhe comete, a importância do saber acumulado e das suas infraestruturas para a regularização da produção, transporte e comércio do Vinho do Porto. A 5-21 de abril de 1843, o Governo de Costa Cabral concede à *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* um subsídio anual de 150 contos de réis para compra de 20000 pipas de vinho do Douro. A *Companhia* adquire novas competências como as de propor ao Governo português a quantidade de vinho a aprovar em primeira qualidade em cada ano, de estabelecer caixas filiais no distrito da demarcação para concessão de empréstimos aos lavradores e de abrir armazéns nas praças das Américas e Europa para venda de vinho. A partir de 1843, então, assistimos a um significativo reforço dos poderes delegados pelo Estado à *Real Companhia Velha*, bem como das contrapartidas recebidas por esta, a justificar, ao contrário do que se tinha escrito anteriormente, a autonomização desta época histórica. Contudo, a

³⁷ FERREIRA, Diogo; ROCHA, Ricardo; SOUSA, Fernando de – 2. *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, Empresa Majestática (1756-1834)*; in SOUSA, Fernando (dir.) – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*; Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; (primeira edição de setembro de 2006); ISBN: 972-99070-6-4; pág. 265.

³⁸ SILVA E SOUZA, Camilo Aureliano da – *Repertorio ou Indice Alphanetico da Legislação Novissima das Alfandegas do Reino, Annotado com Legislação Antiga em Vigor, Offerecido A’ Alfandega do Porto*; Imprensa de Alvares Ribeiro; Porto; 1835; pág. 81.

³⁹ Idem, idem; pág. 84.

situação muda, por completo, em 1852, o qual pode ser considerado, com alguma razão, como o “*annus horribilis*” para a *Real Companhia Velha*, visto que a partir desse ano a mesma perde todos os privilégios régios que detinha desde a sua fundação em 10 de setembro de 1756 e a sua posição como uma companhia majestática. Nesse ano, as críticas à *Real Companhia Velha*, tanto “quanto ao cumprimento, quer das obrigações da lei de 1843, quer do que se encontrava estipulado na convenção de 21 de Junho de 1843 feita com os credores do Estabelecimento e que servia de base à sua organização, subiram de tom”⁴⁰. Com a alegação da necessidade de tornar-se público o estado da administração da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* e pôr termo “às desinteligências que se manifestavam entre os interessados”⁴¹. Nesse mesmo ano, também é criada a *Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio das Vinhas do Alto Douro*. A partir de 1852, a *Real Companhia Velha* seria uma mera sociedade comercial como muitas outras, conheceu um período de intensa atividade interna e na procura de definir uma estratégia que permitisse reagir contra o Governo e contra os ataques de que era alvo, além de acautelar a sua sobrevivência, passando a distribuir dividendos com os seus acionistas a partir de 1861, em 1878 a passar a sociedade anónima e consolidando a sua situação económica e financeira; finalmente, em 1937, a acertar as contas com o Estado português, terminado de vez com o contencioso, o qual que se arrastava desde o fim dos privilégios da *Companhia*, em 1834, relativo às indemnizações a que entendiam ter direito⁴².

⁴⁰ SOUSA, Fernando de – 5. *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro enquanto Instância de Regulação e Fiscalização (1843-1852)*; in SOUSA, Fernando (dir.) – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*; Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; (primeira edição de setembro de 2006); ISBN: 972-99070-6-4; pág. 314.

⁴¹ Idem, idem.

⁴² Só em 1960, graças à iniciativa e ação da figura de Manuel da Silva Reis (1921-2007) presidente da Junta de Administração da *Real Companhia Velha* no período de 1960-2002, é que a *Real Companhia Velha* teve uma significativa expansão, com o início dum importante processo de aquisições de outras empresas especializadas no Vinho do Porto.

3.2. Poder Camarário Gaiense e Negociantes num Mundo de Transformações e Revoluções (1852-1908)

A segunda metade do século XIX trouxe novos desafios para o comércio do Vinho do Porto, com um novo panorama político-económico a nível nacional e internacional. Os anos 70-90 do século XIX trouxeram uma nova realidade à política portuguesa com o início dos movimentos revolucionários e republicanos de contestação à monarquia constitucional, encabeçados pelo Partido Republicano Português (PRP), fundado em 1876, profundamente imbuído pelos estandartes da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” que ecoavam da Revolução Francesa (5 de maio de 1789 - 9 de novembro de 1799). A situação atingiria o seu limite com os acontecimentos da insurreição republicana, falhada, no Porto (31 de janeiro de 1891), em consequência do *Ultimatum* britânico (11 de janeiro de 1890) a Portugal e com o regicídio de Carlos I de Portugal (*1863/1889-1908 [Rei de Portugal]), com quarenta e quatro anos de idade, e do seu filho mais velho, o infante Luís Filipe de Portugal (1887-1908), com vinte anos de idade, a 1 de fevereiro de 1908, em pleno Terreiro do Paço, em Lisboa, seria dada a machadada final: o Governo de João Franco Ferreira Pinto Castelo-Branco (*1855/1906-1908 [Primeiro-Ministro de Portugal]/†1929) colapsava e, dois anos depois, a 5 de outubro de 1910 era implementada a Primeira República Portuguesa, obrigando o filho mais novo de Carlos I e seu sucessor, Manuel II de Portugal (*1889/1908-1910 [Rei de Portugal]/†1932), a exilar-se forçosamente no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

3.2.1. A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia Entre Finais de Oitocentos e Inícios de Novecentos

A par do contexto nacional dos séculos XVII-XIX, com as alterações feitas na *Real Companhia Velha* entre os anos 30-50 do século XIX, quando esta se tornou numa simples sociedade comercial com um corte definitivo entre a *Companhia* e o Estado português em 1834, além da sua posterior recuperação de capital económico nas décadas

seguintes, testemunhamos igualmente ao fortalecimento das identidades locais, com as câmaras a alcançarem um papel de destaque cada vez maior a partir dos anos 20-30 do século XIX, sendo a principal ponte de ligação entre o comum cidadão com as autoridades centrais do Reino. Dentro deste âmbito, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia é um bom exemplo desta transformação da época setecentista para a época oitocentista: desde as origens mais remotas com os forais atribuídos em 1255 por iniciativa de Afonso III de Portugal (*1210/1238-1248 [Conde de Bolonha]/1248-1279 [Rei de Portugal]) e, em 1288, por iniciativa de Dinis I de Portugal (*1261/1279-1325 [Rei de Portugal]), com a privação de administração própria devido à integração no burgo portuense em 1384 por João I de Portugal (*1357/1385-1433 [Rei de Portugal]), enquanto Regedor e Defensor do Reino, seria apenas a partir de meados dos séculos XVII-XVIII que Vila Nova de Gaia (a junção de Vila Nova e Gaia) adquiria uma outra importância, como um importante centro económico dinâmico através da construção naval e do comércio dos vinhos produzidos no Alto Douro, transformando para sempre a sua fisionomia⁴³. Comerciantes e homens de negócios, tanto portugueses como estrangeiros, sobretudo ligados ao ramo comercial do Vinho do Porto, começaram a fixar as suas residências e mandaram construir grandes armazéns do lado gaiense pelo facto de aqui pagarem um menor volume de impostos, comparativamente ao que se exigia da cidade do Porto: a própria *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, criada em 10 de setembro de 1756, estabeleceu os seus escritórios e os seus importantes armazéns e caves no lado gaiense e não no lado portuense.

A estrutura político-administrativa portuguesa sofreu fortes transformações a partir da Revolução Liberal Portuguesa (24 de agosto de 1820), a qual ao defender a igualdade dos cidadãos perante a lei, a reforma da administração pública ou a eleição direta das Câmaras Municipais, dará suporte à ânsia já existente de autonomia municipal dos

⁴³ Em 1518, foi atribuído a Vila Nova de Gaia um foral por Manuel I de Portugal (*1469/1495-1521 [Rei de Portugal]), no âmbito da reforma dos forais a que então procedeu. Contudo, em nada alterou a situação administrativa gaiense, permanecendo sob o controlo do burgo portuense. Ver FERREIRA, Diogo; MONTEIRO, Isilda; ROCHA, Ricardo; SOUSA, Fernando de – *Os Presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1834-2019)*; Volume I; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; (primeira edição de outubro de 2020; segunda edição de fevereiro de 2021); ISBN: 978-972-581-089-7; pág. 21-23.

concelhos ou julgados integrados no termo do Porto, incluindo Gaia e Vila Nova: contudo, a instabilidade política e as revoluções e contrarrevoluções que se seguiram não permitiram colocar a autonomia municipal em prática. Seria apenas no fim da Guerra Civil Portuguesa (1832-1834) que se daria a criação, propriamente dita, do independente Concelho de Vila Nova de Gaia a 28 de maio de 1834, com o mestre tanoeiro e negociante de vinhos António da Rocha Leão (1776-1854) como o primeiro presidente da Comissão Municipal de Vila Nova de Gaia⁴⁴, em grande parte pelo contributo de muitos homens de Gaia terem defendido a causa liberal e terem lutado pela vitória da mesma durante a Guerra Civil Portuguesa.

Ao analisarmos os treze presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia no período histórico de janeiro de 1852 a dezembro de 1908, além das suas biografias políticas, podemos perceber um pouco que a atividade comercial não lhes era completamente estranha: o primeiro presidente da recém-criada Comissão Municipal de Vila Nova de Gaia, António da Rocha Leão, era um negociante de vinhos, além de ter sido provador de Vinho do Porto da própria *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, com a qual manteve uma relação cordial com esta última no seu breve mandato (5 meses e 15 dias), apesar da situação da *Real Companhia Velha* pós-1834. Neste período, podemos contabilizar oito presidentes da Câmara Municipal que foram proprietários e cinco foram negociantes. Temos os casos de Manuel Alves Souto Guedes da Silva (1785-1859)⁴⁵, proprietário e negociante, que desempenhou as funções de presidente da Comissão Municipal de Vila Nova de Gaia, de 25 de agosto a 24 de outubro de 1851, e presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de 24 de outubro de

⁴⁴ Exerceu o mandato de 28 de maio a 11 de novembro de 1834. António da Rocha Leão desempenharia também as funções de vereador interino da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1834), vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1834-1836), administrador substituto do Concelho de Vila Nova de Gaia (1836-1837) e vogal da Comissão Municipal de Vila Nova de Gaia, tendo servido como presidente interino (1847). Ver FERREIRA, Diogo; MONTEIRO, Isilda; ROCHA, Ricardo; SOUSA, Fernando de – *Os Presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1834-2019)*; Volume I; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; (primeira edição de outubro de 2020; segunda edição de fevereiro de 2021); ISBN: 978-972-581-089-7; pág. 180-187.

⁴⁵ Elevado à nobreza com o título de primeiro barão do Corvo a 27 de julho de 1852, por Maria II de Portugal (*1819/1826-1828 [Primeiro reinado como Rainha de Portugal]/1834-1853 [Segundo e último reinado como Rainha de Portugal]).

1851 a 2 de janeiro de 1852; Diogo Leite Pereira de Melo de Sousa Teixeira Alcoforado (1822-1906), também proprietário e presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em dois mandatos distintos (o primeiro mandato de 2 de janeiro de 1878 a 2 de janeiro de 1880 e o segundo mandato de 2 de janeiro de 1882 a 2 de janeiro de 1886); António Joaquim Borges de Castro (1814-1884)⁴⁶, igualmente proprietário e presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em dois momentos distintos, o primeiro de 2 de janeiro de 1856 a 2 de janeiro de 1858, e o segundo de 3 de janeiro de 1870 a 2 de janeiro de 1876, além de ter desempenhado também as funções de deputado da *Câmara dos Deputados* no período de 1880-1882⁴⁷; finalmente, o exemplo de Caetano de Melo Menezes e Castro (1823-1900), negociante e proprietário, desempenhou as funções de vice-presidente da autarquia gaiense no período de 3 de janeiro de 1870 a 1875 e, finalmente, as funções de presidente da mesma em dois mandatos distintos, de 2 de janeiro de 1880 a 2 de janeiro de 1882 e novamente de 2 de janeiro de 1886 a 2 de janeiro de 1890.

Grande parte dos pedidos e requerimentos dos negociantes e comerciantes vinícolas ou das grandes companhias comerciais do Vinho do Porto resultou na sua aprovação em sessão camarária. Podemos constatar esse facto quando analisamos os requerimentos feitos pela *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, como o requerimento da mesma presente na Ata de Sessão da Câmara a 14 de outubro de 1864, sob a presidência de Joaquim José de Proença Vieira, visconde de Proença Vieira (1831-1920)⁴⁸, em que “*mandar reparar as paredes do armazem, que ella administrava*”⁴⁹, que foi aprovado no fim, ou da Câmara sob a presidência de Diogo Leite Pereira de Melo de Sousa Teixeira Alcoforado, a autorizar o pedido de licença de “*João Henrique Andressen*,

⁴⁶ Elevado à nobreza com o título de primeiro visconde das Devesas a 14 de agosto de 1879, por Luís I de Portugal (*1838/1861-1889 [Rei de Portugal]).

⁴⁷ Em 1879, Borges de Castro foi eleito, em representação do Partido Progressista Português (PPP) por Vila Nova de Gaia, para a *Câmara dos Deputados*, por 4542 votos contra 2533 do seu opositor e fez o seu juramento enquanto deputado a 14 de janeiro de 1880. Ver FERREIRA, Diogo; MONTEIRO, Isilda; ROCHA, Ricardo; SOUSA, Fernando de – *Os Presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1834-2019)*; Volume I; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; (primeira edição de outubro de 2020; segunda edição de fevereiro de 2021); ISBN: 978-972-581-089-7; pág. 301.

⁴⁸ Diplomata e proprietário. Exerceu o mandato de 2 de janeiro de 1864 a 25 de maio de 1868.

⁴⁹ Ata da Sessão da Câmara de 14 de outubro de 1864 (Notas internas: 321399; Notas: Lv.8; fl.98v-99).

*morador na cidade do Porto”, para construir “um armazem no sitio da Aforada, d’esta Villa”*⁵⁰, presente na Ata de Sessão da Câmara realizada a 17 de outubro de 1879.

DRAMATIS PERSONAE

A lista que se segue inclui apenas os líderes políticos e comerciantes portugueses e estrangeiros que de algum modo têm um papel de relevo ao longo do texto, e indica os cargos e as funções nos anos abrangidos neste trabalho, de janeiro de 1852 a dezembro de 1908, com algumas exceções.

COMERCIANTES

ANDRESEN, JAN HINRICH (1826-1894): comerciante do Vinho do Porto dinamarquês-português; naturalizado português como João Henrique Andresen, em 1854; fundador da *J. H. Andresen* (atual *J. H. Andresen, Sucr., Lda*), em 1845.

ANDRESEN JÚNIOR, JOÃO HENRIQUE (1861-1900): comerciante de Vinho do Porto dinamarquês-português; filho mais velho de João Henrique Andresen e da segunda esposa Maria Leopoldina de Brito (1834-1903);

FLADGATE, JOHN ALEXANDER (1809-1901): comerciante de Vinho do Porto britânico; sócio da *Taylor, Fladgate & Co.* (atual *Taylor’s*), com Joseph Taylor (?-1837); a partir de 1838, cofundador e sócio da *Taylor, Fladgate & Yeatman*, com Morgan Yeatman (?-?).

⁵⁰ Ata da Sessão da Câmara de 17 de outubro de 1879 (Notas internas: 322909; Notas: Lv.10; fl.96v-97).

CÂMARA MUNICIPAL VILA NOVA DE GAIA

AGUIAR, LUÍS ANTÓNIO PINTO DE (1816-1883): professor do ensino liceal; vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1845-1846; 1858-1859; 1860-1861; 1862-1863); vogal do Conselho Municipal de Vila Nova de Gaia (1850; 1864); vereador da Comissão Municipal de Vila Nova de Gaia (1851); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1876 a janeiro de 1878.

ALCOFORADO, DIOGO LEITE PEREIRA DE MELO DE SOUSA TEIXEIRA (1822-1906): proprietário; administrador do Concelho de Penafiel (1846); administrador interino do Concelho de Vila Nova de Gaia (1878); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1878 a janeiro de 1880 e de janeiro de 1882 a janeiro de 1886.

CASTRO, ANTÓNIO JOAQUIM BORGES DE, visconde das Devesas (1814-1884): proprietário; vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1847-1848; 1848-1850; 1851; 1854-1856); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1856 a janeiro de 1858 e de janeiro de 1870 a janeiro de 1876; procurador à Junta Geral do Distrito do Porto (1866-1868; 1868-1870); administrador substituto do Concelho de Vila Nova de Gaia (1867-1874); deputado (1880-1882).

CASTRO, CAETANO DE MELO MENEZES E (1823-1900): negociante; proprietário; vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1870 a 1875; presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1880 a janeiro de 1882 e de janeiro de 1886 a janeiro de 1890; vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1882-1884); administrador do Concelho de Vila Nova de Gaia (1886-1887).

CRUZ, JOAQUIM VELOSO DA (1804-1877): proprietário; juiz de paz de Santa Marinha (1834); vereador da Câmara Municipal do Porto (1834); deputado (1834-1836; 1837-1838; 1838-1840; 1861-1864); administrador geral do distrito do Porto (1836-1837; 1837-1838); presidente da Comissão Municipal de Vila Nova de Gaia, de junho a setembro de 1846; vogal do Conselho Municipal de Vila Nova de Gaia (1850); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1852 a janeiro de 1856 e de janeiro de 1858 a janeiro de 1864; comendador da Ordem de Cristo; membro do Conselho da Rainha.

MAGALHÃES, ANTÓNIO NARCISO DE AZEVEDO (1838-1901): negociante; vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1887-1889); vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1890-1892; 1899-1901); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1892 a janeiro de 1893 e de janeiro de 1896 a janeiro de 1899; juiz de paz em Avintes (1901).

MAGALHÃES, JOAQUIM AUGUSTO DA SILVA (1852-1915): negociante; vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1896 a dezembro de 1898; vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1899-1902); presidente da Junta de Freguesia de Santa Marinha (?); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1902 a janeiro de 1908 e de fevereiro de 1908 a outubro de 1910.

(Continuação)

PINTO, ANTERO ALBANO DA SILVEIRA (c. 1815-1886): proprietário; bibliotecário; administrador do Julgado do Porto (1844); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de novembro de 1847 a agosto de 1851 e de maio de 1868 a janeiro de 1870; procurador à Junta Geral do Distrito do Porto (1847; 1850; 1851); goverandor civil de Aveiro (1852; 1852-1857); goverandor civil de Viana do Castelo (1851); vereador substituto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1870-1872); cavaleiro da Ordem da Torre e Espada (1847).

PORTUGAL, ANTÓNIO JOAQUIM DOS REIS CASTRO (1838-1907): notário; proprietário; administrador do Concelho de Vila Nova de Gaia (1866-1868; 1869-1877; 1878-1879; 1881-1886; 1890); administrador do Concelho de Marco de Canaveses (1869); vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1878); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1890 a janeiro de 1892.

REGO, AGOSTINHO DE ALMEIDA (1858-1938): advogado; ajudante de notário; vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1890-1892); vice-presidente do Tribunal de Árbitros Avindores do Porto (1907); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1899 a janeiro de 1902; administrador interino do Concelho de Vila Nova de Gaia (1902); presidente da Comissão Administrativa Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro a fevereiro de 1908 e de fevereiro de 1919.

SILVA, JAIME TEIXEIRA DA MOTA E SILVA (1842-1896): negociante; vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1882-1883; 1890-1892; 1892-1893); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1893 a janeiro de 1896.

SILVA, MANUEL ALVES SOUTO GUEDES DA, primeiro barão do Corvo (1785-1859): proprietário; negociante; vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1840-1841; 1846-1847); vogal do Conselho Municipal de Vila Nova de Gaia (1850); moço-fidalgo da Casa Real (1850); presidente da Comissão Municipal de Vila Nova de Gaia, de agosto a outubro de 1851; presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de outubro de 1851 a janeiro de 1852.

VIEIRA, JOAQUIM JOSÉ DE PROENÇA, visconde de Proença Vieira (1831-1920): diplomata; proprietário; procurador à Junta Geral do Distrito do Porto (1855; 1868); presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de janeiro de 1864 a maio de 1868; deputado (1865; 1865-1868); vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1870); fidalgo-cavaleiro da Casa Real (1862); comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1862); oficial da Ordem da Torre e Espada (1862); comendador da Ordem de Mecidiye/Megidie (atual cidade romena de Medgidia), do Império Otomano; comendador da Ordem de São Maurício e São Lázaro, da Casa de Sabóia (Reino de Itália); visconde de Proença Vieira.

3.2.2. Os Negociantes e a Internacionalização do Comércio do Vinho do Porto

Se o papel dinâmico da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e dos seus diferentes presidentes foi importantíssimo para o crescimento económico da cidade em finais do século XIX e inícios do século XX, abrindo as portas à chegada de negociantes e comerciantes estrangeiros, permitindo aos mesmos que estes criassem grandes negócios comerciais rentáveis e lucrativos, o papel desses mesmos negociantes e comerciantes estrangeiros também o foi: as suas visões empreendedoras sobre o comércio vinícola português, aliados de uma conjuntura favorável, deu-lhes caminho livre para elevar o comércio do Vinho do Porto a um outro patamar ainda não visto, transformando-o num produto de referência internacional, além de terem construído verdadeiras fortunas que rivalizavam com as da antiga aristocracia portuguesa, e que foram acumulando ao longo de décadas de trabalho, além de terem investido essas mesmas fortunas nas cidades que permitiram a criação dos seus “impérios comerciais”, o Porto e Gaia, tornando-se mecenas de algumas associações locais ou de instituições a nível nacional. O caso da empresária portuguesa Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896), conhecida em Portugal como “*a Ferreirinha*”, nascida na Régua em 1811, é um bom exemplo disso mesmo. Dona Antónia foi não só uma insigne empresária de vinhos do Douro e do Porto no século XIX, através das inovações que introduziu. Também foi uma lutadora pelo reconhecimento e apoio à região vinícola do Douro e à exportação dos seus produtos, pugnando no domínio social, pela educação e saúde da população duriense, criando escolas e hospitais⁵¹. Ainda hoje quando visitamos o Cais de Gaia ou admiramos a paisagem a partir do Miradouro do quinhentista Mosteiro da Serra do Pilar, conseguimos ver a presença das variadas companhias comerciais vinícolas e das suas caves/armazéns, como a inglesa-britânica *Taylor, Fladgate & Yeatman* ou *Taylor’s*

⁵¹ Podemos ver o exemplo do edifício do próprio Arquivo Municipal Sophia de Melo Breyner, Vila Nova de Gaia, que antes de ter sido o atual Arquivo Municipal ou o Tribunal de Gaia por algum tempo, foi uma imponente habitação de uma família ligada ao comércio vinícola.

(fundada em 1692 como *Job Bearsley* pelo comerciante inglês do mesmo nome, a firma comercial irá adotar a atual designação em 1837-1843), da escocesa-britânica *Sandeman's Port/Sandeman*, fundada em 1790 pelos irmãos comerciantes escoceses-britânicos George Sandeman (1765-1841) e David George Sandeman (1757-1835), da britânica *W. & J. Graham's*, fundada em 1820 pelos irmãos e comerciantes britânicos William Graham (?-?) e John Graham (?-?) ou a holandesa *Niepoort*, fundada em 1842 pelo comerciante holandês Franciscus Marius van der Niepoort (1813-1887), sediadas tanto em Vila Nova da Gaia como no Porto, que redefiniram a imagem comercial destas duas cidades portuguesas, gerando um enorme dinamismo económico.

Contudo, não existe melhor exemplo de um comerciante e negociante de Vinho do Porto de uma importância capital como Jan Hinrich Andresen, naturalizado português em 1854 como João Henrique Andresen, como exemplo máximo de alguém que nasceu com poucas posses mas que criou e administrou um império comercial. Jan Hinrich Andresen nasceu a 29 de janeiro de 1826 na pequena vila de Oevenum, na Ilha de Föhr, uma das Ilhas Frísias do Norte então pertencentes ao Ducado de Schleswig, que por sua vez estava integrado no Reino da Dinamarca⁵². Era o mais novo de cinco filhos, dois rapazes e três raparigas, sendo que duas já tinham falecido ainda na infância, de uma família pobre, cujos pais eram Thomas Andresen (1789-1864) e Thurke Pop Jensen (1784-1865).

No Verão de 1840, o jovem Jan Hinrich Andresen chegava ao Porto. Ainda não se sabe os motivos por que Andresen chegou como embarcado no veleiro que o trouxe até ao burgo portuense, bem como o preciso momento da chegada, já que existem memórias familiares que apontam para que o jovem dinamarquês tenha desembarcado só em 1841. Como referiu o Professor Gaspar Martins Pereira na sua obra *J. H. Andresen: a família, a empresa e o tempo (1841-1942)*, a “atração por números redondos é bastante vulgar na narrativa oral, geralmente imprecisa quanto a datas”⁵³, e neste caso, o ano da

⁵² Atualmente, Oevenum é um município pertencente à Alemanha.

⁵³ PEREIRA; Gaspar Martins – *J. H. Andresen: a família, a empresa e o tempo (1841-1942)*; Edições Afrontamentos, Lda.; (primeira edição de novembro de 2022; segunda edição de fevereiro de 2023); ISBN: 978-972-36-1964-5; pág. 25.

chegada de Andresen é datado de 1840-1841. Possivelmente um desentendimento com o capitão levou-o a fugir do veleiro em que seguia, quando o barco aportou no rio Douro ao cais da Ribeira no Porto para se abastecer. Independentemente dos acontecimentos em torno da chegada de Andresen, é factual que o jovem dinamarquês começou a viver no Porto. A 29 de agosto de 1845 (também uma data questionada pelos historiadores), Andresen fundava a sua firma comercial, a *J. H. Andresen* (futura *J. H. Andresen, Sucr., Lda*), com sede no Porto. Estabeleceu-se, por conta própria, naturalizando-se português com o novo nome português de João Henrique Andresen em 1854, estendendo os negócios de navegação e de comércio geral à destilação e à moagem, aos vinhos e à tanoeira, tornando-se o maior armador e num dos mais ricos e influentes empresários do Porto do seu tempo.

João Henrique Andresen gerou uma vasta prole em Portugal. Os primeiros filhos, John Henry [João Henrique] Andresen (1857-1918) e Henry [Henrique] Andresen (1858-1945) foram fruto de uma relação amorosa que Andresen manteve com uma jovem de vinte e três anos chamada Joaquina da Conceição (1833-1859?), natural de Santa Cruz do Douro, que terá falecido pouco depois do nascimento de Henrique. Os dois rapazes seriam mais tarde enviados para a ilha de Föhr, na Dinamarca, ao cuidado da sua tia paterna Gardina Catherine Andresen (1816-1898), irmã mais velha de Andresen, emigrando alguns anos depois para os Estados Unidos da América. A 29 de agosto de 1860, Andresen casaria com Maria Leopoldina Guimarães de Amorim de Brito (1834-1903), um casamento que resultaria em oito filhos. Esta descendência daria continuidade à empresa paterna, com especial destaque para João Henrique Andresen Júnior (31 de julho de 1861 - 17 de outubro de 1900), e afirmaram-se entre a elite portuense finissecular oitocentista pela sua fortuna, estilo de vida e influência que detinham.

A partir de 1870, o comerciante luso-dinamarquês estabeleceu os seus principais armazéns em Gaia, mais concretamente na região da Afurada. A relação que Andresen teve com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia pode ser contemplada na documentação guardada no Arquivo Municipal Sophia de Melo Breyner (AMSMB). Podemos ver logo, a 7 de junho de 1888, que Andresen apresentou um requerimento à

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, em que constava a *«regularidade do alinhamento da reconstrucção d'uns armazens, sitos no lugar da Cruz, d'esta Villa, a preço de duzentos e noventa e oito mil reis, uma porção de terreno publico Municipal, com a superficie de cento e quarenta e nove metros quadrados, designado a tinta carmim na planta respectiva, e confronta do Norte com o cais da margem esquerda do rio Douro, do Sul com a rua do Rei Ramiro, do Nascente com terreno Municipal, e do Poente com os ditos armazens»*⁵⁴. Na década de 1880, no limiar da euforia da borracha amazónica, Andresen funda uma filial na cidade de Manaus e cria uma importante linha transatlântica de navegação a vapor (diversas vezes estampadas em anúncios do O Comércio do Porto), com ligações ao Brasil, a Nova Iorque (EUA) e a Liverpool (RU).

*«Falleceu hontem, pelas 7 horas e meia da noute, na casa em que vivia em Lisboa, no largo do Correio-Mór, o abastado e estimado negociante portuense, sr. Andresen.»*⁵⁵: foi assim que o nº. 10 do ano 130 do *Diario de Noticias* de 8 de março de 1894 (quinta-feira) num pequeno artigo da primeira página transmitiu a notícia do falecimento do João Henrique Andresen no dia anterior, 7 de março, no seu Palácio de Penafiel, em Lisboa, aos sessenta e oito anos de idade. A edição nº. 56 do XLI Ano do mesmo dia do *O Commercio do Porto* iria mais longe nos elogios ao recém-falecido comerciante luso-dinamarquês, afirmando que receberam a *«dolorosa noticia do fallecimento, em Lisboa, do considerado e importante commerciante d'esta praça, o snr. João Henrique Andresen.»* e evocando o exemplo de quanto *«pódem a tenacidade, o trabalho, a honestidade commercial e o arrojo mercantil ahi está bem vivo na existencia incansavel do homem que o tumulo vai encerrar»*⁵⁶. Nesse mesmo artigo da segunda página do jornal, os autores traçaram o percurso bibliográfico, profissional e comercial de Andresen, bem como a sua importância para a cidade do Porto e de Vila Nova de Gaia,

⁵⁴ *Escritura de venda de terras que faz a Camara Municipal de Gaya a João Henrique Andresen, morador na Cidade do Porto* (7 de junho de 1888; Notas internas: 2774; Notas: Lv.4; fl.99-99v).

⁵⁵ *Diario de Noticias*; 8 de março de 1894 (quinta-feira); Nº. 10; Ano 130; pág. 1.

⁵⁶ *O Commercio do Porto*; 8 de março de 1894 (quinta-feira); Nº. 56; Ano LXI; pág. 2.

deixando rasgos elogios fúnebres para um homem que significou muito para estas duas cidades, e que irei transcrever:

«João Henrique Andresen era natural de Oevenum, na Dinamarca. Não tendo sido embalado nos regaços da opulencia, antes pelo contrario vendo-se desde os primeiros annos obrigado a procurar no trabalho os meios de subsistencia, parece que se destinava á carreira maritima, pois foi a bordo de um navio dinamarquez que chegou, ainda novo, a esta cidade.

Não sabemos por que circumstancias, não tornou a embarcar, ficando no Porto, onde desde logo começou a lutar pela vida, mostrando um tino mercantil e uma comprehensão tão clara dos negocios que, passados annos, começava a commerciar por sua conta.

Foi desde então que o saudoso extincto accentuou de um modo prodigioso a sua laboriosidade.

Casando-se com uma senhora portugueza e tendo feito de Portugal uma segunda patria, aqui estabeleceu como que o solar de uma familia, de que existem hoje vergônteas que pódem orgulhar-se do nome que herdaram.

O snr. João Andresen conseguiu elevar a sua casa commercial a culminancias nada vulgares entre nós, graças á sua perseverança e á sua intrepidez commercial.

Liso sempre nas suas transacções, negociando em tudo quanto via poder dar-lhe um lucro honesto, o finado tornou-se successivamente commerciante, industrial, armador e capitalista.

E assim viveu aquelle honrado homem, guiado sempre pela sua boa estrella, trabalhando incessantemente e creando um nome, quer no paiz quer no estrangeiro, tão considerado como respeitado.

Todas as questões commerciaes que se debateram n'esta cidade, o melhoramento das condições maritimas da sua barra, e finalmente, muitos outros assumptos de alcance para a prosperidade d'esta terra, mereceram-lhe continuamente a attenção, entrando na discussão d'elles, quer pela imprensa, quer pela palavra.

Eleito director da Associação Commercial, foi mais tarde nomeado seu socio honorario, representando este galardão um merecido premio aos serviços que por mais de uma vez prestára ao commercio d'esta praça.

Alguns d'esses serviços, ainda há ponco tivemos ocasião de enumeral-os, a proposito da solemnisção do centenario do Infante D. Henrique.

Recordaremos, contudo, mais uma vez que foi o snr. João Andresen quem, em 1848, fez fluctuar a bandeira portugueza nos Dardanellos, e que fez navegar os seus navios, com o pavilhão portuguez, nos mares da China, na Africa e nas Americas do norte e do sul; que abriu commercio em differentes portos, para estes negociarem com Portugal, taes como Gonaives e Porto Principe (Haiti), Havana (Cuba), etc. A exportação de vinhos portuguezes deve igualmente á sua grande iniciativa serviços da maior valia, sendo notabilissima a exportação da casa Andresen para o Brazil, onde tem uma succursal em Manáos, quasi unicamente consagrada ao commercio de borracha. E foi n'estes feitos de uma vida activa e exemplar, que João Andresen soube crear um nome prestigioso e honrado e com o qual se vangloriarão sempre seus filhos.

Tanto trabalho e tanta labutação deviam alquebral o um dia, porque nada ha eterno n'este mundo, e foi assim que, accommettido o anno passado pela doença, vai, alfim, descansar de tantas fadigas benemeritas, no leito mysterioso da sepultura.

A prestar-lhe as ultimas consolações de um amor ternissimo, e a recolher-lhe, por entre lagrimas, os derradeiros alentos d'aquella alma boa e leal, o finado teve a satisfação de vêr o leito rodeado, nas ultimas horas de trespasse, pelos entes que lhe eram mais caros—a esposa os filhos e netos.

Entre as virtudes que emmolduravam o seu coração bondoso, sobresahia a da caridade, pois soccorria occultamnete a indigencia com generosidade fidalga, e além d'isso o seu concurso, quando se pedia soccorro para as grandes catastrophes, não se fazia esperar e apparecia bizarramente.

Nós avaliamos a dôr que alanceia n'este momento a familia do finado, e, sabendo que para tão pungentes transes não ha lenitivo possivel, limitamo-nos a consignar aqui aos

nossos prezados amigos João, Alberto, Julio e Guilherme Andresen e á demais familia do saudoso extinto, o nosso profundo pezar por tão lutozo acontecimento.»⁵⁷.

O testamento de Andresen, escrito a 28 de fevereiro de 1894, era dado a conhecer aos seus familiares, com a continuação da empresa nas mãos do seu filho mais velho do seu segundo casamento, João Henrique Andresen Júnior. Andresen Júnior iria lidar com o império fundado pelo pai até à sua morte, a 17 de outubro de 1900, com trinta e nove anos de idade. Já tinha experiência no ramo comercial: um ano antes da morte do pai, em 1893, Andresen Júnior tornou-se presidente da Associação Comercial do Porto. Porém, a Casa de Andresen não terminou com a sua morte: seguiria em frente com a descendência que o seu pai e o próprio deixaram, sendo que a sua neta do seu único filho João Henrique Andresen (1891-1950) será um exemplo de trabalho e orgulho, que deixou um legado cultural (e também político) de primeiríssima importância para um Portugal em mudanças a partir de meados do século xx. O nome dessa neta de Andresen Júnior é Sophia de Melo Breyner Andresen (6 de novembro de 1919 - 2 de julho de 2004).

Posfácio

As primeiras décadas do século xx seriam determinantes para Portugal. Como referiu o historiador britânico Ian Kershaw (nascido em 1943) na sua obra *À Beira do Abismo - Europa 1914-1949*, a antiga “estrutura de poder oligárquica portuguesa foi desestabilizada”⁵⁸ pela participação militar lusitana na Primeira Guerra Mundial (28 de julho de 1914 - 11 de novembro de 1918), além de contar com a instabilidade crónica que reinava no país: entre 5 de outubro de 1910 a 28 de maio de 1926, o país gerou cerca de 45 governos de diferentes tendências, sobretudo do Partido Democrático (PD) ou do Partido Republicano Liberal (PLR), partidos políticos que emergiram do seio do Partido Republicano Português (PRP). Em 1917-1918, o país foi governado por uma

⁵⁷ *O Commercio do Porto*; 8 de março de 1894 (quinta-feira); Nº. 56; Ano LXI; pág. 2.

⁵⁸ KERSHAW, Ian – *À Beira do Abismo - A Europa 1914-1949*; Dom Quixote; (primeira edição de outubro de 2016; segunda edição de outubro de 2019); ISBN: 978-972-20-6092-9; pág. 236.

ditadura militar encabeçada por Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (*1872/1911-1912 [Membro da *Câmara dos Deputados*]/1911 [Ministro do Comércio e Obras Públicas]/1911-1912 [Ministro das Finanças]/1912-1916 [Embaixador de Portugal na Alemanha]/1917 [Presidente da Junta Revolucionária]/1917-1918 [Ministro dos Negócios Estrangeiros/Ministro da Guerra]/1917-1918 [Primeiro-Ministro de Portugal]/1918 [Quarto Presidente de Portugal]), com traços que podemos classificar como protofascistas. A violência política “nunca muito abaixo da superfície, tornou-se endêmica no princípio dos anos 1920” e os militares, embora desunidos, “constituíam uma força potencialmente insurreccionista, que tolerava com muita dificuldade um sistema pluralista disfuncional”⁵⁹. A 18-19 de abril de 1925 foi contido um golpe militar mal-organizado, o qual já indicava a insatisfação dos militares com a Primeira República Portuguesa. No ano seguinte, a 28 de maio de 1926, as diversas fações militares portuguesas ultrapassaram as suas diferenças e uniram-se contra o Governo civil de António Maria da Silva (*1872/1920 [Primeiro mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/1922-1923 [Segundo mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/1925 [Terceiro mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/1925-1926 [Quarto e último mandato como Primeiro-Ministro de Portugal]/†1950), o qual sem nenhum apoio significativo de um público demasiado apático, não ofereceu muita resistência ao *putch* (golpe de Estado) liderado pelo general Manuel Oliveira Gomes da Costa (*1863/1926 [Ministro do Interior/Ministro da Guerra/Ministro das Colónias/Ministro da Agricultura]/1926 [Décimo Presidente de Portugal/Primeiro-Ministro de Portugal]/†1929), que foi imediatamente saudado pela elite conservadora lusitana e pela Igreja Católica. Pouco tempo depois, Gomes da Costa deu lugar ao general António Óscar de Fragoso Carmona (*1869/1923 [Primeiro mandato como Ministro da Guerra]/1926 [Primeiro mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros/Segundo e último mandato como Ministro da Guerra]/1926-1928 [Primeiro-Ministro de Portugal]/1926 [Segundo e último mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros]/1926-1951 [Décimo Primeiro Presidente de Portugal]), cuja governação

⁵⁹ Idem, idem.

assentou no apoio dos militares: tornou-se presidente da República em finais de 1926, cargo que ocupou até à sua morte a 18 de abril de 1951, com oitenta e um anos de idade. No entanto, António de Oliveira Salazar (*1889/1921 [Membro da *Câmara dos Deputados*]/1926 [Primeiro mandato como Ministro das Finanças]/1928-1940 [Segundo e último mandato como Ministro das Finanças]/1930 [Primeiro mandato como Ministro das Colónias]/1930 [Segundo e último mandato como Ministro das Colónias]/1932 [Primeiro mandato como Ministro da Guerra]/1932-1968 [Presidente do Conselho de Ministros de Portugal]/1935 [Primeiro mandato como Presidente de Portugal]/1936 [Primeiro mandato como Ministro da Marinha]/1936-1944 [Segundo e último mandato como Ministro da Guerra]/1936-1947 [Ministro dos Negócios Estrangeiros]/1939 [Segundo e último mandato como Ministro da Marinha]/1951 [Segundo e último mandato como Presidente de Portugal]/1961-1962 [Ministro da Defesa]/†1970) tornou-se rapidamente na figura-chave e central de todo o processo; professor de Economia da respeitada Universidade de Coimbra, foi nomeado ministro das Finanças a 27 de abril de 1928, passando, dois anos mais tarde, a 5 de julho de 1932, a presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro). Será a voz decisiva do regime autoritário de Portugal durante quarenta anos, o “Estado Novo” (1933-1974).

Apesar de todo o panorama interno, o comércio do Vinho do Porto continuou a prosperar, com as casas comerciais vinícolas como a *J.H.Andresen* a expandir-se para novos mercados internacionais, sobretudo as praças americanas. Porém, nas primeiras décadas do novo século, a crise da borracha amazónica, perante outros mercados que se abriam, o fim da linha transatlântica de navegação e a perda de controlo na indústria moageira, a par do impacto brutal da Grande Guerra, conduziram à decadência dos vários negócios da *J.H.Andresen, Sucessores*, que manteria a sua influência no comércio vinícola. Chegaria, no entanto, a 29 de agosto de 1945 a celebrar os 100 anos da sua existência, sempre a respeitar a memória do seu fundador, João Henrique Andresen, que com apenas quinze anos numa terra estranha, sem dinheiro, amigos ou influência, estabeleceu uma verdadeira “dinastia empresarial”. Também a *Real Companhia Velha* conseguia resolver todos os litígios que detinha desde que perdeu os seus privilégios na primeira metade do século XIX, com o ponto alto em 1937, com o acerto de contas com

o Estado português, terminado de vez com o contencioso que se arrastava desde o fim dos privilégios da *Companhia*, em 1834, relativo às indemnizações a que entendiam ter direito, envergando num caminho de prestígio a nível nacional e a nível internacional.

CONCLUSÃO

Ao longo deste relatório de estágio, quis mostrar as relações institucionais estabelecidas entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG) e as casas comerciais especializadas no Vinho do Porto, tanto as portuguesas, com um foco especial para a *Real Companhia Velha*, como as estrangeiras, no período histórico compreendido entre 1 de janeiro de 1852 e 31 de dezembro de 1908. Constatei aquilo que já tinha pensado antes da elaboração deste relatório de estágio, que houve efetivamente neste período histórico, uma relação institucional e cordial entre as diferentes partes, contudo relativamente contidas muito mais no período de 1834-1852, muito devido às reformas que a *Real Companhia Velha* viu forçada a fazer a partir de 1834 com a extinção dos seus privilégios, no mesmo ano em que era constituída a independente Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e numa altura de profundas mudanças a nível interno como externo.

Gaia foi sempre uma terra ligada intrinsecamente ao comércio vinícola. A presença do mercado vinícola em Vila Nova de Gaia é notória, com os principais armazéns e as principais caves/adegas das casas comerciais vinícolas a predominarem a vista panorâmica para a cidade, desde as caves e escritórios da *Taylor's* às imponentes caves da *Real Companhia Velha*. Já tinha referido logo no Capítulo 1 que o facto de ser gaiense e de ter interesse na história local de Vila Nova de Gaia foram os principais motivos para a elaboração deste relatório de estágio, com o simples facto de parecer ser um tema não muito abordado ou escolhido por historiadores e investigadores: uma grande parte das investigações historiográficas e obras já editadas e que consultei na elaboração deste trabalho cingem-se muito mais ao estabelecimento e à atuação das companhias comerciais (com uma maior incidência no comércio vinícola) no reino lusitano nos finais do século xvii e inícios do século xviii do que à atuação das mesmas nos séculos seguintes, sobretudo no século xix e, quando é retratado o século xix nesses trabalhos, existe uma certa parcialidade por parte de alguns historiadores ao falarem apenas do papel no Porto oitocentista, esquecendo por vezes a importância da outra margem do Rio Douro em todo o processo comercial do Vinho do Porto neste período histórico. Além do mais,

é preciso ressaltar que a presença da comunidade inglesa em Gaia e no Porto não se resumiu apenas aos aspetos económicos: Gaia (e também o Porto) sofreu uma alteração paisagística diversas mencionada em alguns momentos no presente relatório de estágio, com a criação de novas instalações das companhias comerciais britânicas para as reservas do Vinho do Porto, bem como da construção de instalações/residências privadas para membros ou acionistas dessas companhias ou de algumas igrejas anglicanas ou protestantes. O dinamismo económico-cultural que Vila Nova de Gaia tem nos dias de hoje é fruto do seu passado empreendedor, intrinsecamente relacionado com o comércio do Vinho do Porto, sendo considerado um ator principal no setor comercial vinícola português do século XVIII até aos nossos dias, e não um mero ator secundário comparado com o Porto como muitos autores defendem, menosprezando assim as iniciativas gaienses de crescerem o mercado vinícola português para outros patamares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Utilizada e Consultada

AMARAL, Diogo Freitas do – *Da Lusitânia a Portugal - Dois mil anos de história*; Bertrand Editora; (primeira edição em capa mole de novembro de 2017; primeira edição em capa dura de novembro de 2018); ISBN: 978-972-25-3698-1;

ANTUNES, Cátia; SALVADO, João Paulo – *1703 - Tratado de Methuen*; in FIOLEAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro (dir.) – *História Global de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de 2020; reimpresso em junho de 2021); ISBN: 978-989-644-635-2 - pág. 439-444;

BENNETT, Norman R. – *O Vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa durante o século XIX*; Douro – Estudos & Documentos; n.º 4 (1997) - pág. 271-286;

CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes - O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*; GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto; (primeiro e segundo volume de 2003); ISBN: 972-98969-0-9;

CARDOSO, José Luís – *O Reino Unido em Busca de um Império Perdido*; in CARVALHO, José Murilo de; RAMOS, Rui; SILVA, Isabel Corrêa – *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*; Dom Quixote; (primeira edição de agosto de 2018); ISBN: 978-972-20-6578-8;

FERREIRA, Diogo; MONTEIRO, Isilda; ROCHA, Ricardo; SOUSA, Fernando de – *Os Presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1834-2019)*; Volume I; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; (primeira edição de outubro de 2020; segunda edição de fevereiro de 2021); ISBN: 978-972-581-089-7;

MIKABERIDZE, Alexander – *Las Guerras Napoleónicas: Una Historia Global*; Desperta Ferro Ediciones (primeira edição de novembro de 2022); ISBN: 978-84-124830-5-5;

NERY, Isabel – *Sophia de Melo Breyner Andresen*; Dom Quixote; (primeira edição de maio de 2024); ISBN: 978-972-208-236-5;

NUNES, Ana Silva Albuquerque de Oliveira – *Real Companhia Velha e Câmara Municipal do Porto: Um século de direcção comum (1756-1855)*; Douro – Estudos & Documentos; n.º 17 (2004) – pág. 135-159;

PEREIRA, Gaspar Martins – *1756 - Demarcação da região do vinho do Porto*; in FIOLEAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro (dir.) – *História Global de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de 2020; reimpresso em junho de 2021); ISBN: 978-989-644-635-2; pág. 475-480;

PEREIRA; Gaspar Martins – *J. H. Andresen: a família, a empresa e o tempo (1841-1942)*; Edições Afrontamentos, Lda.; (primeira edição de novembro de 2022; segunda edição de fevereiro de 2023); ISBN: 978-972-36-1964-5;

PROENÇA, Maria Cândida – *Uma História Concisa de Portugal*; Temas e Debates; (primeira edição de setembro de 2015; reimpresso em agosto de 2021); ISBN: 978-989-644-376-4;

RAMOS, Rui (coordenador); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*; Dom Quixote; (primeira edição de 2021 na editora Dom Quixote); ISBN: 978-972-20-7354-7;

SILVA, Francisco Ribeiro da – *Os ingleses e as circunstâncias políticas do negócio dos vinhos do Porto e Douro (1756-1800)*; Douro – Estudos & Documentos; n.º 18 (2004) – pág. 93-111;

SOUSA, Fernando (dir.) – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*; Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; (primeira edição de setembro de 2006); ISBN: 972-99070-6-4;

TORGAL, Luís; ROQUE, João Lourenço – *O Liberalismo (1807-1890)*; in MATTOSO, José (org.) – *História de Portugal*; vol. V; Lisboa; Círculo de Leitores; 1993; ISBN: 972-42-0752-8;

VALENTE, Vasco Pulido – *A Revolução Liberal (1834-1836) - Os «Devoristas»*; Alêtheia Editores; (primeira edição de 1993; terceira edição de julho de 2007); ISBN: 978-989-622-086-0;

VALENTE, Vasco Pulido – *O Fundo da Gaveta*; Dom Quixote; (primeira edição de junho de 2018; segunda edição de agosto de 2018); ISBN: 978-972-20-6552-8;

VILLANUEVA, Jesús – *Atlas Histórico da Idade Média e Tempos Modernos*; Revista Edição Especial de História National Geographic Portugal; (primeira edição de 2018; segunda edição de 2022); nº. 37.

Fontes Primárias

SILVA E SOUZA, Camilo Aureliano da – *Repertorio ou Indice Alphanbetico da Legislação Novissima das Alfandegas do Reino, Annotado com Legislação Antiga em Vigor, Offerecido A' Alfandega do Porto*; Imprensa de Alvares Ribeiro; Porto; 1835.

Arquivos Consultados

Arquivo Municipal do Porto (AMP);

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (ASMB).

A N E X O S

A N E X O I – CRONOLOGIA (EVENTOS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E DO COMÉRCIO DO VINHO DO PORTO)

1640

22 de maio: Início da Revolta Catalã ou *Guerra dels Segadors* (até 1659).

9 de junho: Nascimento do futuro Leopoldo I do Sacro Império Romano-Germânico.

1 de dezembro: Restauração da Independência Portuguesa, com a elevação do oitavo duque de Bragança João II de Bragança ao trono português como João IV de Portugal; Fim da União Ibérica (desde a entronização de Filipe II de Espanha como Filipe I de Portugal em 1580-1581); Início da Guerra da Restauração Portuguesa (até fevereiro de 1668).

1 de dezembro: Falecimento do eleitor-duque Jorge Guilherme I de Brandemburgo-Prússia, com quarenta e cinco anos de idade; Ascensão ao ducado do seu único filho varão, o príncipe eleitoral Frederico Guilherme de Brandemburgo como Frederico Guilherme de Brandemburgo-Prússia, *o Grande Eleitor*.

1641

1 de junho: Assinatura de um tratado entre o Reino de Portugal e o Reino de França.

12 de junho: Assinatura do Tratado de Haia, entre o Reino de Portugal e República das Sete Províncias Unidas.

Outubro: Sublevação católica na Irlanda motivada pelo rei Carlos I de Inglaterra, Escócia e Irlanda, a qual originou a morte de milhares de protestantes na região irlandesa de Ulster.

1642

29 de janeiro: Assinatura de um tratado político-económico e militar, entre o Reino de Portugal e o Reino de Inglaterra, Escócia e Irlanda.

22 de agosto: Início da Guerra Civil Inglesa (até setembro de 1651).

4 de dezembro: Falecimento de Armand-Jean du Plessis, cardeal e primeiro duque de Richelieu e ministro-chefe de Estado de França, com cinquenta e sete anos de idade; Ascensão do cardeal Jules Mazarin como ministro-chefe de Estado de França.

1643

14 de maio: Falecimento de Luís XIII de França, com quarenta e um anos de idade; Ascensão ao trono do seu filho mais velho como Luís XIV de França, com apenas quatro anos; Início de uma regência encabeçada pela rainha-mãe Ana de Áustria e do cardeal Jules Mazarin, ministro-chefe de Estado de França.

19 de maio: Batalha de Rocroi: Vitória do exército francês comandado por Luís II de Bourbon-Condé, *o Grande Condé*, duque de Enghien e príncipe de Condé, sobre o exército espanhol comandado por Francisco de Melo.

1644

2 de julho: Batalha de Marston Moor; Vitória do exército parlamentar inglês comandado por Oliver Cromwell e por Thomas Fairfax, terceiro lorde Fairfax de Cameron, sobre o exército realista inglês comandado pelo príncipe Rupert do Reno, conde do Palatinado do Reno, conde de Holderness e duque de Cumberland.

1645

14 de junho: Batalha de Naseby; Vitória do exército parlamentar inglês comandado por Oliver Cromwell sobre o exército realista inglês comandado por Carlos I de Inglaterra, Escócia e Irlanda.

1647

Sétima bancarrota espanhola.

1648-1651

Período da *Fronde* no Reino de França.

1648

30 de janeiro: Assinatura da Paz de Münster, entre Filipe IV de Espanha e a República das Sete Províncias Unidas, pondo fim ao seu envolvimento na Guerra dos Oitenta Anos (desde c. 1566-1568).

24 de outubro: Assinatura do Tratado de Münster e do Tratado de Osnabrück, entre a França, a Suécia e o Sacro Império Romano-Germânico, pondo fim ao seu envolvimento na Guerra dos Trinta Anos (desde maio de 1618).

1649

30 de janeiro: Execução de Carlos I de Inglaterra, Escócia e Irlanda, de quarenta e oito anos de idade, após ter sido julgado por alta traição no fim da segunda fase da Guerra Civil Inglesa (1648-1649).

1651

Primeiro Ato de Navegação.

1652

Oitava bancarrota espanhola.

1653

16 de dezembro: Oliver Cromwell é nomeado primeiro *Lord Protector* da Commonwealth da Inglaterra, Escócia e Irlanda.

1654

Guerra Russo-Polaca ou Primeira Guerra do Norte (até 1667).

1655

Segunda Guerra do Norte (até 1660).

1657

11 de julho: Nascimento do futuro eleitor-duque Frederico III de Brandemburgo-Prússia e Frederico I da Prússia.

1658

18 de julho: Eleição do arquiduque austríaco Leopoldo de Áustria como sacro imperador romano Leopoldo I.

3 de setembro: Falecimento de Oliver Cromwell, com cinquenta e nove anos de idade.

1659

7 de novembro: Assinatura do Tratado dos Pirenéus, entre o Reino de França e o Reino de Espanha, pondo fim ao seu envolvimento na Guerra Franco-Espanhola (desde maio de 1635).

1660

Segundo Ato de Navegação inglês.

Nona bancarrota espanhola.

29 de maio: Restauração da Monarquia Inglesa; Ascensão ao trono do filho mais velho do falecido Carlos I de Inglaterra, Escócia e Irlanda como Carlos II de Inglaterra, Escócia e Irlanda.

28 de novembro: Criação da *Royal Society of London for Improving Natural Knowledge*.

1661

9 de março: Falecimento do cardeal Jules Mazarin, ministro-chefe de Estado de França, com cinquenta e oito anos de idade; O jovem Luís XIV de França começa a governar sozinho depois de dezoito anos de regência.

5 de setembro: Detenção de Nicolas Fouquet, visconde de Melun e Vaux e marquês de Belle-Île, antigo superintendente das Finanças do falecido cardeal Mazarin, após uma reunião com o rei Luís XIV. Ao fim de um polêmico julgamento que durou três anos (até dezembro de 1669), Fouquet foi condenado a prisão perpétua onde morreria a 23 de março de 1680, com sessenta e cinco anos de idade.

1662

Décima bancarrota espanhola.

21 de maio: Casamento de Carlos II de Inglaterra, Escócia e Irlanda e Catarina de Bragança.

1663

Terceiro *Ato de Navegação* inglês.

1665

Surto de peste (provavelmente peste bubónica) na cidade de Londres.

17 de setembro: Falecimento de Filipe IV de Espanha (Filipe III de Portugal até dezembro de 1640), com sessenta anos de idade; Ascensão ao trono espanhol do seu quinto filho e terceiro filho varão do seu segundo casamento como Carlos II de Espanha, com apenas três anos; Início de uma regência encabeçada pela rainha-mãe Mariana de Áustria.

1666

Deflagração do Grande Incêndio de Londres.

1667

24 de maio: Início da Guerra da Devolução (até maio de 1668).

1670

O Reino de Portugal e os Estados Pontifícios voltam a trocar relações diplomáticas, relações essas cortadas desde dezembro de 1640.

1672

6 de abril: Início da Guerra Franco-Holandesa (até setembro de 1678).

1675-1678

Primeiro registo documental do Vinho do Porto que regista a primeira exportação de vinho com essa designação.

1678

26 de julho: Nascimento do futuro José I do Sacro Império Romano-Germânico.

1680-1715

Notável expansão e crescimento das exportações do Vinho do Porto através do espírito mercantil revelado pelos comerciantes ingleses, em que passou de 800 pipas para 8000 pipas.

1681

Publicação da obra *De Re Diplomatica* do monge beneditino francês Jean Mabillon.

1683

14 de julho - 12 de setembro: Cerco e Batalha de Viena; Vitória do exército polaco-imperial cristão comandado por João III Sobieski da Polónia-Lituânia, por Leopoldo I do Sacro Império Romano-Germânico e por Eugénio Francisco de Sabóia, príncipe de Sabóia-Carignan, sobre o exército otomano.

19 de dezembro: Nascimento do futuro Filipe V de Espanha.

1685

1 de outubro: Nascimento do futuro Carlos VI do Sacro Império Romano-Germânico.

1688

27 de setembro: Início da Guerra dos Nove Anos ou Guerra da Liga de Augsburgo (até setembro de 1697).

1692

Fundação da companhia comercial vinícola inglesa *Job Bearsley* (futura *Taylor, Fladgate & Yeatman* ou *Taylor's*), por Job Bearsley.

1697

20 de setembro: França, Inglaterra, Províncias Unidas, Espanha e Sacro Império Romano-Germânico assinam a Paz de Rijswijk ou Tratado de Rijswijk, pondo fim ao seu envolvimento na Guerra dos Nove Anos ou Guerra da Liga de Augsburgo (desde setembro de 1688).

1699

26 de janeiro: Sacro Império Romano-Germânico, Polónia-Lituânia, Veneza, Estados Pontifícios, Rússia e Império Otomano, com a mediação das Províncias-Unidas e da Inglaterra, assinam o Tratado de Karlowitz, pondo fim ao seu envolvimento na Grande Guerra Turca (desde julho de 1683). O Império Otomano entrega a Hungria e a Transilvânia ao Arquiducado da Áustria, a Podólia à Comunidade da Polónia-Lituânia e a Dalmácia e a Moreia à República de Veneza, além de ser a primeira vez que os turco-otomanos assinam um tratado de paz como partido vencido.

13 de maio: Nascimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro primeiro conde de Oeiras, primeiro marquês de Pombal, secretário de Estado dos Assuntos Estrangeiros e da Guerra e secretário de Estado dos Assuntos Internos do Reino de Portugal.

1700

22 de fevereiro: Início da Grande Guerra do Norte (até setembro de 1721).

11 de julho: Criação da *Königlich-Preußische Akademie der Wissenschaften*.

13 de julho: Assinatura do Tratado de Constantinopla, entre o Czarado da Rússia e o Império Otomano, pondo fim ao seu envolvimento na Terceira Guerra Russa-Turca (1686-1700). O sultão otomano Mustafá II cede a região de Azov a Pedro I da Rússia.

1 de novembro: Falecimento de Carlos II de Espanha, com trinta e oito anos de idade, sem descendência; Início da Guerra de Sucessão de Espanha ou Guerra da Sucessão Espanhola (até setembro de 1714).

1701

18 de janeiro: O sacro imperador romano Leopoldo I concede a Frederico III de Brandemburgo-Prússia o título de “Rei na Prússia” como Frederico I na Prússia.

1703

15 de junho: Início da Guerra da Independência de Rákóczi (até maio de 1711).

12 de setembro: Assinatura do *Pactum Mutuae Successionis* ou *Pacto Mútuo Sucessório* entre os filhos do sacro imperador romano Leopoldo I, os arquiducos austríacos José de Áustria e Carlos de Áustria, que estabeleceu a proibição a partilha da monarquia e a

permissão de, na ausência de herdeiro varão, a possibilidade de uma descendente feminina governar as terras nucleares habsburguesas.

27 de dezembro: Assinatura do Tratado de Methuen, entre o Reino de Portugal e o Reino de Inglaterra, Escócia e Irlanda.

1704

13 de agosto: Batalha de Blenheim: Vitória do exército anglo-imperial comandado por John Churchill, primeiro conde de Nellenburg, primeiro duque de Marlborough e primeiro príncipe de Mindelheim e por Eugénio Francisco de Sabóia, príncipe de Sabóia-Carignan, sobre o exército franco-bávaro.

1705

5 de maio: Falecimento de Leopoldo I do Sacro Império Romano-Germânico, com sessenta e quatro anos de idade; Eleição do seu filho mais velho, o arquiduque austríaco José de Áustria, como sacro imperador romano José I.

1707

1 de maio de: Assinatura do *Act of Union (Ato da União)*, no qual resulta na criação do Reino da Grã-Bretanha e Irlanda. Ana I da Inglaterra, Escócia e Irlanda torna-se na última monarca inglesa do Reino de Inglaterra, Escócia e Irlanda e adquire o título de primeira monarca britânica como Ana I da Grã-Bretanha e Irlanda.

1709

8 de julho: Batalha de Poltava; Vitória do exército russo comandado por Pedro I da Rússia sobre o exército sueco comandado por Carlos XII da Suécia.

1711

2 de fevereiro: Nascimento de Wenzel Anton Kaunitz, futuro conde de Kaunitz-Rietberg, príncipe de Kaunitz-Rietberg, embaixador imperial no Reino de França e chanceler da Monarquia Habsburgo.

17 de abril: Falecimento de José I do Sacro Império Romano-Germânico, com trinta e dois anos de idade.

12 de outubro: Eleição do arquiduque austríaco Carlos de Áustria, irmão mais novo do falecido José I, como sacro imperador romano Carlos VI.

1712

24 de janeiro: Nascimento do futuro Frederico II da Prússia.

1713

11 de abril: França, Grã-Bretanha e Irlanda, Províncias Unidas, Portugal, Prússia e Sabóia assinam a Paz de Utrecht ou Tratado de Utrecht, pondo fim ao seu envolvimento na Guerra da Sucessão de Espanha ou Guerra da Sucessão Espanhola (desde novembro de 1700 - julho de 1701).

19 de abril: Carlos VI promulga o édito que ficou conhecido como *Sanctio Pragmatica/Pragmatische Sanktion* ou *Pragmática Sanção*. A “derrota” sofrida na Guerra da Sucessão Espanhola acabara com a hegemonia dos Habsburgo na Europa e pretendia assegurar-se de que, caso viesse a contar apenas com sucessão feminina, a Áustria pudesse continuar a manter integro o seu território, sem que este acabasse por ser dividido entre aspirantes de outras dinastias. Carlos modificou o pacto de 1703, ao colocar a sua possível descendência feminina à frente das duas filhas do seu falecido irmão.

1715

1 de setembro: Falecimento de Luís XIV de França, com setenta e sete anos de idade; Ascensão ao trono do seu bisneto, o delfim Louis de Bourbon de cinco anos como Luís XV de França. Devido à menoridade do monarca, surge uma regência encabeçada pelo sobrinho do falecido monarca, o duque de Orleães Filipe II de Orleães.

1717

13 de maio: Nascimento da futura Maria Teresa de Áustria.

1721

10 de setembro: Assinatura da Paz de Nystad ou Tratado de Nystad, entre o Império Sueco e o Czarado da Rússia, pondo fim ao seu envolvimento na Grande Guerra do Norte (desde fevereiro de 1700).

2 de novembro: Proclamação do Império Russo: O czar Pedro I da Rússia adquire o título de “Imperador de todas as Rússias”.

1740

31 de maio: Falecimento de Frederico Guilherme I da Prússia, com cinquenta e um anos de idade; Ascensão ao trono do seu terceiro filho varão vivo e herdeiro da Coroa brandemburguesa-prussiana, o príncipe Frederico da Prússia, como Frederico II da Prússia.

20 de outubro: Falecimento de Carlos VI do Sacro Império Romano-Germânico, com cinquenta e cinco anos de idade; Maria Teresa de Áustria assume a chefia dos territórios hereditários habsburgueses.

16 de dezembro: Invasão da Silésia austríaca pela Prússia; Início da Guerra da Sucessão de Áustria e Guerra de Sucessão Austríaca (até outubro de 1748).

1755

1 de novembro: Terramoto de Lisboa.

1756

Publicação da obra *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations et sur les principaux faits de l'histoire depuis Charlemagne jusqu'à Louis XIII* do filósofo e iluminista francês François-Marie Arouet ou Voltaire.

17 de maio: Início da Guerra dos Sete Anos (até fevereiro de 1763).

10 de setembro: Fundação da companhia majestática portuguesa *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia Velha*, por Alvará régio de José I de Portugal, sob auspícios de Carvalho e Melo.

5 de outubro: Aviso régio segundo o qual os lavradores do Alto Douro não podiam exceder os preços taxados nem recusar a venda dos seus vinhos.

1757

23-28 de fevereiro: Motim do povo da cidade do Porto contra a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, o qual levanta-se contra o exclusivo concedido à *Companhia* na venda de vinhos de ramo na cidade do Porto e num raio de três léguas à volta desta, contra o consequente aumento dos preços e a redução drástica do número de tabernas. A repressão sobre os amotinados foi violentíssima, onde, por cartas régias de 28 de fevereiro desse mesmo ano, deu-se a prisão e condenação de mais de 470 pessoas, com a execução de 21 homens e de 5 mulheres.

30 de agosto: Alvará régio que determina a proibição do emprego de estrumes na vinha, do uso da baga de sabugueiro na preparação do vinho e da mistura de uvas brancas com tintas, lançando assim as bases de uma política de qualidade.

5 de novembro: Batalha de Rossbach; Vitória do exército prussiano comandado por Frederico II da Prússia, *o Grande*, sobre o exército franco-imperial.

5 de dezembro: Batalha de Leuthen; Vitória do exército prussiano comandado por Frederico II da Prússia, *o Grande*, sobre o exército austríaco.

1758-1761

Demarcação Pombalina na região do Douro. São concluídos todos os acertos à região demarcada do Douro, que compreende um total de 67 paróquias, e impostas sanções aos transgressores das regras da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, que incluem a adulteração de vinhos, mistura de uvas brancas e tintas, introdução de vinhos na zona demarcada e lotação com os mesmos.

1759

13 de janeiro: Execução de alguns membros mais importantes da casa aristocrática portuguesa da Casa de Távora pela sua suposta colaboração no atentado falhado contra José I de Portugal. Os executados foram Leonor Tomásia de Távora, sexta condessa de São João da Pesqueira e terceira marquesa de Távora, e por casamento terceira condessa de Alvor (1700-1759), Francisco de Assis de Távora, terceiro conde de Alvor, e por casamento sexto conde de São João da Pesqueira e terceiro marquês de Távora e

quadragésimo quinto vice-rei da Índia (1703-1759), Luís Bernardo de Távora, filho dos terceiros marqueses de Távora e o quarto marquês deste título (1723-1759), José Maria de Távora, filho mais novo dos terceiros marqueses de Távora (1736-1759), Jerónimo Carvalho e Meneses de Ataíde, décimo primeiro conde de Atouguia e genro dos terceiros marqueses de Távora (1721-1759) e, por fim, José Mascarenhas da Silva e Lencastre, oitavo duque de Aveiro, mordomo-mor de João V de Portugal, mordomo-mor de José I de Portugal e cunhado do terceiro marquês de Távora (1708-1759).

6 de julho: Sebastião José de Carvalho e Melo é elevado à nobreza como primeiro conde de Oeiras.

3 de setembro: Expulsão da Companhia de Jesus (Jesuítas) do Reino de Portugal.

1760

O Reino de Portugal corta relações diplomáticas com os Estados Pontifícios (até 1770).

1762

O clero português deixa de estar isento do pagamento da dízima.

10 de fevereiro: Assinatura do Tratado de Paris, entre o Reino da Grã-Bretanha e Irlanda, o Reino de França, o Reino de Espanha e o Reino de Portugal, pondo fim ao seu envolvimento na Guerra dos Sete Anos (desde maio de 1756).

15 de fevereiro: Assinatura do Tratado de Hubertusburg, entre o Reino da Prússia, a Monarquia Habsburgo e o Eleitorado da Saxónia, pondo fim ao seu envolvimento na Guerra dos Sete Anos (desde maio de 1756) e na Terceira Guerra Silesiana (desde agosto de 1756).

1769

15 de agosto: Nascimento de Napoleão Bonaparte, futuro Napoleão I de França.

1772

Primeira “partilha” da Comunidade da Polónia-Lituânia pelo Império Russo, Reino da Prússia/Reino da Prússia e Monarquia Habsburgo.

Reforma da Universidade no Reino de Portugal.

1775

19 de abril: Início da Guerra Revolucionária Americana ou Guerra da Independência Americana (até setembro de 1783).

1776

2-4 de julho: Declaração da Independência dos Treze Estados da América face ao Império Britânico.

1778

3 de julho: Guerra da Sucessão Bávara (até maio de 1779).

1779

Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro conde de Oeiras e primeiro marquês de Pombal, já afastado do poder desde 4 de março de 1777, é alvo de um processo judicial a pretexto da publicação de uma apologia do seu governo, considerada ofensiva da dignidade régia. Já doente, teve de suportar um interrogatório judicial, mas evitou severas punições sob condição de se manter afastado em Pombal.

13 de maio: Assinatura do Tratado de Teschen, entre o Reino da Prússia e a Monarquia Habsburgo, pondo fim ao seu envolvimento na Guerra da Sucessão Bávara (desde julho de 1778).

24 de dezembro: Criação da *Academia Real das Ciências de Lisboa*.

1780

Maria I de Portugal autoriza a revisão do processo judicial movido contra a família aristocrática portuguesa da Casa de Távora.

Início da demolição do Cachão da Valeira que impedia a navegação a montante do rio Douro. As obras, a cargo da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, são financiadas por um imposto aplicado às pipas do vinho, aguardente e vinagre transportadas pelo rio (esta operação levaria dez anos a ser finalizada, até 1790).

1781

Exportação do Vinho do Porto da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* para a região do mar Báltico e para os principais portos do Império Russo de Catarina II, *a Grande*, da Rússia.

23 de maio: Proclamação de um decreto assinado por Maria I de Portugal que reabilita a memória da família aristocrática portuguesa da Casa de Távora, declarando-os inocentes da sentença proclamada a 12 de janeiro de 1759 que levou à execução de alguns membros desta mesma família. Assim sendo, os terceiros marqueses de Távora, os seus filhos e o décimo primeiro conde de Atouguia (genro dos terceiros marqueses de Távora) foram ilibados dos crimes que foram condenados, embora confirmando de certa forma a culpabilidade de José Mascarenhas da Silva e Lencastre, oitavo duque de Aveiro, mesmo que tais factos nunca tenham sido confirmados pela soberana portuguesa.

1783

3 de setembro: Assinatura do Tratado de Paris de 1783 entre o Reino da Grã-Bretanha e Irlanda e a sua antiga colónia na América do Norte, os recém-criados Estados Unidos da América, pondo fim à Guerra Revolucionária Americana ou Guerra da Independência Americana (desde abril de 1775). O rei Jorge III da Grã-Bretanha e Irlanda reconhece a independência dos Estados Unidos da América relativamente ao Império Britânico.

1784

8 de maio: Nascimento de Thurke Pop Jensen, mãe de Jan Hinrich Andresen.

1786

17 de agosto: Falecimento de Frederico II, *o Grande*, da Prússia, com setenta e quatro anos de idade; Ascensão ao trono do seu sobrinho, o príncipe Frederico Guilherme da Prússia como Frederico Guilherme II da Prússia.

1789

16 de março: Nascimento de Thomas Andresen, pai de Jan Hinrich Andresen.

14 de julho: Tomada da Bastilha; Início da Revolução Francesa (até novembro de 1799).

1790

Criação da companhia comercial vinícola escocesa-britânica *Sandeman's Port/Sandeman* pelos irmãos comerciantes escoceses-britânicos George Sandeman e David George Sandeman.

1793

Segunda “partilha” da Comunidade da Polónia-Lituânia pelo Império Russo, pelo Reino da Prússia e pela Monarquia Habsburgo.

21 de janeiro: Execução por guilhotina do antigo rei Luís XVI de França, com trinta e oito anos de idade.

1795

Terceira e última “partilha” da Comunidade da Polónia-Lituânia pelo Império Russo, pelo Reino da Prússia e pela Monarquia Habsburgo.

1799

A importância do Vinho do Porto para a economia do Reino de Portugal é tal que o Vinho do Porto representa mais de 50% das exportações portuguesas.

9 de novembro: Golpe do 18 do Brumário; Napoleão Bonaparte lança um *coup d'état* contra o Diretório da Primeira República (1795-1799); Início do Consulado Francês (até maio de 1804).

1801

Registo de um alargamento da área denominada por *Demarcação Mariana* ou *Demarcação Subsidiária*, passando a região demarcada a compreender 87 paróquias.

1803

18 de maio: Início das Guerras Napoleónicas (até novembro de 1815).

1804

18 de maio: Napoleão Bonaparte torna-se Napoleão I da França; Início do Primeiro Império Francês (até 1814-1815).

1806

12 de julho: Criação da Confederação do Reno.

6 de agosto: Abdicação do sacro imperador romano Francisco II do título de sacro imperador romano e das insígnias imperiais, resultando na dissolução do Sacro Império Romano-Germânico.

1810

19 de fevereiro: Assinatura do Tratado de Amizade e Comércio, entre o Reino de Portugal e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

1811

15 de março: Criação da *Segunda Imposição de Guerra* pela portaria do Executivo português, com contribuição de 6000 réis por pipa de vinho exportado.

1812

Derrota do exército francês de Napoleão I de França na Rússia czarista.

Ameaça de Percy Smythe, sexto visconde de Strangford de retirar o subsídio anual de dois milhões de libras que fora votado no Parlamento britânico como auxílio ao Reino de Portugal, devido à resistência do executivo português quanto à extinção da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*.

12 de julho: Os feitores britânicos de Vinho do Porto enviam à *Câmara dos Comuns* uma petição intitulada *Humilde petição dos membros da extinta Feitoria do Porto, em seu nome e no de outras pessoas interessadas no comércio de Portugal*, queixando-se dos agravos, opressões e vexações que sofre o comércio britânico, em virtude da *Real Companhia Velha* manter o seu monopólio contra os vassalos britânicos, considerando eles que, ao abrigo do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, têm o direito de estar isentos do referido monopólio, além de pedirem a imediata abolição e extinção da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*.

1814-1815

Realização do Congresso de Viena; Fim das Guerras Napoleónicas (desde maio de 1803).

1815

1 de abril: Nascimento de Otto Eduard Leopold von Bismarck, futuro conde de Bismarck-Schönhausen, duque de Lauenburg, príncipe de Bismarck, chanceler da Prússia e da Alemanha.

1816

23 de fevereiro: Casamento de Thomas Andresen e Thurke Pop Jensen.

1819

24 de maio: Nascimento da futura Vitória I do Reino Unido.

1820

Criação da companhia comercial vinícola britânica *W. & J. Graham's* pelos irmãos e comerciantes britânicos William Graham e John Graham.

24 de agosto: Eclosão da Revolução Liberal Portuguesa com o pronunciamento militar na cidade do Porto.

1821

7-17 de março: As Cortes vintistas portuguesas promulgam as primeiras leis que restringem os privilégios da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*: instituição da *Feira da Régua* e os bilhetes de qualificação, fixação dos preços a vigorar para os vinhos exportados e libertação da destilação de aguardente nas três províncias do Norte, até então privilégio da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*.

18 de março: Suspensão da “abusiva exigência” da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* de impor a contribuição de 2 réis em cada quartilho de vinho atabernado e 200 réis em cada pipa, nos concelhos de São Martinho de Mouros, Resende, Aregos, Cinfães e São Cristóvão, da comarca de Lamego e no de Ferreiros de Tendais, da comarca de Barcelos, por estes concelhos não pertencerem à demarcação.

31 de março: Fim do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) no Reino de Portugal.

1822

21 de maio: Impostas novas restrições às atribuições da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*: fim da preferência que a lei lhe concedia na compra de vinhos à produção, o exclusivo da venda de vinho aquartilhado no Porto, o exclusivo da exportação para os portos do Brasil (que fica livre para os vinhos do Douro e aguardentes) e o encargo de promover e administrar obras públicas.

7 de setembro: Proclamação da independência do Império do Brasil face ao Reino de Portugal.

13 de outubro: Proclamação do príncipe português Pedro de Alcântara de Bragança como imperador do Brasil.

1 de dezembro: Coroação de Pedro de Alcântara de Bragança como Pedro I do Brasil.

1826

29 de janeiro: Nascimento de Jan Hinrich Andresen.

19 de fevereiro: Batizado de Jan Hinrich Andresen na Igreja Sankt Johannis, em Nieblum, Föhr.

1830

18 de agosto: Nascimento do futuro Francisco José I da Áustria (e Hungria).

1832-1834

Guerra Civil Portuguesa.

1833

16 de agosto: O exército miguelista de Miguel I de Portugal incendeia os armazéns da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* em Vila Nova de Gaia, perdendo-se cerca de 16000 pipas e 15200 cascos de vinho.

1834

28 de maio: Criação do Concelho de Vila Nova de Gaia, com o mestre tanoeiro e negociante de vinhos António da Rocha Leão como o primeiro presidente da Comissão Municipal de Vila Nova de Gaia.

30 de maio - 4 de novembro: Pedro IV de Portugal extingue todos os privilégios, autoridades, prerrogativas e proeminências de qualquer natureza ou denominação à *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, a qual passa a ser uma firma comercial designada por *Companhia dos Vinhos do Porto*, instituída por doze anos (até 1846).

24 de setembro: Falecimento de Pedro I do Brasil e Pedro IV de Portugal, com trinta e cinco anos de idade.

1837

20 de junho: Falecimento de Guilherme IV do Reino Unido e Hanôver, com setenta e um anos de idade; Ascensão ao trono da sua sobrinha Alexandrina Victoria como Vitória I do Reino Unido.

1837-1843

(Re) Criação da companhia comercial vinícola britânica *Taylor, Fladgate & Yeatman* ou *Taylor's* pela parceria comercial composta por Joseph Taylor, John Alexander Fladgate e Morgan Yeatman.

1842

Criação da companhia comercial vinícola holandesa *Niepoort* pelo comerciante holandês Franciscus Marius van der Niepoort.

1843

5-21 de abril: António Bernardo da Costa Cabral concede à *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* um subsídio anual de 150 contos de réis para compra de 20000 pipas de vinho do Douro. A *Real Companhia Velha* adquire novas competências como de propor ao governo português a quantidade de vinho a aprovar em primeira qualidade em cada ano, de estabelecer caixas filiais no distrito da demarcação para concessão de empréstimos aos lavradores e abrir armazéns nas praças das Américas e Europa para venda de vinho.

1845

29 de agosto: Fundação da companhia comercial luso-dinamarquesa *J.H.Andresen*, por Jan Hinrich Andresen.

1848

2 de dezembro: Ascensão ao trono austríaco do *Kaiser* Francisco José I.

1854

Jan Hinrich Andresen adquire o primeiro barco a vapor, que faz transporte de passageiros e cargas entre Porto e Lisboa.

12 de setembro: Jan Hinrich Andresen adquire a naturalidade portuguesa como João Henrique Andresen.

1857

4 de maio: Nascimento do primeiro filho de Jan Hinrich Andresen e de Joaquina da Conceição, John Henry (João Henrique).

1858

30 de agosto: Nascimento do segundo filho de Jan Hinrich Andresen e de Joaquina da Conceição, Henry (Henrique).

1859

Data provável da morte de Joaquina da Conceição, mãe dos dois primeiros filhos de Jan Hinrichn Andresen.

1860

29 de agosto: Casamento de João Henrique Andresen e Maria Leopoldina Guimarães de Amorim de Brito no consulado dinamarquês do Porto.

1861

31 de julho: Nascimento de João Henrique Andresen Júnior.

1863-1865

Início da epidemia de filoxera no Vale do Rio Douro.

1865

Fundação do Banco Ultramarino Português.

7 de dezembro: A *Real Companhia Velha* passa a operar em mercado livre e é declarada a livre exportação através da barra do Porto de todos os vinhos produzidos em Portugal, por Alvará régio do regente Fernando II de Portugal.

1869

24 de novembro: Nascimento de António Óscar de Fragoso Carmona, futuro primeiro-ministro de Portugal e presidente de Portugal.

1870-1871

Grande instabilidade política em Portugal; Sucessão de quatro diferentes Governos.

1870

19 de julho: Início da Guerra Franco-Prussiana (até janeiro de 1871).

1871

18 de janeiro: Fundação do Império Alemão na Galeria dos Espelhos, no Palácio de Versalhes; Guilherme I da Prússia é elevado a Guilherme I da Alemanha.

1876

Fundação do Partido Republicano Português (PRP).

1878

A *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* passa a sociedade anónima.

1883

20 de março: Assinatura da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial; o Reino de Portugal foi um dos signatários.

29 de julho: Nascimento de Benito Mussolini, futuro *Duce* (líder) do Partido Fascista e da Itália.

1884-1885

Conferência de Berlim.

1885

Mapa Cor-de-Rosa português.

1888

Ligação telefónica entre Porto e Lisboa.

1889

20 de abril: Nascimento de Adolf Hitler, futuro *Führer* (líder) do Partido Nazi e da Alemanha.

28 de abril: Nascimento de António de Oliveira Salazar, futuro presidente do Conselho de Ministros de Portugal (primeiro-ministro).

15 de novembro: Nascimento do futuro Manuel II de Portugal.

1890

11 de janeiro: *Ultimatum* britânico a Portugal.

1891

31 de janeiro: Insurreição republicana, falhada, no Porto, em consequência do *Ultimatum* britânico.

1893

João Henrique Andresen Júnior torna-se presidente da Associação Comercial do Porto.

1894

Estabelecimento de uma nova agência da *Real Companhia Velha* em Londres destinada para todo o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

28 de fevereiro: Data do testamento de João Henrique Andresen.

7 de março: Falecimento de João Henrique Andresen, com sessenta e oito anos de idade.

1 de novembro: Falecimento de Alexandre III da Rússia, com quarenta e nove anos de idade; Ascensão ao trono do seu filho mais velho, o príncipe Nikolai Alexandrovich Romanov, como Nicolau II da Rússia.

1896

Assinatura de um tratado comercial, entre o Reino de Portugal e o Reino da Dinamarca.

1897

11 de dezembro: Assinatura de um tratado comercial, entre o Reino de Portugal e o Reino da Bélgica, o qual concede a Portugal o tratamento de nação mais favorecida.

1900

17 de outubro: Falecimento de João Henrique Andresen Júnior, com trinta e nove anos de idade.

1901

22 de janeiro: Falecimento de Vitória I do Reino Unido, com oitenta e um anos de idade; Ascensão ao trono do seu segundo filho e primeiro filho varão, o príncipe Albert Edward, como Eduardo VII do Reino Unido e dos Domínios Britânicos.

1904

Assinatura de um tratado comercial, entre o Reino de Portugal e o Reino da Suécia que estipula algumas normas relativas à graduação alcoólica dos vinhos.

1905

Aprovação do decreto sobre o fomento vinícola pelo Executivo português de José Luciano de Castro Pereira Corte Real.

Criação da *Companhia Vinícola Portuguesa*, absorvida em 1922 pela *Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal*.

1906-1908

O Executivo português de João Franco Ferreira Pinto Castelo-Branco promove legislação sobre a regulamentação do vinho e cria uma nova demarcação que se manterá global

até à atualidade, sofrendo algumas alterações apenas na década de 1920, além de ser assegurada a garantia da marca de origem do Vinho do Porto ao estabelecer-se o privilégio da Barra do Douro para a sua exportação.

1907

10 de maio: Imposição de um novo regime geral para a produção, venda, exportação e fiscalização dos vinhos, no qual reserva a Barra do Douro exclusivamente para os Vinhos do Porto e alarga a Região Demarcada do Douro.

1908

Fundação da *Comissão Agrícola e Comercial de Vinhos do Douro*, de carácter interprofissional.

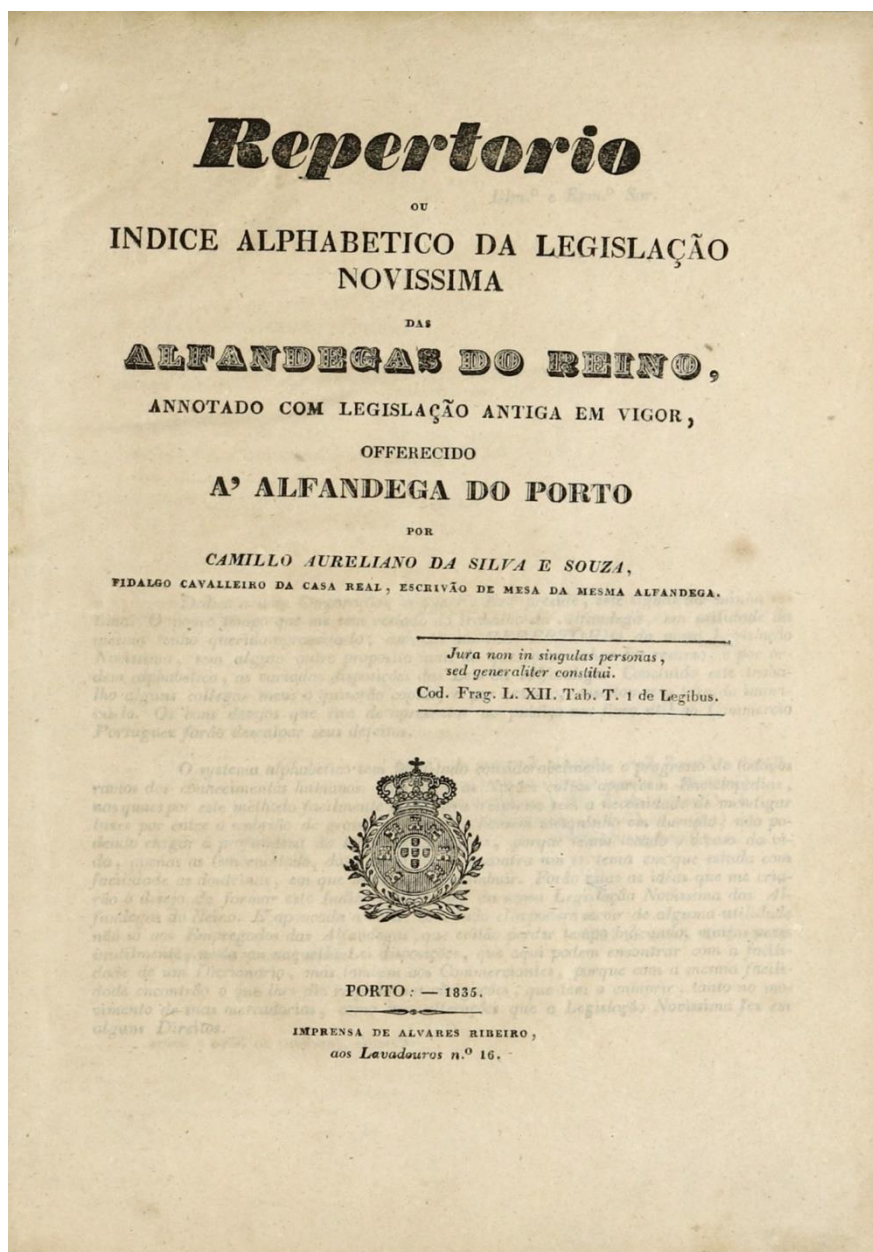
1 de fevereiro: Assassinato de Carlos I de Portugal, com quarenta e quatro anos de idade, e do seu filho mais velho, o infante Luís Filipe de Portugal, com vinte anos de idade, em pleno Terreiro do Paço, em Lisboa.

1910

6 de maio: Falecimento de Eduardo VII do Reino Unido e dos Domínios Britânicos, com sessenta e oito anos de idade; Ascensão ao trono do seu segundo filho varão vivo e herdeiro da Coroa britânica, o príncipe George Frederick Ernest Albert, como Jorge V do Reino Unido e dos Domínios Britânicos.

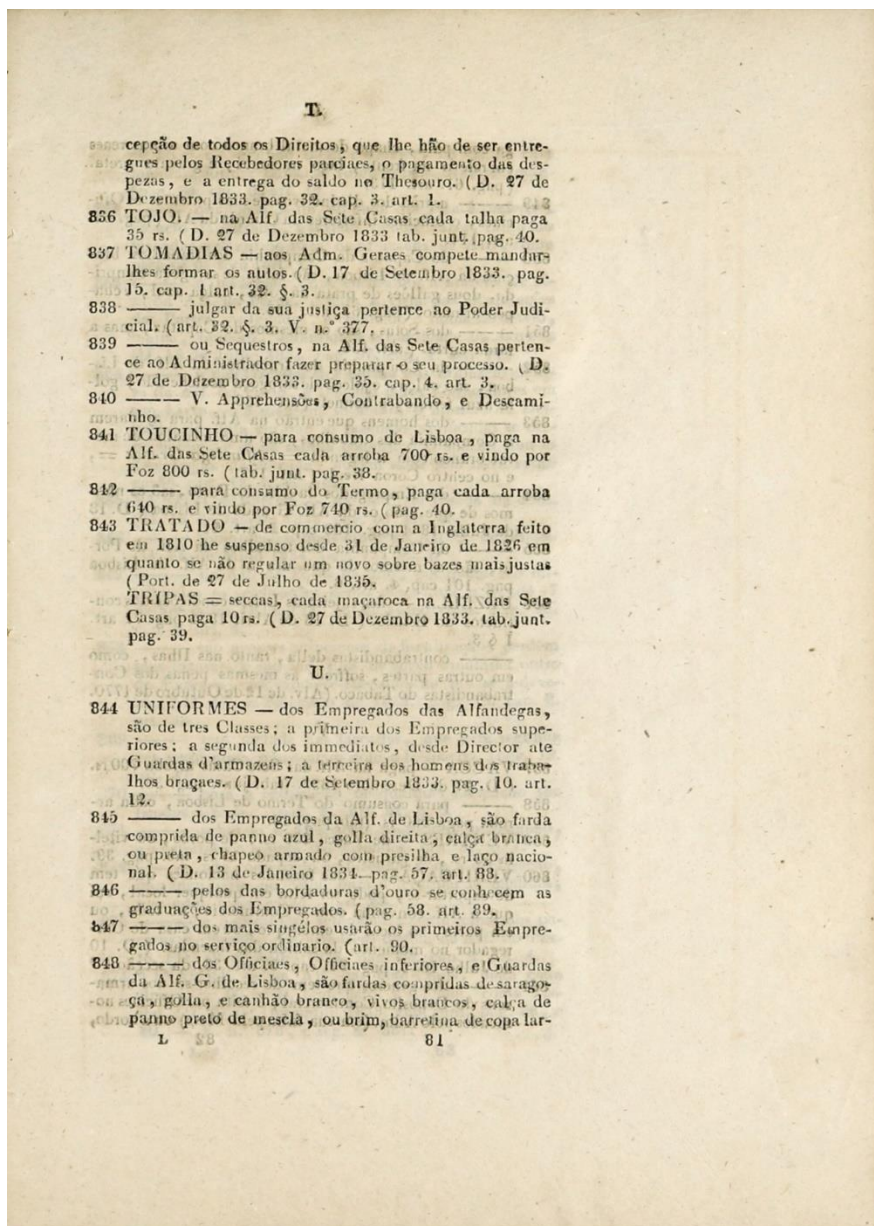
5 de outubro: Implantação da Primeira República Portuguesa (até maio de 1926); Exílio de Manuel II de Portugal para o Reino Unido.

A N E X O II – ANEXOS DOCUMENTAIS



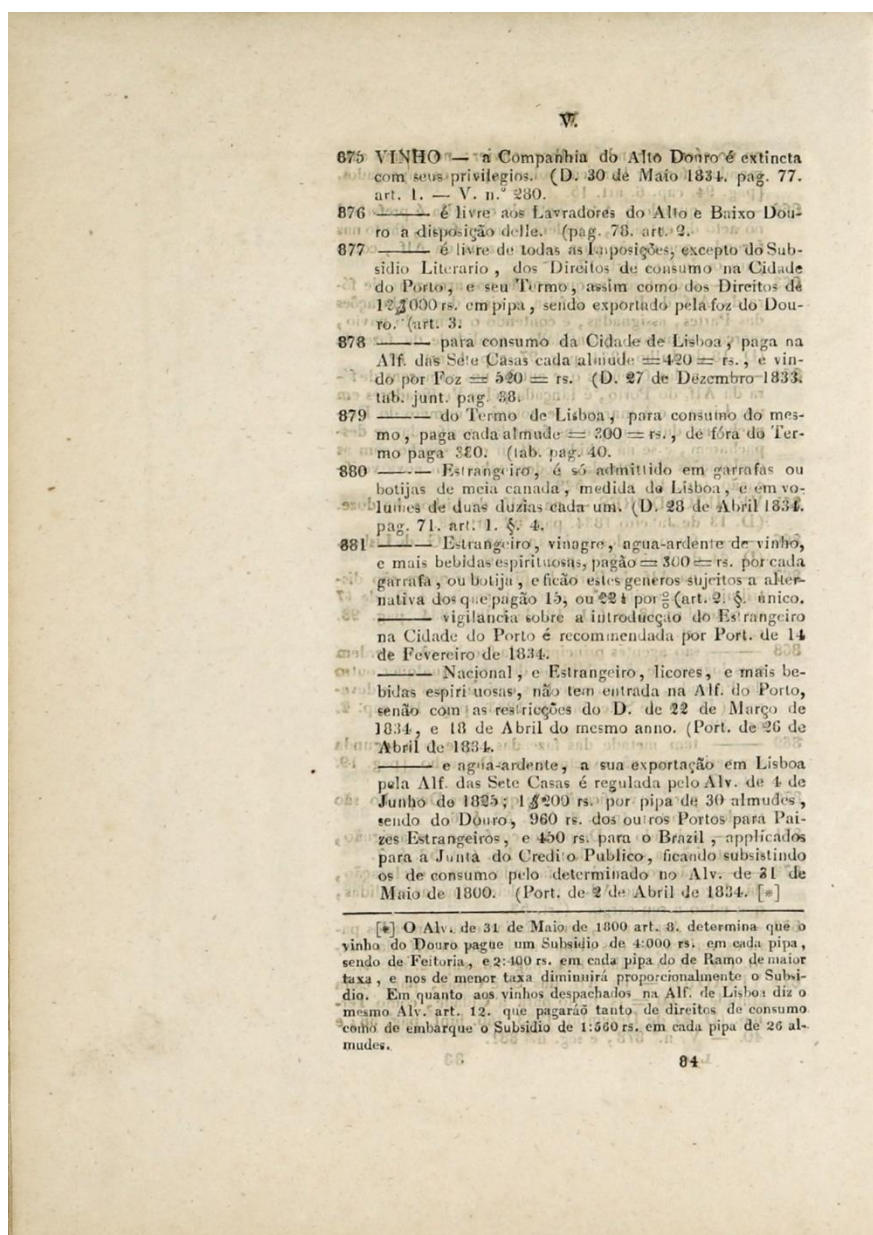
1. Frontispício da obra *Repertorio ou Indice Alfabético da Legislação Novíssima das Alfandegas do Reino, Annotado com Legislação Antiga em Vigor, Offerecido*

A' Alfandega do Porto (1835), de Camilo Aureliano da Silva e Souza (por cortesia do autor Rui Urbano Moura).

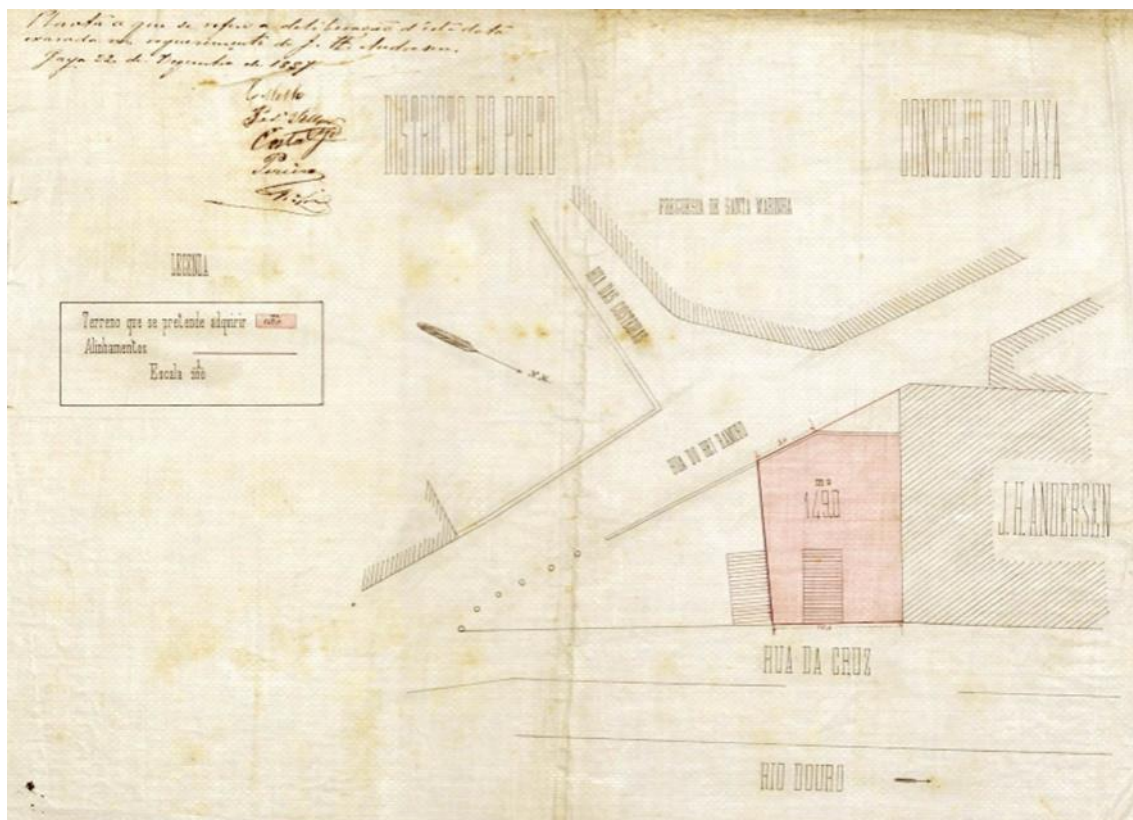


2. Na página 81 da obra *Repertorio ou Indice Alfabetico da Legislação Novissima das Alfandegas do Reino, Annotado com Legislação Antiga em Vigor, Offerecido A' Alfandega do Porto* (1835), está referido no artigo 843 as alterações da lei sobre o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (19 de fevereiro de 1810),

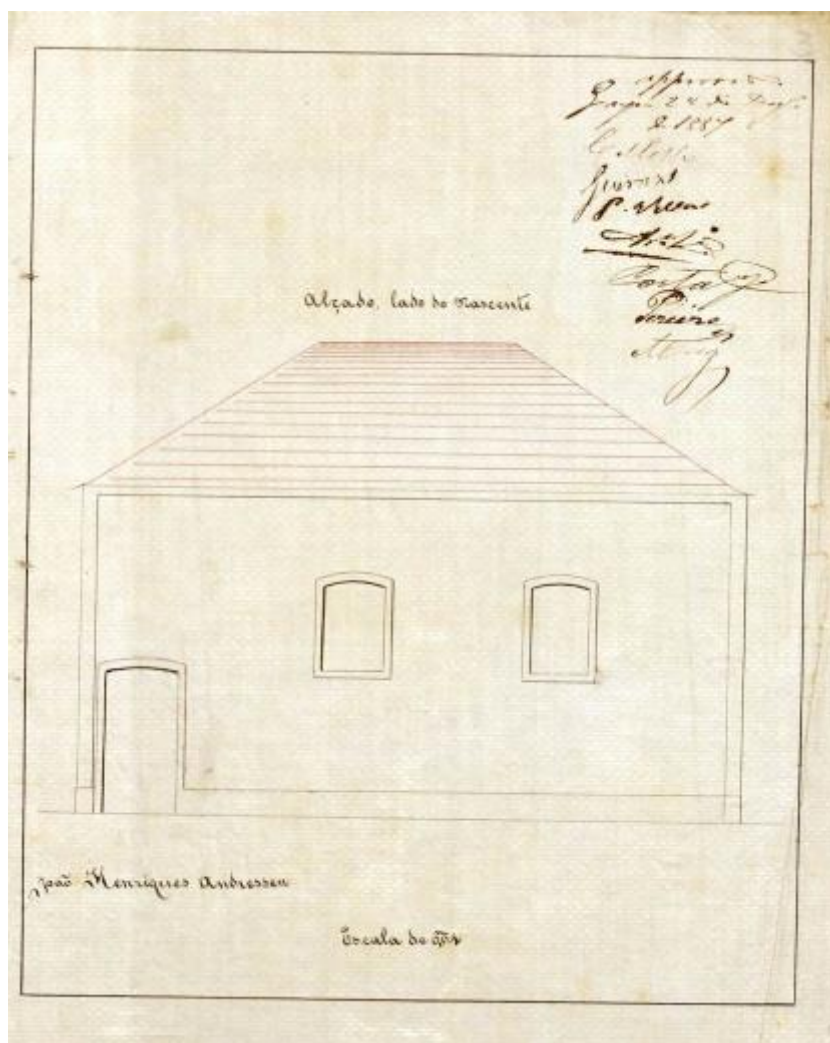
assinado entre Portugal e o Reino Unido (por cortesia do autor Rui Urbano Moura).



3. Na página 84 da obra *Repertorio ou Indice Alfabético da Legislação Novíssima das Alfandegas do Reino, Annotado com Legislação Antiga em Vigor, Offerecido A' Alfandega do Porto* (1835), no artigo 875 referente ao "Vinho", sobretudo às medidas colocadas à *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia Velha* e do fim dos seus privilégios em 1834, perdendo o seu estatuto de empresa majestática fundada a 10 de setembro de 1756 por Alvará régio de José I de Portugal (1714-1777), sob auspícios de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) (por cortesia do autor Rui Urbano Moura).

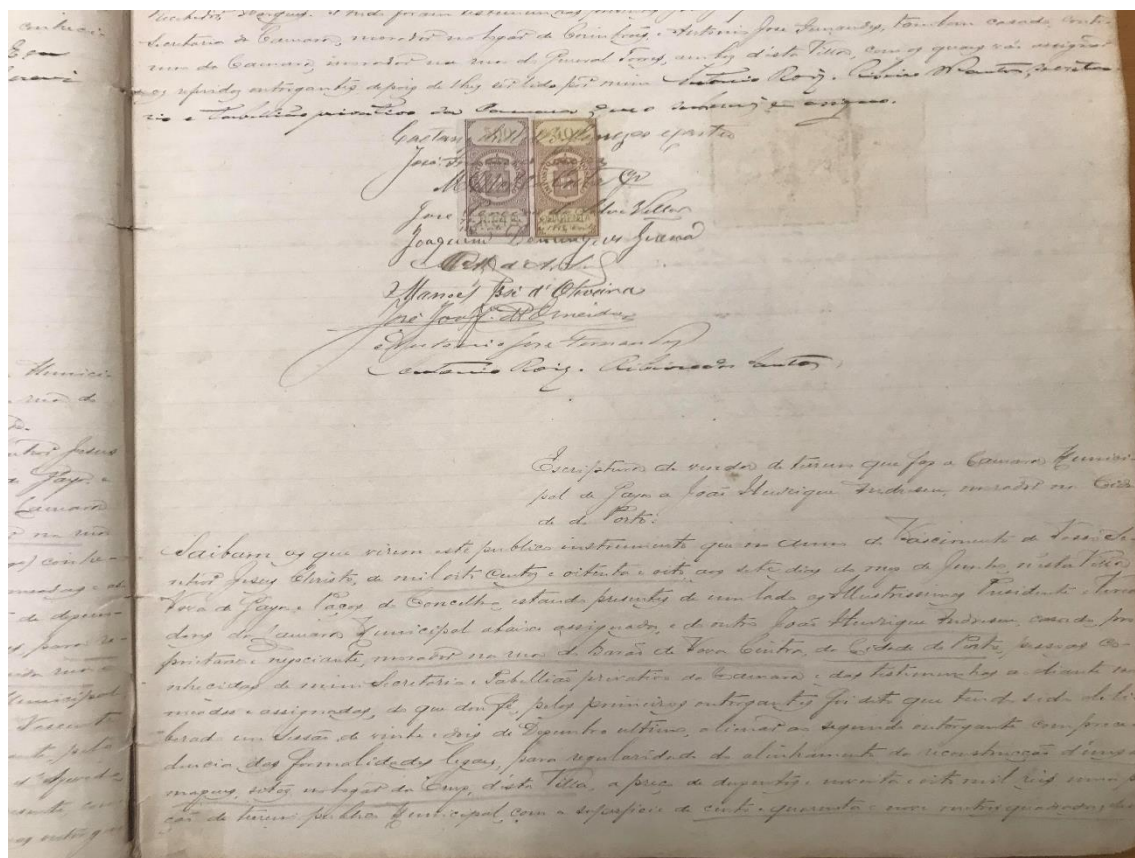


5. Planta geral a que se refere a deliberação do requerimento de João Henrique Andresen (1826-1894) à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datada de 22 de dezembro de 1887, mostrando os terrenos, que Andresen pretendia adquirir para expandir o seu armazém na Afurada, a tinta carmim (por cortesia do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner).

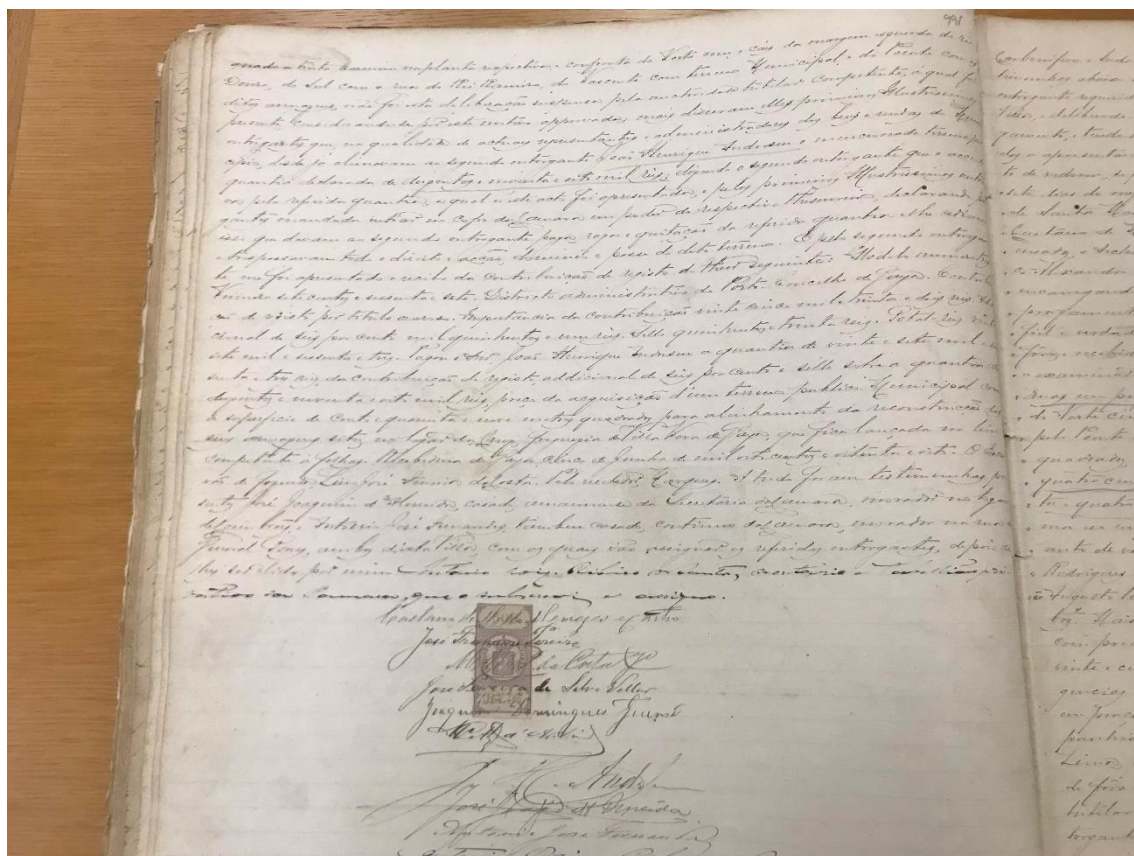


6. Planta do lado nascente da deliberação do requerimento de João Henrique Andresen à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datada de 22 de

dezembro de 1887 (por cortesia do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner).



7. Escritura de vendas de terras da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a João Henrique Andresen, datada de 7 de junho de 1888 (Lv.4; fl.99-99v; fotografia do autor Rui Urbano Moura; por cortesia do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner).



8. Escritura de vendas de terras da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a João Henrique Andresen, datada de 7 de junho de 1888. A sétima assinatura é de Andresen (Lv.4; fl.99-99v; fotografia do autor Rui Urbano Moura; por cortesia do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner).

Transcrição do Documento – Escritura de venda de terras que faz a Camara Municipal de Gaya a João Henrique Andresen, morador na Cidade do Porto (7 de junho de 1888; Notas internas: 2774; Notas: Lv.4; fl.99-99v).

«Escriptura de vendas de terras que faz a Camara Municipal de Gaya a João Henrique Andresen, morador na Cidade do Porto.

Saibam os que virem este publico instrumento que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, a mil oitocentos e oitenta e oito, aos sete dias do mes de Junho, n'esta Villa Nova de Gaya e Paços do Concelho, estando presentes de um lado os Illustrissimos Presidente e Vereadores da Camara Municipal abaixo assignados, e do outro João Henrique Andresen, casado, proprietario e negociante, morador na rua do Barão de Nova Cintra, da Cidade do Porto, pessoas conhecidas de mim Secretario e

Tabellião privativo da Camara e das testemunhas adiante nomeadas e assignadas, do que dou fé, pelos primeiros outorgantes foi dito que tendo sido deliberado em Sessão de vinte e dois de Dezembro ultimo, alienar ao segundo outorgante com precedencia das formalidades legaes, para regularidade do alinhamento da reconstrucção d'uns armazens, sitos no lugar da Cruz, d'esta Villa, a preço de duzentos e noventa e oito mil reis, uma porção de terreno publico Municipal, com a superficie de cento e quarenta e nove metros quadrados, designado a tinta carmim na planta respectiva, e confronta do Norte com o cais da margem esquerda do rio Douro, do Sul com a rua do Rei Ramiro, do Nascente com terreno Municipal, e do Poente com os ditos armazens, não foi esta deliberação suspensa pela auctoridade tutelar competente, á qual foi presente, considerando se por este motivo approvada; mais disseram elles primeiros Illustrissimos outorgantes que na qualidade de actuaes representantes e administradores dos bens e rendas do Municipio, desde já alienaram ao segundo outorgante João Henrique Andresen o mencionado terreno pela quantia declarada de duzentos e noventa e oito mil reis; dizendo o segundo outorgante que o acceitava pela referida quantia, a qual n'este acto foi apresentada, e pelos primeiros Illustrissimos outorgantes mandada entrar no cofre da Camara em poder do respectivo Thesoureiro, declarando por isso que davam ao segundo outorgante paga, rapa e quitação da referida quantia lhe cediam e trespassavam todo o direito e acção, dominio e posse do dito terreno. E pelo segundo outorgante me foi apresentado o recibo da contribuição de registo do theor seguinte: Modelo numero tres. Número setecentos e sessenta e sete. Districto administrativo do Porto. Concelho de Gaya. Contribuição de registo por titulo oneroso. Importancia da contribuição vinte cinco mil e trinta e dois reis. Additional de dois por cento mil quinhentos e um reis. Sello quinhentos e trinta reis. Postal-reis vinte sete mil e sessenta e tres. Pagou o Sen, João Henrique Andresen a quantia de vinte e sete mil e sessenta e tres reis, da contribuição de registo, additional de seis por cento e sello sobre a quantia de duzentos e noventa e oito mil reis, preço da aquisição d'um terreno publico Municipal com a superficie de centro e quarenta e nove metros quadrados para alinhamento da reconstrução dos seus armazens sitos no Lugar da Cruz, freguezia de Villa Nova de Gaya, que fica lançada no livro competente a folhas. Recebedoria de Gaya, cinco de Junho de

*mil oito centos e oitenta e oito. O Escrivão da fazenda, Luis José Ferreira da Costa. Pelo recebedor Marques. A tudo foram testemunhas presentes José Joaquim de Almeida, casado, amanuense da Secretaria da Camara, morador no Lugar de Coimbrões, e Antonio José Fernandes, também casado, continuo da Camara, morador da rua de General Torres, ambos d'esta Villa, com os quaes vão assignar os referidos outorgantes, depois de lhes ser ter sido lido por mim **Antonio Rodrig. Ribeiro dos Santos, secretario e Tabellião privativo da Camara, que o subscrevi e assigno.***

Caetano de Mello Meneses e Castro

José Francisco Pereira

M. Mor. da Costa J.⁶⁰

José Pereira da Silva Villar

Joaquim Domingues Guerra

Ma. Alves d' Ar. Lim.⁶¹

J. H. Andresen

José Joaq. de Almeida

Antonio José Fernandes

Antonio Rodrig. Ribeiro dos Santos».

⁶⁰ Manuel Moreira da Costa Júnior.

⁶¹ Manuel Alves de Araújo Lima.

Andresen na área do comércio como um benfeitor de Vila Nova de Gaia e do Porto (por cortesia do Arquivo Municipal Sophia de Melo Breyner).

COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO
TAMBEM CONHECIDA PELO NOME
DE
REAL COMPANHIA DOS VINHOS DO PORTO





Fachada dos armazens do Porto

Marcas registadas

Interior dos armazens do Porto

Esta Companhia foi fundada em 1756 e tornou-se conhecida desde aquella data em todas as praças estrangeiras, especialmente nas inglezas, pelo nome de Real Companhia dos Vinhos do Porto.

E' a mais antiga casa de commercio do vinho do Porto e uma das mais importantes.

Possuo extensos armazens em varias localidades do Alto Douro e tem grandes depositos de vinhos em Villa Nova de Gaya e no Porto, dos quaes prepara para a exportação qualquer quantidade das diferentes e variadas marcas constantes nas suas listas de preços correntes.



Interior dos armazens em Villa Nova

Os seus vinhos, tanto em Portugal como nos mercados estrangeiros, são muito conhecidos e considerados como dos melhores e mais finos, e a sua marca goza de alto credito. Todos os vinhos d'esta Companhia são genuinos da região vinícola do Alto Douro e a sua beneficiação faz-se unicamente com aguardente de vinho.

Em todas as exposições a que a Companhia tem concorrido, desde a de Londres de 1862, os seus vinhos têm sido sempre classificados como os mais finos do Porto, obtendo em todas ellas os primeiros premios.

A sua sede é na cidade do Porto, rua das Flores, 69—Portugal.

10. Anúncio da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ou *Real Companhia dos Vinhos do Porto* (conforme está escrito no anúncio) na página 26 da edição d' *O Commercio do Porto Ilustrado*, de dezembro de 1898 (por cortesia do Arquivo Municipal Sophia de Melo Breyner).



J. H. Andresen
Porto
CASA FUNDADA
EM
1845
MARCA REGISTRADA
ANDRESEN
OPORTO

Vinhos tintos encasados secco secco doce fructa, secco secco doce secco rico secco rico velho velho rico velho secco velhissimo velhissimo «particular» Vinhos brancos encasados secco secco rico	Vinhos tintos encasados secco doce secco doce secco rico velho velho rico velho secco velhissimo velhissimo «particular» Vinhos brancos encasados secco secco rico
--	--

PREMIADO NAS SEGUINTE EXPOSIÇÕES:
 Chile—1875, Philadelphia—1876, Rio de Janeiro—1879.
 Paris—1876, medalha de ouro.
 Melbourne—1880, medalha de ouro.
 Boston—1883, medalha de ouro.
 Anvers—1885, medalha de ouro.
 Melbourne—1888, medalha de ouro.
 Anvers—1894, medalha de ouro.
 Chicago—1894, medalha de ouro.
 Bruxellas—1897, grand prix.
 Paris—1880, membro do jury para a classificação de vinhos.

J. H. Andresen Successores
PORTO

J. G. PACINI



VENDA DE PIANOS E ORGÃOS
A
PRESTAÇÕES MENSAES
SEM JURO
Instrumentos de metal e madeira
de toda a qualidade, seus
accessorios e musicas

LISBOA
RUA GARRETT, 36, 1.^o
(CHIADO)
Acceptam-se agencias nas localidades onde não houver

REAL OFFICINA DE S. JOSÉ
Approvação dos Estatutos
8 de Setembro de 1882

Fundação
28 de Abril de 1880
Inauguração
4 de Outubro de 1882
Eschola Profissional de Artes e Officinas
Para creanças pobres e abandonadas

*Encarrega-se de toda a obra de alfaiate, quer para ecclesiasticos quer para
seculares, magistrados e militares, etc.
Aprompta-se com rapidez e modicidade de preços toda a obra
typographica, assim como de encaderador, sapateiro,
marceneiro, torneiro, etc.*

**Tem aulas de instrucção primaria e musica
para os alumnos**

Recolhe ao presente 86 creanças de 12 a 21 annos
e está fazendo no edificio uma ampliação para montar as officinas
de tecelagem e serralheria mechanica e recolher
mais 30 educandos.
O numero dos rapazes que alli tem dado entrada sobe ao presente a
268, desde a sua fundação.

RUA DE ALEXANDRE HERCULANO
PORTO

PAULINO FERREIRA
ENCADERNADOR E DOURADOR
CASA FUNDADA
EM 1874

Trabalhos simples e de luxo
Dourados em todos os generos
426, 428, Rua Nova da Trindade, 450, 452
TRAVESSA JOÃO DE DEUS, 28
LISBOA



11. Anúncio da casa comercial *J.H.Andresen*, empresa fundada por Andresen a 29 de agosto de 1845, na página 36 da edição d' *O Commercio do Porto Ilustrado*, de dezembro de 1898 (por cortesia do Arquivo Municipal Sophia de Melo Breynner).